

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E HISTÓRIA - IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**CIBERESPAÇO, VIA DE EMPODERAMENTO DE GÊNERO
E FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL**

TELIA NEGRÃO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política junto ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política do IFCH/UFRGS.

Orientadora:

Profa. Dra. Jussara Reis Prá

Porto Alegre

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. JUSSARA REIS PRÁ – UFRGS (Orientadora)

PROF. DR. MARCELLO BAQUERO – UFRGS

PROFA. DRA. MARLENE NEVES STREY - PUCRS

PROFA. DRA. ROSANA KATIA NAZZARI – UNIOESTE/PR

PORTO ALEGRE, 3 DE JULHO DE 2006

DEDICATÓRIA I



Óika, casa, afeto.

Este trabalho é amorosamente dedicado às minhas três filhas, Adri, Dina e Carolina e ao meu filho Ian. Pessoas queridas em sua singularidade que me fazem refletir a cada dia de convívio sobre diversidade, tolerância e diferentes formas de amar e de ver o mundo, com suas idas e vindas, voando, fertilizando, argüindo e arquitetando seus sonhos.

Ao meu companheiro de vida, Jorge, parceiro também dessa diversa e apaixonante utopia.

DEDICATÓRIA II

AGRADECIMENTOS

Alices...



Dedico este trabalho a todas as mulheres e meninas que provocam minha indignação frente ao seu grau de desigualdade me lançam à busca de melhor compreensão de suas causas, com o duplo sentido.

E também às mulheres e meninas, que pela sua coragem e ousadia, vêm derrotando os tabus e mitos patriarcais, sustentáculo para a naturalização das hierarquias abusivas, promotoras e perpetradoras das desigualdades.

Ao longo de minha trajetória compartilhei momentos desafiadores da minha capacidade de sentir-me na plenitude da minha sanidade, o que duvido ainda, conquanto não haja medida para os desafios que decido enfrentar. Aos 50 anos poderia me dizer acomodada frente à perspectiva de uma aposentadoria. Limitar-me à militância *light*, reflexiva e colaboradora. No entanto, enquanto persistem mulheres apedrejadas até a morte e meninas dependuradas pelo pescoço, uma no oriente, outra bem aqui, uma negra outra bran-

ca, meio negra, meio índia, uma adulta, outra criança, não se pode deixar mentes a descansar na paz dos cemitérios.

Por isso agradeço sempre ao meu espaço de militância, às companheiras do Coletivo Feminino Plural, Cida, Dalva, Ester, Fátima, Leila, Neuza, Maria do Rosário, Grazi, Jussara, Marlene, Mariana, Martha, Ana e Ana Lúcia, Juliana, Simone, Débora, Ivarlete, Assunción, Jaqueline, Amanda, Laura, Vera, Bete, Silvana, Carmem, por compartilhar sonhos feministas.

À Enid Backes, por sua sabedoria e generosidade.

À Fátima Oliveira, que me legou as responsabilidades acreditando no meu potencial de enredamento.

Às companheiras do movimento feminista que torceram pelo sucesso da pesquisa, e colaboraram com seus preciosos depoimentos e cujos nomes não devo revelar.

Agradeço a todas as usuárias de telecentros que doaram parte do seu tempo disponível para as entrevistas.

Sou grata à bolsista Amanda, que de forma tão carinhosa e competente me apoiou na aplicação dos questionários e esteve ao meu lado.

Agradeço às colegas da Biblioteca Pública do Estado, não só pela tolerância com meus tempos, mas por compartilharem as expectativas em torno da pesquisa que incluiu os serviços desta casa de informação e cultura que aprendi a amar como minha casa.

Pólis compartilhada..

Agradeço ainda aos professores e professoras do curso de Ciência Política da UFRGS. Aguçaram em mim a vontade de saber mais. Especialmente @s professoras/es Jussara Prá e Marcello Baquero, que me trouxeram da teoria de redes para uma releitura pelas lentes do Feminismo e da Teoria do Capital Social.

Todavia, juntar empoderamento, capital social, feminismo, ciberespaço tem a mão muito especial de minha orientadora e amiga, a professora Jussara Reis Prá. Ao seguir suas trilhas pude me apropriar da Teoria Feminista que eu indisciplinadamente já devorava. Com seu jeito tão sutil e carinhoso, abre a porta de sua casa para compartilhar não só os saberes tão brilhantemente construídos e desafiadores das miradas tradicionais, mas também sua família acolhedora.

Essa prática feminista, cotidianamente alimentada pela professora Jussara ao lado do professor Baquero, fertiliza o surgimento de jovens pesquisadores e pesquisadoras. A esses jovens também agradeço, porque doaram seu tempo a me ajudaram a entender os mistérios dos bancos de dados, dos cruzamentos, do rigor metodológico e teórico. Nos divertimos muito.

Agradeço especialmente às bolsistas Amanda e Lea, ao Núcleo de Estudos Sobre a América Latina - NUPESAL e ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre a Mulher e Gênero – NIEM/UFRGS. Só acredito na socialização de saberes quando fluem os afetos.

Estamos aprendendo boas lições de solidariedade, ingrediente do feminismo e do capital social.

Porto Alegre, junho de 2006.

RESUMO

Título: Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social

As Novas Tecnologias de Informação de Comunicação – NTICs oferecem um novo espaço de disputas quanto às relações de poder que merece ser analisado. Para fins desta dissertação, considera-se que a vinculação a esses espaços, também tratados como ambientes comunicativos ou ciberespaço, amplia a autoconfiança das mulheres, proporcionando-lhes maior acesso às agendas do Feminismo, cujos pressupostos são autonomia, respeito aos direitos humanos e defesa da cidadania plena das mulheres. Frente a essa realidade, o propósito deste estudo é focar o tema do ciberespaço como via de empoderamento de gênero e de formação de capital social. Nesse âmbito, o ciberespaço, aparece como um ambiente integrado pelas novas tecnologias da informação (TICs), um espaço de interação a ser explorado também pela Ciência Política. Em vista disso, interessa verificar se e como os ambientes sustentados por tecnologias de informação e comunicação (redes) têm sido capazes de promover maior cooperação, reciprocidade e de elevar a qualidade de informação e conhecimento, assim como, de fortalecer laços de solidariedade e confiança, elementos constitutivos do conceito de Capital Social, o que também pode significar a afirmação de uma agenda baseada em pressupostos feministas. Subsidiando o estudo, empiricamente, dados secundários e de pesquisa coletados por questionários junto a usuárias de Telecentros de Porto Alegre e entrevistas em profundidade realizadas com estas usuárias e com feministas e especialistas em TICs. Os resultados do estudo indicam que o fortalecimento das mulheres, com novos conhecimentos e habilidades, favorece a sua participação e a criação de capital social. Assim, mesmo que o acesso a esse meio não resulte em inclusão automática à sociedade do conhecimento e da informação, pode-se constatar que a inserção digital das mulheres constitui uma via de empoderamento de gênero, quando vinculado a processos sociais que estimulam a formação de redes temáticas de gênero e outras tecnologicamente sustentadas.

Palavras Chave: Feminismo, Gênero, Capital Social, Empoderamento, Ciberespaço

ABSTRACT

Title: Cyberspace, a way of gender empowerment and formation of social capital

The New Information and Communication Technologies – NICTs offer a new space for struggling for power relations that should be analyzed. For this dissertation, it will be considered that the link to these spaces, also treated as communication environments or cyberspace, enhances the self-confidence of woman, providing them with a wider access to Feminist Agenda, that the main aspects are autonomy, respect to human rights and defense of woman's citizenship. Facing this reality, the purpose of this dissertation is to focus the theme of cyberspace as a way of gender empowerment and social capital formation. In this ambit, cyberspace appears as a integrate environment for the NICTs, and a space to be explored by the Political Science. Thus, it is interesting to verify whether and how environments formed by technologies of information and communication (webs) have been capable of promoting more cooperation, reciprocity, and to raise the quality of information and knowledge, as well as to make stronger the links of solidarity and confidence, constitutive elements of the concept of Social Capital, what has also mean the affirmation of an agenda based in feminist characteristics. Subsidize this study, empirically, secondary data and of researches collected by questionnaires applied to woman users of "Telecenters" of Porto Alegre, RS - Brazil and deep interviews performed in this users and feminists specialist in NICTs. The results of this study indicate that the empowerment of woman with new knowledge and skills increases their participation and the creation of Social Capital. Thus, even that the access to the media does not result in automatic inclusion to Information and Knowledge Society, it can be inferred that digital insertion is a way of empowerment when linked to social processes that stimulate the formation of thematic webs of gender and other sustained technologies.

Key words: Feminism, Gender, Social Capital, Empowerment, Cyberspace

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE FIGURAS	12
SIGLAS UTILIZADAS	13
PARTE I	14
CAPÍTULO 1 – O Mapa Cibernético	14
INTRODUÇÃO	14
1.1 Delimitação do problema	21
1.1.1 Objetivos	22
1.1.2 Hipóteses	23
1.1.3 Metodologia	24
CAPÍTULO 2 – A Comunicação e as Novas Tecnologias	29
2.1 Trabalhando alguns conceitos	29
2.2 O espaço comunicativo das mulheres na nova mídia	32
2.3 O marco político do direito à comunicação e informação	36
2.4 Ci(y)berespaço, cibernética, ci(y)borgues, e ci(y)berfeminismo, breve vôo	41
2.5 Ci(y)berfeminismo: Clitóris apontado em direção à Matrix x Necessidade	47
CAPÍTULO 3 – Estratégias interativas de empoderamento das mulheres	51
3.2 Inclusão digital de gênero versus desigualdades sociais do Brasil	55
CAPÍTULO 4 - Capital Social e Empoderamento de Gênero	62
4.1 Capital Social	62
4.2 Empoderamento de gênero	67
PARTE II	75
CAPÍTULO 5 – A Pesquisa	75
5.1 Reconhecendo o campo da pesquisa empírica	75
5.2 Início da Pesquisa e Alterações Metodológicas	80
5.2.1 Entrevistas em profundidade	82
5.2.2 As mulheres da pesquisa nos telecentros e na BPE	83
5.3 Crenças no Feminismo	95
5.4 Mulher confia em mulher?	99
5.5 Participar, agir, cooperar...	102
5.6 Ensaio para um discurso propositivo	109

CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Redes de Informação de Gênero

Quadro 2 – Associações, Centros e Redes de Mulheres da Comunicação

Quadro 3 – Redes de Mulheres das TICs e sítios com documentos

Quadro 4 - Publicações e revistas virtuais

Quadro 5 - Locais visitados

Quadro 6 - Posicionamento frente a afirmações do feminismo

Quadro 7 - Confiança nas mulheres

Quadro 8 - Fontes de informação das usuárias de telecentros de POA

Quadro 9 - Ordem de confiança/desconfiança nas instituições

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo explicativo do empoderamento de gênero e formação de capital social, via acesso às TICs

Figura 2 - Faixas etárias das entrevistadas

Figura 3 – Gerações de Mulheres

Figura 4 - Escolaridade de usuárias de Telecentros de POA

Figura 5 - Acesso das usuárias de Telecentros às TICs

Figura 6 - Raça/etnia das usuárias dos telecentros de POA

Figura 7 – Tempo de uso da internet por faixas geracionais

Figura 8 - Ajuda a amigos e vizinhos por ter acesso digital

SIGLAS UTILIZADAS

CLADEM – Comitê Latino Americano dos Direitos da Mulher

ONGs – Organizações Não Governamentais

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

NTICs – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

PROCEMPA – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação de Porto Alegre

IDRC – International Development Research Center

PARTE I

CAPÍTULO 1 – O Mapa Cibernético

INTRODUÇÃO

[...] Bem nesse momento Alice sentiu uma sensação muito curiosa, que a intrigou bastante até descobrir do que se tratava: ela estava começando a crescer de novo. Primeiro, pensou em se levantar e sair da corte, mas pensando duas vezes decidiu ficar onde estava, enquanto houvesse lugar para ela.

- Gostaria que não apertasse tanto, disse o Arganaz, que estava sentado ao seu lado. Mal posso respirar.

- Nada posso fazer, disse Alice humilde. Estou crescendo.

- Você não tem o direito de crescer aqui, disse o Arganaz.

- Não diga tolices, disse Alice mais ousadamente, bem sabe que você também está crescendo [...] (Carroll, 1998).

A última década do século vinte apresenta aos cidadãos e cidadãs um contexto de novas oportunidades e múltiplos desafios diante da re-configuração geopolítica internacional e do processo delimitado pela globalização. Esse último compreendendo tanto a expansão do capitalismo, enquanto sistema dominante, como o panorama planetário de relações sociais e políticas, mediado por avançadas tecnologias de comunicação e informação.

Nesse contexto alguns dilemas se apresentam às mulheres e, em particular, às feministas, que há pelo menos quatro décadas buscavam incidir nos conteúdos da agenda pública para modificar as relações de gênero no âmbito de países, regiões e organismos internacionais. Entre eles, a obtenção de políticas governamentais de enfrentamento

às desigualdades de gênero, refletidas em termos salariais, educacionais ou políticos, e apontadas como responsáveis por acentuar a discriminação das mulheres.

Os anos de 1990 desafiam a reflexão feminista a encontrar os melhores caminhos para afirmar suas pautas junto ao estado e à sociedade, com ou sem a participação em instituições políticas e governamentais. Enfim, diante dos novos ordenamentos globais, de incidência inquestionável em contextos nacionais e regionais, o movimento feminista é obrigado a se posicionar e a reafirmar a disposição de ser sujeito nas transformações que impactam o mundo.

Esse momento é avaliado por Virginia Vargas (2000) em artigo sobre os novos caminhos dos feminismos latino-americanos no âmbito global. Nele destaca que nos anos noventa nenhum tema deixou de pertencer às mulheres e que poucos assuntos puderam ser tratados sem a ótica de gênero. Nota, também, que uma vez constituída a agenda feminista contemporânea os espaços específicos para mulheres tendem a pertencer ao passado. Ou, como aponta Strey (2000, p.17) “A nós, as mulheres, deve dizer respeito tudo o que se relacione com as idéias, os feitos, os sonhos e as realizações humanas”. Seguindo o mesmo raciocínio, pode-se argumentar com as autoras que hoje os cenários de conquistas são, necessariamente, aqueles capazes de assegurar a visibilidade e as trocas individuais ou coletivas e, ao mesmo tempo, proporcionar o crescimento social e político. Em relação a esses cenários, devemos apontar que a rede mundial de computadores aparece como uma destas possibilidades a se apresentar às mulheres.

Retoma-se aqui a reflexão de Vargas (1999, p.12), desta feita quando avalia a subversão dos feminismos latino-americanos, para registrar que “os anos 1990 trouxeram câmbios acelerados, inéditos, planetários, ambivalentes, contraditórios”. No caso das mulheres, Vargas afirma que, tais mudanças podem ser caracterizadas pela “generalização do discurso dos direitos e uma ênfase na construção cidadã, tanto nas sociedades

civis e em seus movimentos como nos Estados” (1999, p.12). Ou como assinala Barbery (2002), as múltiplas formas de desenvolvimento dos feminismos dos anos de 1980 e 1990 foram vitais para situar as mulheres como sujeitos históricos e estabelecer-lhes uma nova situação social e política. Não por acaso, o feminismo, dada a sua capacidade de articular teoria e prática de ação política e de difundir novos modelos socioculturais, acabou por se constituir num dos movimentos mais inovadores daquele século, mesmo que nem sempre suficientemente percebido como tal pelo conjunto da sociedade.

Sobre esse cenário, e afirmando que para as mulheres, sem dúvida, “informação é poder”, a Rede de Saúde das Mulheres Latinoamericanas e do Caribe, em recente informe afirma que

[...] o impacto das inovações tecnológicas foi de tal magnitude que revolucionou e interconectou o mundo inteiro, mudando para sempre a natureza da comunicação, antes mais próxima, pessoal e pausada. Hoje, de tão volumosa em relação aos dados, que não se consegue mais alcançá-la e compreendê-la, como algo que transcende, perdura, provoca e transforma (RSMLAC, 2005, n.4, p.28).

Segundo Castells (1999), estas duas décadas serviram para o movimento feminista desnudar o caráter ainda patriarcal das estruturas das sociedades contemporâneas, com o apoio da era da informação e do império das sociedades em rede. O autor imputa a esse contexto a construção de novas identidades, entre elas as das mulheres, vinculando-as, entre outros fatores: (1) à transformação da **economia** e do mercado; (2) aos saltos tecnológicos em áreas como biologia, farmacologia e medicina, de impacto inegável no campo dos direitos sexuais e reprodutivos; (3) à capacidade do movimento feminista de afirmar o conceito de que o pessoal é político e relacioná-lo à noção de direitos humanos; e (4) à rápida difusão de idéias via meios de comunicação, em especial, pelo suporte informático das redes tecnológicas.

Essas redes, cuja base lógica é a Internet, vêm merecendo interpelações políticas e teóricas em vários níveis, obtendo relevo no campo das relações internacionais. A Cúpula do Milênio sobre a Sociedade da Informação, realizada em 2001, bem como os seus desdobramentos, indicam que esse é um campo marcado por disputas de diversas ordens e tensões. Tomado o conceito de Castells de “sociedade da informação”, e a referida cúpula como um importante marco, torna-se visível que há um novo centro de discussão que se denomina de “governança da Internet e do ciberespaço” (PERES PAZELLO, 2005 e GÓMEZ, 2005). Há, portanto, um novo “tabuleiro político”¹ criado pela Cúpula (PERES PAZELLO, 2005), postando-se de um lado a União Internacional de Telecomunicações (UIT) composta de membros de empresas de telecomunicação e governos, com grande influência sobre as decisões aprovadas pelas Nações Unidas até o momento; e de outro, uma articulação de ONGs que, a partir da Declaração da Sociedade Civil (2003), desenvolve uma Campanha pelo Direito à Comunicação na Sociedade da Informação. Como referido anteriormente, este é um novo terreno de tensões e disputas em que o alvo é o gerenciamento do ciberespaço² e o domínio das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs³, que subjaz a todo o debate relativo ao direito de acesso e de inclusão na era da informação e do conhecimento digital. Implica em saber que há em curso no planeta um intenso debate para decidir como a Internet vai ser coordenada, com quais componentes e alcance, sob quais mecanismos e marcos regulatórios

¹ Segundo Zbigniew Brzezinski, após a Guerra Fria e o predomínio dos Estados Unidos no cenário internacional, se está constituindo um novo sistema global informal composto por empresas multinacionais, Ongs e comunidades científicas e reforçadas pela Internet, que ele denomina de novo tabuleiro (BRZEZINSKI, 1998, p.217).

² O ciberespaço também se refere à definição de quem cabe o registro de domínios de sítios, de terminações do tipo .br, .org., .edu. localização de páginas na Internet e de toda a infra-estrutura lógica, cujo controle proprietário e legal é dos Estados Unidos (PERES PAZELLO, 2005).

³ As TICs podem ser definidas, segundo o Programa de Software Livre (www.softwarelivre.org/news/4614) “como tecnologias e instrumentos usados para compartilhar, distribuir e reunir informação, bem como para comunicar-se umas com as outras, individualmente ou em grupo, mediante o uso de computadores e redes de computadores interconectados (via Internet)”, ou como “o conjunto de inovações em microeletrônica, computação (hardware e software), telecomunicações e optieletrônica (microprocessadores, semicondutores, fibra ótica) que permite o processamento e armazenamento de enorme quantidade de informação, juntamente com sua rápida distribuição através de redes de comunicação” (acessado em 30.08.2005).

e como será a participação dos governos nesta coordenação. O movimento feminista se expressa organizado neste campo de disputa por meio de “caucus de gênero”, espaços esses definidos por Peres Pazello (2005, p.6) como “um grupo que atua em um processo político onde há sinergias e entendimentos comuns entre os/as integrantes”, articulações tornadas comuns nos processos desenvolvidos no âmbito da Organização das Nações Unidas - ONU.

A emergência de uma esfera não estatal “extremamente poderosa”, como expressa Alfaro (1999), é paralela ao surgimento de atores que buscam novos espaços para afirmar seus direitos e a democracia. “Quer dizer, o âmbito político se amplia, enriquece e também se dispersa”. Tal fenômeno, para Barbero (apud ALFARO, 1987), terá lugar nos meios de comunicação, onde ocorre a recepção e a distribuição de interesses e demandas comuns a nossa era.

Frente a essa realidade, o propósito deste trabalho é enfocar o tema do ciberespaço como via de empoderamento de gênero⁴ e de formação de capital social⁵. Nesse âmbito, o ciberespaço, aparece como um ambiente integrado pelas novas tecnologias da informação (TICs), um espaço de interação a ser explorado e um lugar também da política. Compreende-se então as TICs como produto da confluência de dois níveis de interpelação, quais sejam: o quantitativo – de acesso – e o qualitativo, de inclusão. Outro nível de interpelação é a governança deste ambiente, hoje uma arena de profundas tensões. Este trabalho aborda a perspectiva de gênero como forma de explicar as relações desiguais de poder presentes na sociedade nascidas da percepção das diferenças sexuais.

⁴ O empoderamento de gênero se refere ao poder e às relações dentro da sociedade que se entrecruzam com o gênero, a classe social, a raça, a cultura e a história, estando identificado com a equidade e a igualdade da mulher e o homem no que se refere ao acesso a recursos e vantagens (Prá, 2006, mimeo).

⁵ Capital social, segundo Baquero (2003), se refere a um conjunto de elementos e valores compartilhados, cuja existência maior ou menor é capaz de gerar sinergias visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades, grupos sociais e da sociedade como um todo.

Diferenças estas entrecruzadas com outras, como as de raça e etnia, de cultura, idade e de orientação sexual.

É uma aquisição das últimas décadas do século passado a compreensão de que as desigualdades de gênero são construídas historicamente e reproduzidas por padrões culturais, tendo as mais diversas instituições um papel chave na sua manutenção. Entre os movimentos sociais que caracterizaram as décadas de 1970 a 2000 que rejeitaram padrões previamente definidos, os movimentos feministas se destacaram pela capacidade de produzir uma teoria nascida de sua experiência. A criatividade dos conceitos elaborados por suas diferentes abordagens oferece a possibilidade de se explicar gênero como “um conjunto de elementos que inclui formas e padrões de relações sociais, práticas associadas à vida cotidiana, símbolos, costumes, identidades, vestuário, adornos e tratamento do corpo, crenças e argumentos, senso comum e outros elementos que fazem referência, direta ou indiretamente, a uma forma cultural específica de entender e registrar as semelhanças e diferenças entre os gêneros" (ANDERSON e CANABRAVA, citadas por PRÁ, 2006); ou como o elemento que dá significação às relações de poder como definido por Scott (1989).

A constatação da existência de relações desiguais de poder entre os sexos tem desafiado as mulheres e o feminismo a buscar formas de superá-las, tanto no âmbito privado quanto no público. Nesse sentido, a participação igualitária na tomada de decisões e a ação coletiva aparecem como elementos essenciais da igualdade de gênero e para empoderar as mulheres (PRÁ, 2006). Entre os recursos de poder pelos quais as mulheres têm lutado está o acesso à informação e ao conhecimento, o que torna as TICs e os ambientes sustentados por essas tecnologias um alvo feminino.

O ciberespaço como *lócus* de trocas simbólicas, de busca de informação e de aquisições materiais, coloca-se como desafiador para a conquista de novos recursos de

poder, resultando no fortalecimento de gênero. Poder opinar e decidir por sua própria vida, enfim, viver com autonomia, é na dimensão do feminismo, empoderar-se. Ao utilizar-se de ferramentas e de ambientes informáticos, e de acessar entre as suas opções, as agendas feministas, abre-se a possibilidade de vencer os obstáculos de gênero. As referidas trocas podem significar o fortalecimento da cooperação, da solidariedade, fomentar o associativismo e a maior confiança entre as pessoas e as instituições, produzindo o que se denomina de capital social.

Por sua vez, a construção de relações mais solidárias, horizontais, que se convertam em fermento para a busca de melhoria das condições de vida por meio de políticas públicas, de maior participação e elevação dos padrões culturais, resumem o que se conceitua como construção de capital social.

Dessa forma, pode-se dizer que as novas tecnologias da informação e da comunicação ultrapassam a mítica noção de ferramenta, prótese ou extensão do próprio corpo (JOHNSON, apud REGIS, 2002). Cumpre reiterar, no entanto, que a geração de um ambiente social sustentado por máquinas e *softwares*, está sujeita ao peso da cultura patriarcal, tanto assim que como outros meios é capaz de reproduzir e alimentar valores tradicionais e conservadores que legitimam práticas discriminatórias e de desvalorização das mulheres. Em suma, o ciberespaço não é um lugar – por hipótese o único - neutro de gênero, como já apontam distintas pesquisas (BONDER, 2002; WERBA, 2004; PRÁ e NEGRÃO, 2004). Portanto é também uma arena de tensões, disputas e de contestação de crenças e valores.

Partindo do pressuposto que as novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) propiciam um novo ambiente comunicativo para as mulheres, aborda-se a relação entre o acesso e a inclusão digital de gênero pelo uso da Internet, da *web* e de

outros recursos de redes tecnologicamente sustentadas e o empoderamento das mulheres, à luz do feminismo, das relações de gênero e do capital social.

Por esse prisma, interessa acentuar os limites e alcances da nova mídia e acenar para as possibilidades de análise que se abrem diante de um tema ainda pouco explorado. Trata-se, portanto, de um assunto carente de avaliações em distintas áreas de conhecimento, dentre elas nas ciências sociais e, em particular, na ciência política. Justifica-se, assim, a pertinência de focar a mídia interativa pelo ângulo dessa disciplina, ainda mais quando se considera que as novas tecnologias de informação estão promovendo mudanças aceleradas em diferentes âmbitos das sociedades, interferindo em hábitos de consumo, no lazer, na economia, nas formas de produção, no mercado de trabalho, na política e, também, nas relações de poder.

1.1 Delimitação do problema

A questão que se apresenta é, pois, saber se essas novas tecnologias e as políticas públicas neste campo instituídas no Brasil e, em particular, na cidade de Porto Alegre (RS) tais como telecentros e similares implantados com recursos governamentais e, secundariamente, laboratórios digitais privados (cibercafés e similares) têm possibilitado o acesso feminino em igualdade de condições entre os sexos e se as mulheres estão preparadas para usar esta tecnologia de forma exploratória e incidental. Requer também saber se elas procedem ao uso crítico ou meramente reprodutor de informações. Neste caso, não permitindo a construção do conhecimento (REPEM, 2004) que, pela terminologia desta área, ganha a denominação de “conteúdos”.

Em vista disso, se tem o interesse de verificar se e como os ambientes sustentados por tecnologias de informação e comunicação (redes) têm sido capazes de promover maior cooperação, reciprocidade e de elevar a qualidade de informação e conhecimento, assim como, de fortalecer laços de solidariedade e confiança, melhor dizendo, de Capital Social (BAQUERO JACOME, 2003), o que também pode significar a afirmação de uma agenda baseada em pressupostos feministas.

1.1.1 Objetivos

O principal objetivo deste projeto é identificar no acesso das mulheres ao ambiente proporcionado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) a possibilidade de fortalecimento individual (empoderamento) e coletivo (formação de capital social) para o exercício da cidadania feminina de uma perspectiva feminista. Especificamente, pretende-se:

- Identificar a existência ou não de recortes específicos de gênero nas políticas públicas de acesso e inclusão digital em Porto Alegre;
- Verificar se as políticas públicas para a inclusão digital no Brasil estão efetivamente constituindo-se em mecanismo de afirmação de cidadania feminina no sentido proposto pela Plataforma de Beijing no seu tópico J, que trata do acesso às tecnologias e à informação;
- Identificar o cenário de disputas em relação à governança da internet;
- Compreender se a dimensão quantitativa e qualitativa de tais políticas permite a elaboração crítica de incidência propositiva;
- Perceber se o acesso das mulheres ao ciberespaço possibilita a construção de sua cidadania por formas não convencionais da política, quais sejam: associativismo,

integração a redes sociais e virtuais, capacidade de empoderamento e de formação de capital social por meio do fortalecimento de uma agenda comum;

- Levantar propostas de mecanismos que permitam desenvolver estratégias para o empoderamento e a geração de capital social pela criação de oportunidades de inclusão digital feminina.

Sintetizando, são esses os objetivos a orientar a presente dissertação, cujo interesse é refletir sobre o novo ambiente informacional e comunicativo proporcionado às mulheres pelo ciberespaço e pelo desenvolvimento das TICs.

1.1.2 Hipóteses

Acredita-se que o acesso digital das mulheres, mesmo não resultando em inclusão automática à sociedade do conhecimento e da informação, constitui uma via de empoderamento quando vinculado a processos sociais que estimulam a formação de redes temáticas de gênero e outras tecnologicamente sustentadas. Considera-se, portanto, que a vinculação a esses espaços, também tratados como ambientes comunicativos ou ciberespaço, amplia o grau de confiança em agendas feministas, cujos pressupostos são a autonomia, o respeito aos direitos humanos e a defesa da cidadania plena das mulheres.

Dessa perspectiva, entende-se que o ciberespaço, através das formas mais democráticas de acesso – os telecentros - constitui uma oportunidade de compartilhamento e de cooperação, ou seja, de geração de capital social. O que também pressupõe a identificação com o feminismo e o fortalecimento de políticas públicas como suportes às redes sociais informais e que se aplicam às redes tecnologicamente sustentadas e vinculadas à agenda feminista.

1.1.3 Metodologia

O tema escolhido para uma abordagem no campo da Ciência Política envolve diversos atores e sujeitos sociais, em especial dá relevo às políticas públicas na área da comunicação e informação (o estado), às redes tecnologicamente sustentadas, compostas especialmente por mulheres que trafegam no ciberespaço; e usuárias de tecnologias de informação e comunicação que se utilizam deste ambiente comunicativo. Portanto, uma temática complexa sobre a qual se quer não somente extrair informações e transformá-las em conhecimento científico, mas também intervir sobre ela em conjunto com seus atores principais, melhor dizendo, suas atrizes. Não se pretende “buscar” o dado e sobre ele aplicar teorias previamente selecionadas, mas, antes disso, atuar de forma a aproximar as/os possíveis beneficiárias/os deste estudo dos pressupostos elencados, a fim de produzir uma elaboração teórico/prática transformadora.

Particularmente quando os estudos se dão no campo das Ciências Humanas, Baquero Jacome et all (1995) apontam para uma crise de três naturezas: epistemológica, metodológica e de finalidade. Tais reflexões constituem um alerta para as “miscelâneas conceituais” e para trabalhos de “baixa intensidade teórico conceitual”. Essas são questões pertinentes desde o momento da elaboração do projeto de Mestrado e no seu desenvolvimento, pois ao se organizar os argumentos e as abordagens, parecem-nos sempre insuficientes e inconsistentes; e à medida que mais nos familiarizamos e nos apaixonamos pelo tema, paradoxalmente, menor se lhe nos parece. Este foi um exercício dolorido porém necessário e não nos isentou de erros.

Registrada tal preocupação, manteve-se o segundo alerta: a crise de natureza metodológica, que vai se revelando mais desafiadora frente à observação de duas insuficiências principais, as pessoais de cada aluno e aquelas que a universidade não supre. A ausência de estudo e leitura encaminha ao modismo e à falácia, e o pior, à tentativa de salvação do projeto pelo método, uma tentação que, confesso, está sempre com seu garfinho ardente a nos espetar.

E, por fim, a crise de relevância ou de finalidade. Essa é indubitavelmente reveladora, pois remete a uma reflexão sobre o posicionamento da pesquisadora frente à realidade, se para mantê-la ou transformá-la e se tal transformação é possível sem a convivência ativa dos sujeitos sociais e políticos integrantes do cenário da pesquisa.

Aqui a autora deste trabalho se revela plenamente, pois a emergência do tema despertou o interesse, mas a paixão pelo mesmo levou à descoberta sobre sua relevância; e a sua finalidade de potencial transformador desvelou as atrizes presentes no cenário a ser vasculhado.

Segundo Vizer (2004, p.5) “[...] ação e prática social, intervenção e compreensão constituem uma tríade fundamental para a intervenção-ação”. Para o autor: “[...] a práxis se constitui na compreensão dos processos de transformação social mediante práticas sociais, assim como das modalidades em que a reflexão e a investigação deve promover a construção de teoria (conhecimento) sobre o próprio processo de transformação social”. Assim, complementa “é um processo que associa a ação com a reflexão (auto-reflexão) e a teoria com a prática”.

Buscando em Paulo Freire (ANDREOLA, 1993) a idéia de que a unidade dialética entre a teoria e a prática, entre a reflexão e a ação, fundamentam a ação transformadora; e em Brunner e Sunkel (1993) a abordagem segundo a qual ao conhecimento co-

mo representação, idéia ou bem simbólico “se deve revelar a outra face, a que se faz oculta, a do conhecimento como disposições e destrezas que permitem ao seu possuidor ou ator um atuar informado, uma prática específica”, o presente trabalho se posiciona epistemologicamente envolvido com o objeto de estudo. Coloca-se no campo da **investigação com intervenção** e na **participação dos sujeitos** na sua análise crítica e proposições. A referida escolha implica a utilização de método quantitativo e qualitativo e de ação participante nas diferentes etapas da pesquisa.

Explicitadas as posturas, segue-se a descrição dos procedimentos utilizados:

- a) Definição de tempo e espaço: a pesquisa realizou-se em Telecentros (ou info-centros)⁶ e no Setor de Multimeios da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, nos meses de setembro a dezembro de 2005;
- b) Para a sua contextualização e levantamento dos estudos relevantes sobre o tema, foram utilizadas informações disponíveis em bancos de dados e pesquisas do Brasil, da América Latina e de alguns países da Europa quando isso se fez relevante;
- c) Realizou-se um breve inventário dos estudos sobre este tema, de dados de pesquisas e das políticas públicas sobre acessibilidade e inclusão digital; e do desenvolvimento de alguns conceitos-chave como empoderamento de gênero, novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) e capital social;
- d) Inventário dos locais de acesso público, quais sejam: telecentros instalados e mantidos pela prefeitura de Porto Alegre e pelo Governo do Estado do RS no município de Porto Alegre e outros similares;
- f) Entrevistas com usuárias pesquisadas, de março a junho de 2006;

⁶ A partir de meados de 2005, os locais públicos de acesso geridos pelo Município de Porto Alegre ganharam essa nova denominação.

- g) Realização de um grupo de discussão com usuárias já vinculadas a redes feministas, em março de 2006;
- h) Entrevistas com expertas em TICs; em junho de 2006.
- i) Análise dos dados obtidos e produzidos a partir da Teoria Feminista, de Relações de Gênero e de Capital Social.
- j) Elaboração de propostas de incidência sobre a realidade analisada.

Contextualizado o tema, identificado o objeto de estudo e definidos os seus objetivos e hipóteses, a primeira parte deste trabalho busca caracterizar a nova mídia expressa na rede mundial de computadores, e o seu potencial como um ambiente comunicativo para as mulheres. Inicia-se a exposição revendo algumas abordagens que antecedem e secundam a reflexão sobre a hoje denominada sociedade do conhecimento, comunicação e informação. Na seqüência, examinam-se o conteúdo de portais, sítios ou endereços eletrônicos onde estão depositadas notícias, pesquisas e reflexões sobre mulher e gênero, visando buscar subsídios para dimensionar a capacidade de interação dessa mídia e identificar os seus possíveis impactos no empoderamento das mulheres. Uma abordagem sobre as estratégias utilizadas pelo feminismo são demonstradas, bem como, o marco político das mulheres quanto ao direito à informação e à comunicação. São elucidados a seguir a origem e o conteúdo de palavras prefixadas por “ciber” e realizada uma breve apresentação de correntes feministas identificadas com o meio. Um apanhado teórico sobre Capital Social e Empoderamento de Gênero culminam a primeira parte deste trabalho.

A segunda parte desta dissertação aborda a pesquisa “Ciberespaço como via de empoderamento de gênero e formação de capital social”, a qual é constituída de abordagem quantitativa e entrevistas em profundidade. Estes elementos são analisados sob o

enfoque do feminismo e do capital social. As conclusões deste trabalho integram esta parte. Vão anexados a este trabalho, o instrumento de pesquisa utilizado e a íntegra, das entrevistas em profundidade, preservadas as identidades das entrevistadas.

CAPÍTULO 2 – A Comunicação e as Novas Tecnologias



Na minha terra”, replicou Alice ainda arquejante, “quem corre como nós corremos chega sempre a um ponto diferente de onde partiu”. “Deve ser uma terra muito lenta essa”, comentou a Rainha. “Aqui é preciso correr como corremos para ficar no mesmo ponto. Para mudarmos de lugar seria preciso que corrésemos o dobro. (Lewis Carroll, em Alice no País dos Espelhos, 1872).

2.1 Trabalhando alguns conceitos

A comunicação mediada por computador é um dos temas emergentes mais polêmicos no âmbito da comunicação e da informação. A teoria sobre emissão e recepção acumulada no século passado percorreu o caminho dos avanços tecnológicos, podendo ser sumamente descrito a partir do telégrafo, que estabelecia uma relação uni-direcional de emissor-receptor (Modelo E-R). Daí evolui para a comunicação baseada na eletricidade através do rádio, de emissor para receptores diversos, até a era atual da televisão digital. Esta, apesar das estratégias interativas em larga escala de uso das tevês abertas,

e pela existência de nichos de espetáculos ao vivo com direito ao *voyerismo* (Big Brother, por exemplo), não rompe com a idéia de transmissão (*broadcasting*). Persiste o modelo E-M-R (Emissor-Mensagem-Receptor), em que o meio é um intermediário da relação entre emissores e receptores (ALBUQUERQUE, 2002).

Em relação ao domínio, os meios de comunicação tradicionais, como são conhecidos o rádio, televisão e a mídia impressa, são área de mercado monopolizada. E isso se verifica especialmente no Brasil onde a legislação não impede a verticalidade na propriedade desses veículos. Assim, uma rede de comunicação de propriedade de um mesmo grupo pode ser composta de revistas, jornais, rádios e emissoras de tevê, diferente dos Estados Unidos, por exemplo. Embora sejam concessões estatais, as emissoras brasileiras de rádio e televisão atuam com extrema liberdade, com limites impostos mais pelo mercado do que pelo direito de expressão. O domínio dos veículos por grupos econômicos deixa pouco espaço para as mídias alternativas, tais como as rádios e tevês comunitárias, sujeitas a privações financeiras e a legislação complexa. Isso as caracteriza pelo baixo alcance, por tecnologias defasadas e uma decorrente má qualidade da programação, apesar dos esforços de produzi-la a partir da participação popular (LUZ, 2001).

Assim, o conceito mais corrente de mídia não se confunde com a idéia usual de comunicação humana. Para que esta ocorra, basta a existência de mais de um ator ou agente, sem mediação. A mídia estabelece necessariamente a existência de um elemento mediador que hoje se traduz em uma nova ambiência tecnológica. Baseada no uso das NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação), entre grupos, indivíduos ou instituições dos mais diversos, admite outras formas de troca nos conteúdos de informação, sejam estes uni ou bi-direcionais.

Para Albuquerque (2002), o desenvolvimento da comunicação mediada por computador exige a revisão do modelo prevalente (E-M-R) para que se pense em novas construções possíveis. Ao invés de meio, o computador poderia ser tratado como um suporte tecnológico no qual se processam relações comunicativas. Glória Bonder (2002, p.9) explora esse aspecto referindo o esquema Tecnologia-Ator-Rede (T-A-R) elaborado por Hakken para descrever a relação entre a tecnologia de informação e a sociedade. Dessa perspectiva, diz Bonder, a associação do elemento humano ao tecnológico (*hardware/software*) forma uma rede que conecta todas as ações, tornando mais importante a distinção entre humanos e máquinas do que entre coadjuvantes e atores. Os primeiros tidos como pessoas indiferentes à informática ou que a consomem de maneira passiva; os segundos, pessoas com capacidade de elaborar estratégias cooperativas e participar dentro desta rede de diferentes formas e em diversos níveis, transformando-a.

Em contrapartida, como advoga Bonder, se a Internet é vista por muitos/as como um veículo de ampla circulação e isso lhe confere papel privilegiado na sociedade da informação, seria mais sensato admitir que nela se divulga mais informação do que conhecimento e que isso nutre a *cultura do dado*, não a da reflexão ou inovação. Considera, ademais, a distribuição dos benefícios desta tecnologia injusta. Para ela a noção de brecha digital ou a divisão em *tecno-pobres* e *tecno-ricos*, sugerem a existência de desigualdades de difícil solução e que dependem, entre outros fatores: do empenho das iniciativas pública e privada em disponibilizar e universalizar a formação tecnológica, investir em ciência e tecnologia, diminuir custos de serviços e regular os setores de telecomunicação. Menciona, ainda, como problema apresentado a usuários e usuárias dessa mídia a necessidade de conhecimento da língua inglesa, citando o resultado de investigação feita em 1 bilhão de páginas *web* na qual se verifica que 87% delas são disponibilizadas em inglês (www.inktomi.com). Acrescenta a isso que a falta de recursos econômicos e educacionais para facilitar o manejo da informática e as barreiras impostas a

quem pertence a camadas sociais menos favorecidas, impede muitas pessoas de se vincularem a essa tecnologia para suprir necessidades e contemplar expectativas.

Ao avaliar essas críticas nos parece oportuno concluir com a autora afirmando que assumir tal postura não significa estar contra ou a favor da nova mídia, antes denota o interesse de manter em aberto o espaço para o debate de idéias, enfim, o espaço comunicativo.

2.2 O espaço comunicativo das mulheres na nova mídia

Na proposta de se averiguar a relação entre gênero e Internet, de início foi possível perceber a complexidade do fenômeno. Igualmente se pode perceber que a nova mídia não é capaz de garantir à parcela significativa do movimento feminista, de mulheres ou de suas organizações a manutenção de vínculos sistemáticos com algum tipo de rede interativa. Como observa Mercè Castells (2001), mais do que permitir um acesso bi-direcional à informação, a Internet dá voz e voto às reivindicações e opiniões das mulheres. Assim, com um teclado e um *modem* elas podem gerar um novo espaço de comunicação e serem ouvidas local e regionalmente ou muito além das fronteiras de cada país. O quadro 1 demonstra a diversidade destes espaços quanto à localização e conteúdos.

Quadro 1 - Redes de Informação de Gênero

Sigla/Local	Descrição
ALAI – Equador	Agencia latinoamericana de Información Internacional. www.alainet.org/mujeres
AVIVA – Londres	Informação internacional sobre os direitos humanos das Mulheres. www.aviva.org
CENDOC – Peru	Centro de Documentación sobre la Mujer. www.ekeko.rcp.net.pe/CENDOC-MUJER
CIMAC – México	Red de Información sobre la Mujer. www.cimac.org.mx
DWPRESS – Italia.	Agência de notícias sobre a mulher. www.mclink.it/dwpress
FEMPRESS – Chile	Red de Comunicación alternativa de la mujer de América Latina.

	www.fempres.cl
FEMINIST MAJORITY – EEUU	Notícias sobre ativismo em Direitos Humanos de las Mujeres. www.feministcampus.org
ISIS INTERNACIONAL – Chile	Agência Internacional de Noticias. www.isis.cl
LOLA PRESS – Uruguay	Agência de Informação da Mulher em temas culturais e educativos. www.chasque.apc.org/lola
MODEMMUJER – México	Informação sobre gênero na América Latina www.modemmujer.org
MUJERES EN RED España	Informação nacional e internacional de mulheres. www.nodo50.org/mujeresred
PULSAR – Ecuador	Agencia de noticias de la mujer. www.amara.org/pulsar
SEM – Costa Rica	Serviço gratuito de notícias sobre a Mulher. www.sem.or.cr

Fonte: Prá e Negrão, 2005.

Em relação ao quadro 1 cabe dizer que por meio destas redes são distribuídas informações diárias a assinantes, funcionam serviços de notícias e correio eletrônico, são editados e enviados boletins periódicos (diários, semanais ou mensais) sobre a mulher; é feita a coordenação de eventos, são organizadas e desenvolvidas campanhas de abrangência nacional, regional ou mundial, que tanto podem incluir matérias específicas como temas gerais.

O advento da Internet, como é sabido, dá margem ao surgimento de um espaço de difusão de idéias e também mercadológico. Enquanto a nova mídia oportuniza a movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais (ONGs), universidades, bancos ou empresas o ambiente adequado para disseminar opiniões e informações, expor ou vender produtos, ela permite também extravasar normas e regras, respaldada pelo aparente caráter de “privacidade” e “anonimato”.

Ao lado disso, a produção de mensagens discriminatórias em relação a gênero, raça e etnia, padrões estéticos ou escolhas políticas revela traços marcantes do modelo cultural privilegiado nos meios de comunicação tradicionais (rádio, televisão, jornais ou revistas). Quer dizer, mostra-se ainda distante da ruptura com o passado patriarcal e colonial, pois como aponta WERBA (2004) “em tempos de globalização, não devemos desprezar esse poderoso meio de comunicação, muito menos, seu potencial para originar e reforçar representações sociais” (p.154). Segundo a UNICEF (Colômbia), o uso da

internet como veículo da pedofilia e pornografia infantil significa a geração de 2 a 3 milhões de dólares ao ano; esta mesma fonte revela a existência de cerca de 27 mil pedófilos já identificados utilizando a rede (ANFOSSI, 2005, p.38). Contudo, o uso do suporte informático pelo feminismo parece levar a uma quebra com o modelo convencional de comunicação. Diante dessa situação, no mínimo paradoxal, fica evidente a importância da estratégia dos movimentos sociais, em geral, e feministas, em particular, de utilizar a nova mídia como ferramenta na busca de novos paradigmas e para a afirmação de um tipo de cidadania mais global, a info-cidadania. Mas afinal, como se desenvolveu esse novo modelo de comunicação e informação pelas mulheres?

Neste trabalho apresentam-se dois dos diversos nascedouros, os quais se interligam no presente através dos caminhos que traçaram e da via comum do ciberespaço, a internet. No início eram as mensagens por correio eletrônico e os grupos formados para divulgar e trocar informações, seu desenvolvimento demarcou os anos oitenta do século vinte. A década seguinte registrou uma mudança substancial no uso dos recursos computacionais por parte das mulheres, ou seja, uma verdadeira revolução. Uma das pioneiras desse processo foi sem dúvida a jornalista Montserrat Boix, coordenadora do grupo *Mujeres en Red* da Espanha. Em freqüentes viagens pelo mundo, ao observar a realidade de alguns países, em especial a dos mais atingidos por fundamentalismos religiosos (Argélia, Nigéria, Afeganistão) e onde os movimentos das mulheres costumam ser duramente reprimidos, identificou a Internet como alternativa para denunciar situações dessa natureza. Não obstante, feita a ressalva de que foram os grupos pacifistas, de defesa dos direitos humanos, de desenvolvimento e proteção do meio ambiente, os primeiros a utilizar esse veículo como uma ferramenta política (BOIX, 2001).

Outras jornalistas ligadas a movimentos sociais, como a australiana Karen Banks, do *Green Net* de Londres, ou a britânica Sally Burch, com ampla experiência em

comunicação popular e de gênero na Agência Latinoamericana de Informaciones - *ALAI* do Equador, iniciaram a formação da equipe de trabalho da *APC* (Asociación para el Progreso de las Comunicaciones)⁷. Como resultado, em 1993, consoante ao processo preparatório da IV Conferencia Mundial da Mulher em Beijing (1995), foi criado o programa APC-Mujeres. Seu objetivo, unir redes sociais de mulheres a redes eletrônicas⁸. Originava-se, assim, uma das experiências pioneiras de redes na Internet. Os primeiros grupos feministas reunidos em torno da APC foram: American International Health Alliance, Boston Women's Health Book Collective, Casa de Colores, Center for Women's Global Leadership, Femnet, Equality Now, Global Foundation for Women, Isis International e De Mujer a Mujer (BOIX, 2001).

No curso dessas ações surgem em diferentes países muitos grupos de mulheres da área de comunicação articulados em torno da nova mídia e das TICs. Resulta daí uma potente fonte de distribuição de notícias e informações, via sítio e correio eletrônico, dedicada a tarefas que vão da emissão periódica de boletins (diários, semanais ou mensais) até a edição de revistas especializadas em gênero e comunicação. Surgem também iniciativas cuja meta é a discussão sobre a governança da Internet e o papel da sociedade na definição de seus rumos. O Quadro 2 permite ter uma idéia dos tipos de entidades que reúnem mulheres jornalistas e do que produzem.

Quadro 2 – Associações, Centros e Redes de Mulheres da Comunicação

Sigla / Local	Descrição
AMECO – Madrid	Asociación Española de Mujeres Profesionales de los Medios de Comunicación - Edita a revista. Género y Comunicación, agência de notícias de gênero. Amecoppres. www.nodo50.org/ameco
ADPC – Barcelona	Asociación Dones Periodistas de Catalunya. Possui uma seção específica. Donnes periodistas en Internet. www.adpc.org .
AWJA – EEUU	Asociación de Mujeres Periodistas. EEUU. www.awjchicago.org
AWMC – África	Centro Africano de Mujeres en los Medios de Comunicación. Edita o Boletín de información sobre mujeres periodistas africanas. www.awmc.com

⁷ A Associação está localizada no endereço www.apc.org, seu conteúdo disponibilizado em inglês, francês e espanhol e desenvolve um programa de apoio às redes de mulheres, denominado Apc Parm, cujo endereço é www.apcwomen.org.

⁸ Com isso é criado o Programa de Mulheres APC/PARM (Programa de Apoio às Redes de Mulheres), cujo propósito é funcionar como um rede para a mudança e o empoderamento das mulheres (Networking for Change and Empowermen), como pode ser visualizado no sítio web: www.apcwomen.org/

IWMF – EEUU	International Women's Media Foundation's. Boletín Internacional sobre mujeres periodistas. Washington. www.iwmf.org
LES PENELOPES - França	Ciberfemmes. Agencia de informaciones multimedia y Televisión Interactiva sobre temas de género. www.penelopes.org
MEDITERRANEAN MEDIA – Itália	Asociación de mujeres de la Comunicación. www.medmedia.org
MUJERES MAYAS – Guatemala	Centro de Mujeres Comunicadoras mayas. Información sobre las mujeres de los pueblos indígenas. www.rds.org.gt/cmcm .
NFPW – EEUU	National Federation of Press Women. EEUU. www.nfpw.org
SCIROCO – Itália	Red de Mujeres Periodistas del Mediterraneo. www.nti.it/scirocco
WIFP – EEUU	Women's Institute for Freedom of the Press . www.wifp.org
WOMEN JORUNALIST – Finlândia	www.kaapeli.fi/womenjorunalist

Fonte: Prá e Negrão (2005).

O quadro 3 demonstra os mais influentes sítios onde estão depositadas as informações, debates e documentos que fundamentam a discussão sobre as TICs e o poder da e sobre a Internet. Todos eles estão situados na América Latina.

Quadro 3 – Redes de Mulheres das TICs e sítios com documentos

Sigla / Local	Endereço
Agencia Latinoamericana de Información, ALAI	www.alainet.or
Asociación de Radios Comunitarias de América Latina, AMARC	www.alc.amarc.org
Comunicación e Información de la Mujer, CIMAC	www.cimac.org.mx/portada.html
AWMChoike. Un portal sobre na sociedad civil del sur. Instituto del Tercer Mundo	www.choike.org/es/
Radio Internacional Feminista	www.radiofeminista.net
GRULAC. Grupos de los Países de Latino America y el Caribe	www.elac.cl/socinfo
CUMBRE. Sítio oficial da Cúpula.	www.wsis.org

Fontes: Revista Mujer Salud (2005) e PERES PAZELLO (2005).

Os passos mais recentes do feminismo no uso das TICs indicam um enorme avanço em apenas duas décadas. A afirmação do direito à comunicação como parte dos direitos das mulheres resultou de ampla agenda feminista dos anos de 1990.

2.3 O marco político do direito à comunicação e informação

Como antes mencionado, durante o processo preparatório da Conferência de Beijing (1995) assiste-se a uma verdadeira explosão de comunicação mediada por computadores. Firmar esse modelo obviamente só foi possível porque as mulheres também

passavam a se organizar em redes. Tal fato teve claros reflexos naquela conferência pelo reconhecimento do direito de acesso das mulheres aos meios de comunicação. Tanto assim que o tema mulher e mídia viria a figurar entre os 12 pontos prioritários da Plataforma de Ação aprovada no evento, no capítulo J (A mulher e os Meios de Comunicação). Conforme tradução livre do texto divulgada pela Isis Internacional (www.isis.cl/) os governos dos 180 países presentes ao encontro se comprometem a:

- promover a participação plena e equitativa das mulheres nos meios de comunicação, incluindo sua participação na gestão e na produção de programas;
- procurar a distribuição equitativa na nomeação de mulheres e homens em todos os órgãos de comunicação privados e estatais ou públicos;
- estimular a importância das redes de comunicação das mulheres como disseminadoras de informação e intercâmbio;
- impulsionar programas que informem sobre a diversidade cultural dos povos indígenas;
- garantir a liberdade dos meios de comunicação e a sua proteção dentro da legislação nacional e estimular o envolvimento positivo desses meios nos temas sociais;
- fomentar uma capacitação relacionada com o gênero para os profissionais dos meios de comunicação; e,
- tomar medidas efetivas contra a pornografia e a projeção da violência contra as mulheres e crianças nos meios de comunicação (Isis Internacional, 1996, grifo nosso).

Como observa Monteserrat Boix (2001, p.32),

Beijing marca sem dúvida um antes e um depois no desenho de estratégias políticas do uso de novas tecnologias por parte das mulheres e nessa época assistimos ao nascimento de numerosos projetos que consolidam com o passar do tempo sua presença na rede.

A autora faz questão de destacar o Canadá como país de referência para situar a relação entre as mulheres e as Novas Tecnologias de Informação (NTIs). Realça nesse sentido a importância da subvenção do governo de Quebec ao fundo de infra-estrutura de informação (auto-pista) para o avanço da investigação sobre gênero e novas tecnologias, citando o *Womenspace* (www.womenspace.ca) entre os projetos mais expressivos daí resultantes. Ainda em relação a esse país, lembra ter-se gerado aí um evento do porte da *Marcha Mundial de Mulheres* (2000), cuja concretização só foi possível graças aos “novos espaços de comunicação eletrônica” (BOIX, 2001, p.35) com que contavam as feministas canadenses.

Outro momento importante deste processo se dá a partir de 2001, quando se realiza a Cúpula da Sociedade da Informação. Cria-se uma agenda internacional específica reunindo militantes feministas vinculadas às tecnologias da informação e da comunicação, que vão advogar participação na governança da Internet, o *software* livre, as emissoras de rádio e tevês comunitárias e relacionar a agenda feminista com esses novos meios tecnologicamente sustentados.

O desenvolvimento das páginas feministas na comunidade virtual, de crescimento inusitado, vem sendo objeto de estudos em áreas como a da comunicação, elaborados especialmente por jornalistas vinculadas ao movimento. Parte desse conteúdo integra publicações e revistas virtuais que pautam o debate feminista. Diversos temas percorrem a rede reconstruindo a história das mulheres, divulgando o pensamento feminista, denunciando a violência de gênero ou abordando questões relativas à saúde, sexualidade, economia, política, democracia, cultura e aos direitos humanos. O quadro 4 permite identificar uma parcela dessa produção.

Cabe destacar acerca dessa produção, o apreciado pela espanhola Cristina Fraga (2001) ao abordar “As *webs* das mulheres”. Comentando sobre o tema a autora enfatiza

que as páginas feministas na Internet, embora recentes, são capazes de unir mulheres das partes mais distantes do planeta. Quanto aos seus conteúdos, explicita que neles encontram-se além de informações a respeito de tudo o que acontece com as mulheres, as diferenças e distinções dos seus rostos e das suas posturas políticas: de pobres a ricas; de hetero a bissexuais; de brancas a negras; de jovens a maduras; de ecofeministas a conservadoras ou marxistas. Acrescenta a isso, que nestas páginas também são encontradas novas maneiras de criar o mundo, revelar preocupações, reinventar a vida e participar de tarefas comuns.

Quadro 4 - Publicações e revistas virtuais

Sigla / Local	Descrição
ANDAINA – Espanha	Revista de Pensamiento Feminista. www.escriptoras.com/andaina
CHACARERA – Perú	Centro de la Mujer Flora Tristán. www.ekeko.rpc.net.pe/FLORA/revista
CREATIVIDAD FEMINISTA – México	Revista interativa e militante. www.creatividadfeminista.com
HABITACIÓN PROPIA - Costa Rica	Comunidade virtual de mulheres. www.cosmovisiones.com/habitacionpropia
IL PAESSE DE LE DONNE – Itália	Revista em versão on line e papel. www.womenews.net
LA BOLETINA – Nicaragua	Revista on line de debate feminista. www.puntos.org.ni/boletina
LA VENTANA – México	Revista de Investigación Feminista. Centro de Estudios de Género. Universidad de Guadalajara. www.udg.mx/laventana
MALEN – Argentina	Suplemento de Género do Diário El Cordillerano. www.elcordillerano.com.ar
MAREA – Itália	Revista trimestral de atualidade e reflexão sobre o mundo das mulheres. www.marea.it
MAZORCA – Chile	Revista do programa Interdisciplinar de Estudios de Género. Universidad Chile. www.rehue.csociales.uchile.cl/genero/mazorca
MUJERES EN POLÍTICA - Argentina	Revista semestral. Informação para desenvolver novas formas de fazer política. www.mei.com.ar
MUJERES EN PRIMERA LINEA - España	Boletim de mulheres elaborado por Amnistía Internacional. www.a.i.es/accion/mujeres
PALESTINIAN WOMEN.S NETWORK - Palestina	Revista on line sobre as mulheres palestinas, criada por mulheres de seis partidos políticos. Inglês. www.pal.watc.org
PRENSAMUJER.COM – Espanha	Revista on line editada em Pamplona sobre política, economia, sociedade, União Européia, agenda, artigos de opinião sobre a mulher. www.prensamujer.com
TERTULIA – Guatemala	Informação na web e distribuição periódica de notícias por e-mail. Especial atenção para a AIDS, saúde reprodutiva, direitos humanos. www.geocites.com/quatertulia

Fonte: Prá e Negrão (2005).

Para Glória Bonder (2002, p.15), experiências dessa natureza podem ser interpretadas “como formas de resistência cultural *on line* de mulheres feministas”, expressas pelo manejo de novas linguagens, pelo foco em temas marginais ou pela “intenção

de demonstrar a importância das mulheres assumirem o controle da tecnologia e suas ferramentas”. Alerta, no entanto, se estar tratando de iniciativas ainda minoritárias e muitas vezes circunscritas a uma elite. Nesses termos, o alerta da autora sinaliza para os cuidados que se deve ter ao analisar a Internet como um novo espaço comunicativo e de empoderamento para as mulheres. Sua argumentação a esse respeito é esclarecedora quando diz:

É certo que há avanços concretos quanto ao número de mulheres que usam esta tecnologia, na aparição de páginas, foros, redes eletrônicas e serviços orientados para sensibilizá-las e apoiá-las, dar validade a suas posições políticas e fazer cumprir seus direitos. Se bem estas sejam experiências muito valiosas, não podemos esquecer que esses nichos são minoritários em volume de informação que circula na rede e tampouco sabemos com certeza que mulheres acedem a eles, quem produz e quem consome essa informação, quer dizer, quão democráticos são e que impactos diferenciados têm em relação a outras formas de organização feminina com propósitos similares (BONDER, 2002,p.32).

Dito isso, abre-se um espaço para analisar a origem e a relação do significado “ciber” e termos conexos, onde também será exposto o segundo nascedouro de intervenções feministas no ciberespaço.

2.4 Ci(y)berespaço, cibernética, ci(y)borgues, e ci(y)berfeminismo, breve vôo

A inclusão do tema “cyberespaço” ou “ciberespaço” no contexto dos estudos da Ciência Política merece uma breve incursão sobre sua origem e significado. Tratando a ciência política das relações de poder (PRÁ, 1996, p.109) – o fato de as mulheres representarem a metade da espécie humana, sua posição proporciona um ácido teste para os problemas da democracia e da democratização das relações de poder; também a idéia disseminada de que processos democráticos se realizam via eleições livres e honestas, portanto, sintetizadas na política político-partidária e procedimental, inserir gênero, feminismo e ciberespaço como lócus destas relações exige sem dúvida esclarecimentos. Como revisa Carole Pateman (1992, p.19):

Numa teoria da democracia moderna, a igualdade política refere-se à existência do sufrágio universal (um homem, um voto) com sua sanção por meio da competição eleitoral por votos e, mais importante, refere-se ao fato da igualdade de oportunidades de se ter acesso para influenciar aqueles que tomam as decisões por meio de processos intereleitorais, pelos quais diferentes grupos do eleitorado conseguem fazer com que suas reivindicações sejam ouvidas [...]

Desconfiando que essa fórmula seja a única, Carole Pateman em sua obra “O Contrato Sexual” demonstra nitidamente os “defeitos de origem” da democracia liberal ou “clássica”. Ela não só defende uma teoria participativa da democracia a partir de diferentes teorias, como propugna a existência de uma cultura política assentada em bases reformadoras das teorias humanistas para que se considere uma forma democrática de participação.

Como sua leitora, e trafegando por um tema incomum à Ciência Política, advoga-se aqui que as mulheres também vêm construindo novas formas de participação e elegem locais inusitados para realizá-los. Como destaca Prá (1996), se avaliarmos a relação mulher e política medindo exclusivamente sua menor ou maior participação nas instâncias da vida pública, o sentido do político sofre um reducionismo. A primeira comprovação disso está nos espaços virtuais já estabelecidos, mesmo reconhecendo-os ainda elitistas; daí porque discutir o ciberespaço torna-se fundamental numa concepção de democracia ampla. Afinal, de onde vem a idéia de ciber, cyber ou ciberespaço?

Esta terminologia, aparentemente anglicista, e não raro pronunciada a partir do inglês, tem conquistado tratamento privilegiado no campo dos estudos culturais, particularmente sob o enfoque da comunicação tecnologicamente mediada. Entre estes, destaca-se o já citado Albuquerque (2002, p.33) que, ao reposicionar o papel dos computadores como meio de comunicação, também apontou a quebra do esquema de comunicação baseado no sentido de E-M-R (emissor-meio-receptor), prevalente em todo o mundo até a década de 1990. Segundo este pesquisador da área da comunicação social, vive-se novos tempos e novas formas de interação. E ainda que prevaleça a cultura do *broadcasting* na comunicação (espetáculo para ser visto e ouvido) e que outras fórmulas sejam procuradas para permitir espaços interativos, como os programas de tevê que abrem à participação dos receptores, persiste a brecha tecnológica representada pelo domínio dos meios de comunicação por grupos econômicos. Hoje, mais do que acesso às tecnologias, está posto o desafio de possibilitar a todas as pessoas a decisão sobre os meios e acompanhar os avanços promovidos pela rapidez com que ocorre a obsolescência dos instrumentos que permitem o acesso e a inclusão digital.

No entanto, para continuar a incursionar no ciberespaço, merece resgatar a reflexão anterior sobre a origem do termo cibernética, por ser ontologicamente portadora de

significado para a Ciência Política. De raiz grega, o termo serviu para *designar o saber que permite ao piloto conduzir adequadamente sua embarcação*, portanto, denominação dada à técnica da pilotagem. O termo foi enriquecido de significado por Platão, sendo empregado para indicar a atividade de reger não só o rumo dos barcos, mas o destino dos homens numa sociedade, portanto, a arte de governar (BENNATON, 1986). Em *On governors* (1886) o físico inglês James Clerk Maxwell (apud BENNATON, 1986) vai se referir a ela como artefatos de controle das máquinas, até que nos anos de 1940 o matemático norte-americano Norbert Wiener passa a conotá-la como “o domínio todo da teoria da comunicação e do controle, seja na máquina ou no animal” (BENNATON, 1986, p.12).

Esta forma de tratamento dada ao termo o aproxima do uso contemporâneo da palavra, que passa a designar as relações entre homens e máquinas, ou, como define Bennaton, pelo “enredamento de máquinas e organismos num mesmo discurso” (BENNATON, 1986, p.82). Enredamento este que também iluminou vasta produção cultural norte-americana, iconizada pelo romance *Neuromancer*, de Willian Gibson (2003), o filme *Blade Runner* (1982) apontado como clássico no gênero, a série para televisão *O Homem de 6 Milhões de Dólares*, que dominou este meio nos anos de 1980. Desta variada produção eclode a idéia de ciborgues, ou seja, de seres humanos que para permanecer vivos e ativos utilizam-se de artefatos tecnologicamente construídos para complementar funções. Incluem-se aí, segundo alguns autores, não só personagens criados pela imaginação, como o *Robocop* que surge dos restos de um policial e se torna mais máquina do que humano, desprovido de *sex appeal*, infantil para seu porte físico, e teoricamente criticado pela mais importante precursora do ciberfeminismo, Donna Haraway. Para ela, o tradicional ciborgue masculino mostrado na ficção, sempre calado e submisso ao comando, foi inspirado na idealização conservadora sobre as mulheres.

Seria, portanto, carcaça, sexo disfarçado, pois é uma máquina, e como tal, "assexuada" (Manifesto Ciborgue, 1985).

Diferente de Haraway, Regis (2002, p.74), citando Katherine Hayles, menciona uma estimativa de que cerca de 10% da população atual dos Estados Unidos é ciborgue, portanto viveria ou teria sua qualidade de vida melhorada nos dias atuais em função de válvulas, chips, artérias, parafusos, bolhas intragástricas, aparelhos para controle de batimentos cardíacos, amplificadores de audição, e toda uma parafernália de próteses e órteses, que permitem a pessoas seqüeladas por acidentes e doenças, ou portadoras de deficiências, continuar convivendo com outros humanos. Portanto, é possível compartilhar humanos e máquinas, tema que será retomado mais à frente. A autora conclui que nos dias atuais as fronteiras entre seres biológicos e “maquínicos”, corpo e pensamento são colocadas em movimento. Diz a autora:

As tecnologias de informação e a comunicação mediada por computador oferecem a possibilidade de novas experiências e formas de interação entre homens e máquinas. Os hibridismos entre os elementos naturais e artificiais, orgânicos e metálicos, e entre espaços internos e externos, físicos e não físicos fazem do ciborgue o nosso mais novo devir [...] (p.76)

E conclui:

[...] o humano não é um dado natural, mas um conceito construído cultural e historicamente.

Por sua vez a origem do termo ciberespaço remetido à literatura, reconhece o escritor Willian Gibson, fundador de um estilo literário batizado “ciberpunk” como o precursor desta terminologia na dimensão conquistada nos dias de hoje. Sua obra principal *Neuromancer* se passa num tempo e num espaço em que organismos e máquinas estão em tal nível fundidos, que dificilmente se reconhece um espécime humano sem

acessórios e artefatos industriais a completar tecidos, órgãos e até parte ou inteligências integralmente artificiais. Gibson, um dos criadores da série *Matrix* para o cinema, assim descreve o cenário de sua ficção, cujos personagens são desprovidos de valores éticos, está ausente todo e qualquer conceito de parentalidade ou sociedade, permanecendo a idéia de comunidades constituídas a partir de interesses meramente mercadológicos. Case, o personagem principal é um *cowboy* espacial em luta para recobrar a autonomia de seu corpo, no qual foi injetada por vingança uma substância que o está matando aos poucos. Ele quem define num diálogo com sua namorada, Molly, uma ciborgue “avançada”, pois quase toda máquina:

O cyberspaço. Uma alucinação consensual vivida diariamente por bilhões de operadores autorizados em todas as nações, por crianças aprendendo altos conceitos matemáticos...Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impen-sável. Linhas de luz abrangendo o não espaço da mente; nebulosas e constelações infindáveis de dados. Como marés de luzes da cidade [...] (Gibson, 2003, p.67-69).

Ou numa visão profética da Sociedade da Informação globalizada:

Sim, há coisas lá fora. Fantasmas, vozes. Por que não? Oceanos tinham sereias, toda essa merda, e tínhamos um mar de silício, morou? Certo, é simplesmente uma alucinação sob encomenda, que todos nós concordamos em ter, o ciberespaço, mas todos que se ligam a ele sabem, sabem, com todos os diabos, que ele é todo o universo (Gibson, apud Plant, 1999, p.227).

Escrita em 1984, a obra do autor norte-americano é lida por alguns como visão otimista do ciberespaço, considerado muito próxima das questões ciberfemininas, no sentido de que pode revelar sub-culturas, alternativas e opostos vivendo em conflito dentro do sistema. Concebido como crítica aos discursos tecnoutópicos, o ciberespaço, tanto para *punks* quanto para feministas, motivaria um diálogo entre as diferenças; no entanto, esta obra estaria também marcada por um ceticismo ou de maneira “*punk*” e desesperada, paradoxalmente antevendo a possibilidade de uma nova dimensão de rela-

ções, dimensão essa tanto para o estabelecimento de breves trocas de dados e informações como para outros níveis de reflexão sobre a própria construção do conhecimento. Portanto, talvez seja um exagero predizer que máquinas comandarão humanos, como profetizou Sadie Plant no preâmbulo de sua obra *“A Mulher Digital”*, onde escreve:

Quando demos por nós, estávamos trabalhando como componentes servis de sistemas cujas escalas e complexidades não conseguíamos compreender. Seríamos nós parasitas? Ou eles os nossos? De qualquer modo, tornamo-nos componentes de nossa própria servidão. Para todos fins e propósitos, desapareceremos. (Plant, 1999, p.12).

Todavia, quando redes digitais se formam incessantemente para estabelecer trocas de informações, passam a ser indispensáveis para a formação de bancos de dados, permitem a reunião de achados de diversos pontos do planeta, de continentes, países, regiões, cidades e bairros, é inegável o estudo sobre a sua importância na permissão e mediação de relações. Não propriamente direcionadas às máquinas, mas àquilo que pessoas, como sujeitos políticos são capazes de elaborar e produzir quando se conectam. O ciberespaço como locus de debate, estímulo às potencialidades humanas, suscitando o crescimento intelectual, segundo o entendimento de Freitas (2005, p.55), ao relatar o processo de construção de uma rede de pesquisadores com diferentes concepções do que seja conhecimento:

Um dos princípios básicos da discórdia entre os integrantes dessa rede de pesquisadores era a atribuição de um papel maior ou menor às máquinas (inteligência artificial)⁹ no processo de construção de idéias e argumentos. Outro princípio que gerou divergências significativas foi a consideração ou não de aspectos sociais relativos à produção do conhecimento (FREITAS, 2005, p.57).

⁹ Explicação de minha autoria.

Freitas então se posiciona e defende que se considerem questões sociais na construção do conhecimento: “a proposta é a de permitir ao usuário do sistema de acesso também à história social de um dado conceito ou argumento” (FREITAS, 2005, p.57).

Para efeito de reflexão, merece também atenção o fato de ser pouco conhecida a palavra inglesa “*peopleware*”, o elemento humano na constituição do mundo dos computadores, enquanto *hardware* tornou-se conhecida como a parte dura, estrutural dos computadores e o *software*, seu conteúdo, os programas e aplicativos que permitem o trabalho com dados.

2.5 Ci(y)berfeminismo: Clitóris apontado em direção à Matrix x Necessidade

De onde parte o presente trabalho, tem ainda relevância recuperar o debate sobre o que se denominou de ci(y)berfeminismo. Para algumas autoras (Wells, 2005), esta vertente do movimento feminista não plantou suas raízes na América Latina. No entanto, observando-se a movimentação mais recente de feministas ligadas à agenda do *software* livre, esta afirmação torna-se provisória, ainda que reserve características inovadoras.

Historicamente, pode-se dizer que o ciberfeminismo teve sua gênese na Austrália, em 1991, quando quatro jovens mulheres - Josephine Starrs, Juliane Pierce, Francesca da Rimini e Virginia Barratt - criaram o grupo Vns Matrix e divulgaram o *Cibermanifesto para o Século 21*, uma homenagem à já citada Donna Haraway, uma teórica cultural que, em 1985, escreveu "*Manifesto para Ciborgues*", uma crítica que usa ciborgues (robôs que, em ficção científica, são réplicas humanas) como metáfora de idéias favoráveis a diferenças.

Considerada com o uma vertente do movimento feminista internacional, caracteriza-se por manifestações criativas e artísticas e manutenção de espaços digitais como o www.cyberfeminism.net, endereço que hospeda a *Coleção subRosa*. Neste local trabalha Faith Wilding, mulher de origem paraguaia radicada nos EUA desde 1961 e uma das fundadoras do movimento de arte feminista. Segundo *subRosa*, o ciberfeminismo é uma manifestação do feminismo que foca nas novas tecnologias digitais a discussão para mudanças nas condições políticas, econômicas e pessoais nas vidas das mulheres.

Outras versões sobre o surgimento do movimento apontam que o ciberfeminismo começou no meio dos anos 1980 por meio da personagem Rachel, a andróide do filme *Blade Runner*, considerada a primeira heroína das ciberfeministas. As quatro garotas francesas pobres e sem ocupação decidem que não queriam ser apenas meros andróides como Rachel:

Era o verão de 91 e éramos quatro garotas. Estávamos com calor, tudo estava muito chato e éramos muito pobres. Decidimos mudar o mundo da pornografia e fazer pornografia para garotas. Criamos algo usando computadores roubados: Implore (Beg), Puta (Bitch), Caída (Fallen) e Pegada (Snatch). Decidimos que era mais divertido brincar com computadores e passamos a nos chamar VNS Matrix. (BADÔ, 2004)

A revolução proposta pelas jovens, quase pura contestação comportamental, pois VNS Matrix é um trocadilho com o planeta Vênus, considerado “feminino”, sendo a simbologia do feminismo o “espelho de Vênus” e Matrix, um mundo ficcional criado por um *software*, dominado pelos homens fortes e poderosos. Para esse grupo de garotas mais ousadas entre as ciberfeministas, “tecnologia só se faz com muito tesão [...] o clitóris tem que ser uma arma apontada em direção à Matrix” (BADÔ, 2004). Esta é a primeira frase do manifesto das jovens fundadoras do movimento, que ganhou outros caminhos logo a seguir.

Além da política, da pornografia e da arte, o ciberfeminismo também representa uma vida mais fácil para as mulheres. Seguindo o exemplo da primeira *hacker* conhecida da História, Ada Byron Lovelace, as mulheres criaram projetos de tecnologia que servem para o público em geral e para educar outras mulheres. É o chamado *tech-empowerment*, educação, poder e respeito através da tecnologia ((BADÔ, 2004).

A vida recente deste movimento cujo espectro é restrito às camadas intelectualizadas das mulheres, encontra no Brasil e na América Latina poucas adeptas declaradas. Utilizando-se de ferramentas da comunicação mediada por computadores, feministas preferem declarar que são mais meio do que inspiração ou forma de ativismo digital. Na interpretação de Tatiana Wells (2005) com a expressividade e uma “(im)possível” linguagem feminina. Wells (2005) ainda define como "uma estratégia retórica, assim como método político" o ciberfeminismo nasceu em um contexto europeu dos anos 1990, como resposta e homenagem a Donna Haraway, que definiu o seu *Manifesto Ciborgue* como “um olhar (multi)particular para a ciência e a tecnologia”. Wells, ao analisar o contexto do Manifesto, afirma que ele teria sido uma tática poético/política para o enfrentamento da sociedade tecnoautoritária e seus discursos, os quais são chamados por Haraway de "informática da dominação".

Para nós, meninas e mulheres que não só perderam a revolução feminina norte-americana dos anos 60, por entre a ditadura e o golpe permanente do oligopólio da comunicação, mas que têm no imaginário o antropofagizar do Outro, o eu ser você e você ser nós, parece ser mesmo com muita naturalidade que nos conectamos livremente, de formas cooperativas e não-sistemáticas. Pois flui menos das instituições e dos movimentos sociais organizados verticalmente, do que dos projetos independentes em rede, que se unem sob a bandeira “livre” (software livre, conteúdo livre, rádio livre), os complexos horizontes de enfrentamento e liberdade do novo cotidiano político digital, em permanente construção (WELLS, 2005).

Ainda que se possa concordar que o ciberfeminismo como aquele movimento original contestatório nunca chegou à América Latina, uma militância feminista se constituiu em torno da democratização das tecnologias da informação, unindo tanto iniciativas para criar as rádios comunitárias quanto para o acesso e a inclusão digital das mulheres no ciberespaço. Em âmbito latino-americano e caribenho, por exemplo, surgiu em 2001 e vem se fortalecendo uma articulação em torno do direito à comunicação (PERES PAZELLO, 2005, GÓMEZ, 2005), cujas iniciativas vêm recebendo a atenção das principais redes feministas, em especial pela Red de Salud de Las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe (RSMLAC). No informe sobre esta articulação, publicado no final de 2005, Maria Suarez, jornalista e radialista vinculada à *Radio Internacional Feminista* analisa o uso que as mulheres da região dão principalmente às tecnologias da informação e da comunicação: “se há um aporte de parte das mulheres, é precisamente o fato de que as utilizam ligadas às suas necessidades e não como um jogo em moda”(Revista *Mujer Salud*, 4/2005, p.36). No Brasil, a pesquisa realizada pela Rede Cyberela¹⁰ por exemplo, resulta desta motivação, sendo reveladora de importantes exemplos de fortalecimento feminino.

¹⁰ A Rede Cyberela é um projeto do Cemina (RJ) criado com o objetivo de capacitar comunicadoras para usar os recursos da tecnologia de comunicação digital melhorando a qualidade de suas comunicações (www.radiofalamulher.com).

CAPÍTULO 3 – Estratégias interativas de empoderamento das mulheres

Os meios não procedimentais de empoderamento e expansão da cidadania, enfim, dos fatores que incidem no processo de construção democrática, constituem um campo infindável de investigação, no qual as novas tecnologias integram estratégias de fortalecimento da sociedade. Situada a reflexão nesses termos, mostra-se oportuno mencionar alguns dados referentes ao acesso a essa tecnologia no contexto latino-americano.

Países da América Latina como Brasil, Argentina, Chile, México e Colômbia situam-se entre os que possuem maior quantidade de usuários/as de computador e Internet na região. Apesar disso, em se relacionando os dados aí encontrados à população total da região, verifica-se que os percentuais desse uso tendem a ser pouco expressivos se comparados com índices do mundo desenvolvido. Para se ter uma idéia, em 1999 apenas 1,8% usava Internet na região. Cifras mais positivas foram estimadas para 2003, momento em que se esperava contar com uns 30 milhões de internautas, perfazendo uma taxa de crescimento próxima dos 41% anuais. Não obstante se considerado o total populacional isso só alcança 6,8% . Estimativas para os Estados Unidos indicavam que o número de usuários de Internet era de noventa e dois milhões e destacavam o notável avanço das mulheres que, em 1999, representavam 46% do total de usuários e, em 2000, chegavam a 50,4%, vindo a confirmar previsões nas quais em 2002 elas estariam ultrapassando os homens (BONDER, 2002). De acordo com Bonder, é cabível conjecturar

que esta tendência também seria seguida em países onde já se sinalizava para isso como Inglaterra, Alemanha, Austrália e Canadá. Dados mais atualizados indicam esta mesma tendência para alguns países da América Latina, entre os quais se inclui o Brasil.

Quanto ao Brasil, cabe mencionar o estudo divulgado pelo Cemina (2004) sobre a experiência da Rede Cyberela, tanto pelos dados apresentados como pela distinção conceitual utilizada para explicar o acesso das mulheres ao novo ambiente da comunicação. Esclarece a esse respeito que enquanto a idéia de “democratização da informação detém-se à universalização do acesso aos meios de comunicação digital, o conceito de inclusão digital é mais abrangente: ainda que a democratização da informação seja o primeiro passo do processo de infoinclusão, este implica em construção do conhecimento. Ao lado disso, os resultados do estudo evidenciam o fenômeno da exclusão digital no Brasil, ao registrarem que cerca de 81% da população do país não tem acesso a computador (www.cemina.org.br).

Os índices de inclusão do Brasil, se comparados aos dos Estados Unidos, onde por volta de 50% da população tem acesso à internet ou da Escandinávia, cuja porcentagem atinge os 60%, são irrelevantes. No entanto, situando esse fenômeno na Europa, verifica-se em países como a Espanha índices similares aos encontrados no Brasil, com baixas taxas de acesso à nova mídia.

Nesse ponto cabe abrir um parêntese para ressaltar a tendência à reprodução de indicadores semelhantes aos brasileiros e espanhóis em países situados entre os de alto IDH como Portugal ou Grécia, com taxas de acesso à Internet correspondentes as da América Latina. Por coincidência, em sociedades submetidas historicamente a períodos ditatoriais e a padrões de cultura política mais próximos do viés autoritário do que da prática democrática. Sem aprofundar esse debate, interessa ainda mencionar o fato da dianteira do processo comunicativo ter sido assumida no contexto anglo-saxão. A cons-

tatação desse tipo de vínculo da rede demandou o esforço na criação de espaços comuns de língua espanhola para milhares de pessoas sem conhecimento de inglês ou francês.

Quanto à qualidade das conexões, pesquisas recentes como a Barômetro Cisco de Banda Larga elaborada por Cisco Sistemas e o International Data Corporation (IDC), revelam que o Brasil está entre os países da América Latina com menor quantidade de acessos em alta velocidade, cerca de 1,9% das conexões, cerca de 3,5 milhões de acessos de internet. Na Argentina é de 2%, no Chile de 4%. Em relação aos Estados Unidos, onde esse índice é de 14%, há uma enorme brecha, e maior ainda em relação à Coreia do Sul, aonde a alta velocidade das conexões chega a 26,2% (*Zero Hora*, 10.02.2006, *Caderno de Informática, capa*).

Ainda em termos quantitativos, os dados revelados pela *Pesquisa Ibope/NetRatings* divulgados na imprensa em 19 de março de 2006 (*Correio do Povo*, p.10), indicavam um crescimento significativo de internautas residenciais no Brasil usuários da internet. O acesso à rede mundial de computadores teria aumentado de 19,9 milhões de brasileiros para 21,2 milhões no último ano. Já os dados revelados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, órgão que realiza os registros de domínios, apresentou balanço em março de 2006, segundo o qual o número de domínios “br” atingiu 880.782 registros em fevereiro, contra 866.969 registrados em janeiro, o que demonstra ter havido na virada do ano um “boom” na informática brasileira, possivelmente relacionado com as políticas de incentivo do Governo Federal para a aquisição de PCs com conexão a preços baixos.

Registram-se no Brasil e na América Latina nos últimos anos iniciativas de caráter governamental para a construção de espaços de acesso virtual, podendo ser citadas a Venezuela, cujo governo disponibilizou 243 infocentros à população; o México, que em 2004 lançou o programa E-Mexico visando instalar até 2007 cerca de 3.200 centros

comunitários digitais em escolas, bibliotecas e comunidades rurais; o Chile, que também abriu cerca de 294 telecentros em áreas distantes e rurais e conectou 368 espaços em bibliotecas; e até em Cuba, onde o acesso é regulado pelo Estado, cerca de 300 novos espaços computadorizados foram instalados em instituições com acesso ao público. Segundo este informe, a Argentina tem o mais elevado índice de conectividade da região, com 11% da população. Essas políticas digitais, segundo Márquez (2003) podem ser vistas como parte de um projeto de pagamento de dívida social com os povos da região, que por sua vez se mobilizam, com meios próprios, tanto para superar a brecha digital como a social e a cultural.

Um desses exemplos ocorre no Chile, a Corporación Encuentro, localizada em Comuna Popular de Santiago, no Chile. Neste bairro, desde 1997, com a abertura de um telecentro, pessoas de todas as idades, homens e mulheres, decidiram desafiar o mundo virtual. Trocando saberes e tendo como marco teórico o capital social, foram abertas salas de aprendizado de informática, de acesso à infovia e de preparação para o mercado de trabalho. O dado diferenciado, é que mulheres, até então donas de casa, assumiram o comando do projeto, compartilhando com os homens as decisões.

Criador desta que é hoje uma rede de 16 telecentros populares em onze localidades do Chile, Cláudio Orrego afirma que o sucesso do empreendimento comunitário está na sua concepção: “quando começamos, pensamos em fazer alguma coisa que gerasse oportunidades concretas para que os moradores pudessem defender-se, realizar-se e sair adiante, que não fosse apenas uma ajuda material, esgotável no tempo, mas sim espaço concebido para a procura e geração de capital social, que aumentasse a densidade das redes e melhorasse finalmente a qualidade de vida das pessoas”. Cynthia Soto, a atual diretora executiva, iniciou sua trajetória sem sequer haver tocado num computador, tornou-se a principal motivadora da participação das mulheres. Hoje, além deste,

outros telecentros estão instalados com recursos gerados nas próprias comunidades e uma rádio foi colocada no ar.

Este é mais um exemplo a ilustrar o papel desempenhado pelas latino-americanas para construir e assegurar esses espaços para milhões de mulheres (Boix, 2001), o que inclui a experiência do cenário comunicativo brasileiro, para onde se redireciona a avaliação.

3.2 Inclusão digital de gênero versus desigualdades sociais do Brasil

Refletir se o processo de comunicação mediada por computadores é inclusivo, ou se pertence a um reduzido número de mulheres que estão organizadas em ONGs, redes, espaços institucionais e na universidade, é um procedimento tão complexo quanto necessário. No Brasil, a taxa de acesso das mulheres a computador é de 12,7%, enquanto a dos homens é de 12,3%. Também no que diz respeito à taxa de acesso à Internet, as mulheres apresentam valores ligeiramente superiores: 8,4% contra 8,2% da parcela masculina da população (Cemina, 2004)¹¹. Todavia tal panorama não se expressa em relação à governança da Internet no Brasil, pois em seu Comitê Gestor é integrado por apenas uma mulher entre as representações da sociedade civil e somente homens representam o governo federal.

Ao lado disso, pode-se argumentar que o movimento feminista, mesmo reduzido em número de integrantes, foi capaz de produzir grande impacto nos debates contemporâneos acerca do comportamento humano e das relações sociais. Ao mesmo tempo,

¹¹ O "Mapa de Exclusão Digital" publicado pela Fundação Getúlio Vargas em 2003, forneceu elementos ao trabalho do Cemina. Esta pesquisa utilizou dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio) de 2001 e do Censo do IBGE de 2000.

crece cada vez mais entre as mulheres a comunicação via Internet. Nessa direção, Maria Juracy Filgueiras Toneli, analisou as publicações de ONGs feministas em espaços da Internet. Mesmo considerando-os ainda restritos, pode avaliá-los como importantes meios de difusão de conhecimento. Em vista da dimensão deste fenômeno e considerada a importância da sua constituição como objeto de análise da Ciência Política, traz-se à tona o compromisso de diferentes organizações feministas com o processo de construção da cidadania feminina.

No Brasil, tais organizações, incluídas redes, articulações, ONGs, associações, grupos, comissões, comitês e mesmo os conselhos de direitos das mulheres, vêm utilizando redes virtuais desde 1995. Os meios mais usuais são: o correio eletrônico, com a troca de e-mails e circulares, as *newsletters e blogs* e a colocação de *sites* mais ou menos elaborados na rede, os quais geralmente remetem @s visitantes para muitos outros sítios via *links* que mantêm associados. Além destas formas de comunicação virtual, as listas temáticas tornaram-se uma dinâmica que reúne pessoas em torno de assuntos específicos, gerando projetos, agendas, debates, críticas, mobilizações. Finalmente, há os *chats*, espaços de conversa instantânea que, com a identificação prévia do participante, permitem o acesso ao grupo e os *orkuts*, congregações de pessoas em torno de interesses, que se apresentam com fotos, breves biografias e estabelecem contatos digitais. Muitos outros meios de participação na Internet são possíveis como: teleconferências, tele-cursos e ambientes virtuais.

Atendo-nos às páginas feministas, uma sondagem rápida pelos portais de “busca” remeterá a algumas das mais conhecidas, entre elas: Rede Feminista de Saúde (www.redesaude.org.br), Cfemea (www.cfemea.org.br), Agende - Ações de Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (www.agende.org.br), Geledés (www.geledes.org.br), Rede Mulher de Educação (www.redemulher.org.br) e SOF - Sempre Viva Organização

Feminista (www.sof.org.br). O que as caracteriza é uma orientação temática específica que expressa o seu vínculo com os “instrumentos internacionais” gerados pelo Ciclo Social da ONU (Organização das Nações Unidas).¹²

A Rede Feminista de Saúde relaciona-se de forma mais direta com a Plataforma de População e Desenvolvimento do Cairo, divulga em sua página e no Boletim Rede-fax a agenda relativa a área dos direitos sexuais e reprodutivos, destacando o debate sobre aborto e violência de gênero. A Agende vincula-se ao processo de cumprimento da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW, sendo difusora desses instrumentos internacionais. O Geledés - Instituto da Mulher Negra, orienta-se pelo Documento da Conferência pelo Fim da Todas as Formas de Discriminação, Racismo, Xenofobia e Outras Formas Correlatas de Intolerância, elaborado em Durban (2002). Já o Cfemea volta-se à relação do movimento feminista com o processo legislativo e à criação de mecanismos previstos na Plataforma de Ação de Beijing (1995) e Beijing⁺5 (2000), elaborando boletins atualizados sobre a tramitação dos assuntos em pauta no Congresso Nacional.

A essas se somam centenas de páginas de outros grupos articulados em torno da defesa dos direitos da mulher. Dentre eles, o da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que coordenou o processo da Conferência Nacional de Mulheres (2002), base para a elaboração da Plataforma Política Feminista¹³. Essa Conferência reuniu em Brasília cerca de 2.000 mulheres que contaram com uma base de aproximadamente 5.200 ativistas de seu movimento. A mobilização teve lugar em 26 estados brasileiros com a realização de conferências estaduais para estudo, debate e votação dos temas abordados.

¹² Refere-se às Conferências realizadas a partir da década de 1970, tendo como marco o Ano Internacional da Mulher (1975) e a Década da Mulher (1976-1985), somadas às Conferências de Direitos Humanos de Viena (1992), de População do Cairo (1993), até os dias atuais.

¹³ O documento da Plataforma Política Feminista está divulgado na íntegra em diferentes sítios da Internet, entre eles pode ser encontrada em: www.redesaude.org.br/html/cnmb-pf2.htm

Cabe notar que este processo foi facilitado pela troca de informações interativas pela rede.

Em síntese, com base no exposto cabe notar a pertinência de mencionar eventos dessa natureza para destacar a importância e eficiência das redes e do ambiente virtual na concretização de projetos para atender necessidades práticas e estratégicas relativas ao cotidiano das mulheres. No caso da elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, sua ação pode ser potencializada, de um lado, por meio de teleconferências prévias que o amplificaram e, de outro, com a troca, via Internet, de documentos e textos que serviram para subsidiar o processo de construção do Plano. Em fase de implementação, resultou, entre outras políticas, na disponibilização de um Sistema Nacional de Informações sobre Gênero (SNIG), uma base de dados cuja utilização permite subsidiar a elaboração de políticas públicas de gênero fundadas em critérios técnicos e científicos.

Quanto à participação das mulheres no espaço virtual, suas páginas oportunizam a interatividade, a chamada para campanhas e a votação de temas muitas vezes polêmicos. Já a divulgação de programas e projetos ou a publicação integral de legislações nacionais e internacionais servem como garantia da difusão dos direitos das mulheres. Nesse sentido, também atuam mecanismos institucionais como o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (Cedim-RJ), pela indexação de estudos sobre mulher e gênero. Outros como o Conselho Municipal de Porto Alegre (www.comdim-poa.ufrgs.com.br) registram em suas páginas desde o histórico do movimento de mulheres até a Plataforma de Beijing, entre outros. Os núcleos de estudos vinculados a universidades, por seu turno, apresentam artigos e resultados de pesquisa. Neste caso se incluem entidades situadas de norte ao sul do País, dentre elas o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher (Niem/UFRGS) da Universidade Federal do Rio Grande do

Sul (www.nucleomulher.ufgrs.br). Já em relação ao outro extremo do Brasil pode ser mencionada a Redor, Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (www.ufrn.br/sites/nepam/redor.htm).

Estudos sobre a troca diária de mensagens eletrônicas entre organizações e militantes do movimento feminista ainda é um campo em aberto a respeito da utilização desse meio pela população feminina. Outro aspecto a considerar é o de que ainda mostra-se necessário conhecer o interesse que move as mulheres quanto ao uso das novas tecnologias. Como sustenta Boix (2001, p.52), a “Internet é uma maravilhosa ferramenta para um espaço global e participativo, porém também pode facilitar o controle absoluto e a manipulação por parte de quem sabe manejar seus códigos”. Seria significativo, assim, perguntar se há relação entre número de sítios e o uso de correio eletrônico, por exemplo, e se as visitas destas páginas poderiam refletir o grau de interesse real das mulheres em busca de “agendamentos” para enfrentar as desigualdades de gênero.

É importante, portanto, atentar para processos em curso que se alteram com excessiva rapidez e de modo às vezes imprevisível. Sem dúvida tem-se de conviver com a nova mídia e relacionar-se com ela, mas só poderemos nos contrapor à perversão desse meio tendo clareza de “como, por que e para que a estamos usando” (BOIX, 2001, p.50). Nesse sentido, como enfatiza Boix, a Internet poderia ser vista como um instrumento para incrementar a ação entre pessoas, setores sociais, países e regiões e, isso, em escala planetária. Portanto, na medida em que a nova mídia puder ser um mecanismo de democratização das comunicações pode se mostrar elemento estratégico para o empoderamento das mulheres.

Cabe ressaltar neste momento a estreita relação entre o processo de articulação das mulheres em forma de rede e a utilização da Internet como forma de amplificação de suas agendas, destacando a relação entre informação, conhecimento e empoderamen-

to. Recuperando estudo recente sobre essa forma de articulação em redes, pelo menos três aspectos essenciais concorrem para sua existência: a temática que a mobiliza e justifica, o conhecimento dos mecanismos e instrumentos que permitem a sua existência, e por fim o tipo de relações entre integrantes de uma rede, na medida em que os chamados nós das redes são mais do que instituições, são pessoas de carne e osso que interagem, dando-lhes vida (NEGRÃO, 2004).

Como concluiu o estudo realizado pelo Cemina (2004), a Internet está sendo cada vez mais utilizada para “o desenvolvimento de capital humano, capital social e participação política, ultrapassando as meras atividades de consumo”. Certamente esse é um desafio a novas investigações para sua efetiva comprovação, mas apresenta-se desde já como um indicador das decisões tomadas, por exemplo, pelos organismos internacionais que inspiram as políticas públicas, como as Nações Unidas. O acesso às Tecnologias da Informação como o terceiro fator mais importante que as mulheres enfrentam num mundo global, logo após a pobreza e a violência contra as mulheres, definido em Beijing 95, no mínimo deve servir de alerta para a formulação de políticas públicas de gênero.

Pode-se também tomar como assertiva que as redes de conhecimento, como aponta o Cemina (2004), catalisam o processo de empoderamento feminino baseado no mecanismo do conhecimento partilhado e no incentivo à participação no progresso econômico e social. Se “fortalecer e empoderar implica que a pessoa assuma o comando de sua própria vida” (idem), as tecnologias da informação, em forma de rede, alimentam tal processo, ainda que bem distante do almejado.

Apointa, ainda, a necessidade de investigação sobre a relação entre acesso digital em espaços públicos, como tele-centros, e privados (domésticos e/ou empresariais), e a relação entre acessibilidade/exclusão enquanto possibilidade de uso deste recurso e sua

apropriação pelas usuárias, já que outro elemento, o chamado “analfabetismo digital” se interpõe como fator frustrante a potenciais integrantes de redes virtuais. Portanto, coloca-se em aberto um campo de reflexões, na medida em que a integração de redes implica em conhecer seus mecanismos e por meio deles poder intervir para alterar cenários, contextos e agendas.

O que se pode deduzir neste momento é que a criação de novos ambientes, como os mediados por computadores, permitem novas interações comunicativas por meio da troca de informações e que a superação das restrições ao seu acesso e real transformação em instrumento para o seu fortalecimento devem constituir um desejo das mulheres. Desejo esse nitidamente implicado com a sua descoberta como sujeito capaz de produzir transformações nos campos individual e coletivo, elemento fundamental para o empoderamento.

No intuito de contribuir com este debate, este estudo pretende analisar as relações entre o uso do ciberespaço pelas mulheres que freqüentam telecentros e a produção de capital social e empoderamento de gênero. Do que se está falando, afinal?

CAPÍTULO 4 - Capital Social e Empoderamento de Gênero

4.1 Capital Social

Robert Putnam, introdutor do termo Capital Social na Ciência Política em estudo comparativo sobre o desenvolvimento regional na Itália (2000)¹⁴, identificou as formas como se manifestam as normas e cadeias de relações sociais, enxergando nelas “círculos virtuosos e círculos viciosos”. O autor desenvolveu a idéia de que os sistemas de participação cívica (ALMOND & VERBA, 1965) são essenciais para a formação de capital social, sendo esse forjado ao longo do tempo, influenciando e sendo influenciado pela cultura. No seu entendimento, o grau de desenvolvimento de uma comunidade pode ser interpretado pela disposição de seus cidadãos de cooperar em benefício mútuo, uma interação horizontal por ele medida na Itália pelo grau da “vibração cívica” - formas de associação, participação em votações, tipo de voto, índice de leitura de jornais, os quais formaram indicadores básicos da sociabilidade; e nos Estados Unidos pelo número de associações e do voluntariado, das relações de vizinhança e até mesmo pelas equipes que jogam o popular esporte do boliche¹⁵.

Segundo Putnam (2000, p.186), a “regra da reciprocidade generalizada” é um componente altamente produtivo do capital social. Dessa perspectiva, a confiança é um elemento-

¹⁴ O autor desenvolve este conceito de maneira fragmentada em todo o seu livro “Comunidade e Democracia – a experiência da Itália moderna”, portanto adoto um, no qual refere-se a “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (p. 177).

¹⁵ Na obra “Bowling Alone”, Putnam verifica uma erosão do capital social nos Estados Unidos e o crescimento do individualismo.

chave, pode ser duradoura e resistir a episódios históricos importantes para os povos, como guerras, epidemias, invasões estrangeiras, sendo um componente cultural, social e político. Confiança, cooperação e reciprocidade, portanto, são elementos essenciais na formação da identidade cultural de um povo, de seu sentimento de pertencimento (BAQUERO JACOME, 2001).

Isso nos ajuda a compreender o difícil processo democrático em países como o Brasil e na América Latina, onde as disputas entre os interesses privados e públicos não raro se mesclam ao longo da história, dificultando a formação e a manutenção do ingrediente básico do capital social, a confiança na qual se alimenta a reciprocidade e nos instigando a olhar mais atentamente para os processos de identidade cultural regional.

No continente latino-americano a característica marcante foi (e ainda é) a imitação (AYERBE, MOLINA e NUNEZ, 2004) e todas as conseqüências desta conformação, que, em nossa análise, esvazia de conteúdo o sujeito político: “[...] ser homem total, completo (não mulher, que neste momento histórico é certamente mais difícil) significa formar parte das hostes dos conquistadores, primeiro, e dos colonizadores, depois” AYERBE, MOLINA e NUNEZ, 2004).

Quando essas identidades são quebradas, fragmentadas, espelhadas em modelos alienantes, dificilmente se estabelecem condições para a formação de capital social. Em contrapartida, sugerem o surgimento de relações verticalizadas, as quais Putnam denominou, referindo-se à Itália do Sul, como capital social negativo, aparentado com o familismo amoral (BANFIELD, apud PUTNAM, 2000) e com outras formas de relação não solidárias.

Daí a importância da geração de novas identidades cidadãs, resultantes de processos participativos e de empoderamento, o que poderá ser concretizado pelo encadeamento de um conjunto de práticas emancipatórias, incluídas as não formais, desenvolvidas pelas mulheres,

que desafiam novos modos de ver a política (PRÁ, 2001). Em suas criativas e inovadoras estratégias de intervenção na vida pública, as feministas resgataram práticas de cooperação, solidariedade e reciprocidade em pequenos grupos nos anos de 1970, na década seguinte expandiram sua agenda política e a partir da década de 1990 transformam-na em tema de relações internacionais (ALVAREZ, 1997, 1998). Mas a distância entre as conquistas formais e a vida real (JELIN, 1996, p.14) mostra o difícil trajeto da cidadania apontado por José Murilo de Carvalho, como povoado de mulheres, cujas condições para a participação e garantia de direitos econômicos e sociais constituem um poderoso paradoxo a ser respondido, entre outros, pela Ciência Política.

Segundo o mesmo autor, na obra *Cidadania no Brasil - o longo caminho* (2000), o exercício de certos direitos, como o de liberdade de pensamento e de voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego, e tampouco igualdade, poderíamos acrescentar. Para ele, a cidadania é uma construção “extremamente complexa e historicamente definida” (p.8), frutificada de longos processos de luta, nos quais as bandeiras levantadas carregam como pano de fundo as tradições históricas centenárias, cujo caráter é de perversidade e de exclusão.

Pode-se ressaltar como tais tradições, a herança colonial que até hoje dificulta a idéia de estado-nação e de cidadania combinada com soberania; o processo de escravização dos negros, que fez dessas relações de classe um modelo de opressão; o genocídio indígena, como a negação da diversidade e dos direitos imemoriais que nos identifica como latino-americanos; e a submissão das mulheres desde uma perspectiva patriarcal numa enciclopédia de violências (CLADEM, 2000) - como elementos constitutivos de nossa tradição histórico-cultural.

Feito esse parêntesis, retorna-se ao conceito de Capital Social, que a partir de Putnam vem sendo reinterpretado, tendo em autores como Baquero Jacome (2003) e Prá (2001) seus tradutores no que toca à realidade latino-americana e do feminismo. Segundo Baquero Jacome, o objetivo de capital social é transformar bens intangíveis (confiança recíproca) em bens tangíveis (políticas públicas). Disso depreende não só um fazer teórico, mas um fazer político em contato com a realidade, transformando-a. No entanto, a abordagem do Capital Social não se faz sem escolhas. O seu processo de desenvolvimento como teoria criou possibilidades de identificação, podendo-se trafegar entre quatro perspectivas teóricas, segundo Baquero Jacome (2003 p.161-164): a perspectiva comunitária, a perspectiva de redes, a perspectiva institucional e a perspectiva sinérgica.

Dito desta forma parece-nos simples identificá-las. No entanto fronteiras tênues estabelecem toda a diferença, e nos obrigam a eleger entre elas a que melhor nos permite a análise teórica e dos dados empíricos com os quais trabalha esta dissertação. Recorre-se novamente a Baquero Jacome que as sistematizou, para mostrar que a (1) perspectiva comunitária equaciona capital social com organizações em nível local em termos de número e densidade dessas associações, sendo sua principal conclusão a de que capital social sempre traz efeitos positivos para o bem estar da comunidade; (2) a perspectiva de redes, cuja ênfase está na cooperação entre e dentro de associações tanto verticais quanto horizontais entre pessoas, grupos e instituições; (3) a perspectiva institucional defende que a vitalidade de redes comunitárias e da sociedade civil é preponderantemente o resultado do ambiente institucional, legal e político. Nesta abordagem, capital social é visto como a consequência da qualidade das instituições formais existentes na sociedade; e, por fim, (4) a perspectiva sinérgica de capital social, a qual incorpora tanto a perspectiva de redes quanto a perspectiva institucional.

Esta última vertente, como explica Baquero Jacome (2003) traz consigo o desejo de fomentar relações entre a burocracia de Estado e atores da sociedade civil, desencadeando novas situações:

Trata-se do desenvolvimento de uma sinergia cognitiva a qual implica a capacidade coletiva para intervir num processo na busca do bem coletivo, baseado não somente na vontade (solidariedade), mas, principalmente no conhecimento científico compartilhado sobre a estrutura e a dinâmica do processo sob análise (p.164).

Em resumo, como sugere o autor, as principais conclusões da perspectiva sinérgica são: (a) Nem as sociedades nem o Estado são inerentemente bons ou maus. Governos, corporações e grupos civis são variáveis em termos do impacto que podem ter na consecução de metas coletivas; (b) O capital social não surge de uma única fonte (Estado, empresas, comunidades), é necessária a integração entre vários setores; (c) Dentre esses setores o papel do Estado é o mais problemático, pois se espera que ele facilite o processo de cooperação entre as várias esferas.

Baquero Jacome traz ainda um argumento central para a análise, um conceito de empoderamento de atores individuais, que ao *compartilhar conhecimento* empreendem *ações coletivas em torno de objetivos comuns*. Isso supõe pela ótica feminista, como sugere Prá (2001, p.186) “a compreensão das relações de poder em uma sociedade, sejam elas de ordem cultural, econômica, social ou política”. Desse modo, enfatiza a autora, é possível identificar as assimetrias de gênero que expressam desigualdades entre homens e mulheres e pensar em formas de superá-las. Em decorrência, ancoram-se nessa articulação “os debates sobre a situação das mulheres em termos de equidade de gênero, de direitos humanos e de igualdade cidadã, que norteiam os diagnósticos sobre o processo de ampliação da cidadania feminina e orientam a elaboração de políticas públicas com o recorte de gênero” (idem). Formulações dessa

natureza vão ao encontro do entendimento de empoderamento de gênero adotado neste trabalho.

4.2 Empoderamento de gênero

Deixar de explicitar a existência de uma teoria feminista na qual as relações de poder entre os gêneros e o empoderamento constituem temas centrais na reflexão, tem sido a prática entre as mais notadas nas Ciências Sociais e em particular na Ciência Política. Ao discorrer sobre gênero como uma categoria teórica de análise, Barbieri (1993, p.14) propõe que:

Se o sistema de gêneros é um sistema de poder, remete às maneiras como se estrutura e se exerce nos espaços reconhecidos do mesmo. Quer dizer, é necessário dirigir o olhar para as definições de pessoas e de cidadanias enquanto sujeitos de direitos e de responsabilidades, às formas e conteúdos da participação na esfera pública, no Estado, no sistema político (e de partidos) e na cultura política.

De imediato, acrescenta a autora, o uso dessa lógica como exercício teórico traz algumas conseqüências metodológicas. Significa dizer que os dados precisam ser buscados já a partir da variável sexo, a seu ver o mais próximo referente empírico. No entanto, é indispensável contextualizá-lo e cruzá-lo, porque embora a categoria gênero seja necessária ela não basta a si mesma.

O enfoque metodológico de Barbieri revela um olhar teórico feminista, entre as diversas correntes que se perfilam como tal. Escolas distintas, mas que convergem para um ponto,

qual seja o da constatação de que homens e mulheres partilham fatias desiguais de poder. Desigualdade interpretada por uma compreensão contemporânea como fruto de construções sócio-culturais, entremeadas com aspectos étnicos, raciais, de idade ou geração, de orientação sexual, religiosa, entre outras formas de identificação ou caracterização. Essas construções sintetizam saberes partilhados, que se traduzem em representações sociais, entre as quais as de gênero.

Tais desigualdades resultam também, como teoriza Carole Pateman, de um contrato sexual anexado ao contrato social e ao contrato original para o qual as mulheres não foram consultadas. A invisibilidade política feminina neste processo de constituição de sistemas de poder tornou tácita a submissão das mulheres ao direito masculino de acesso ao seu corpo, às suas vidas, e a definição de seu “status” (PATEMAN, 1993). Segundo a autora:

O contrato sexual, deve-se enfatizar, não está associado apenas à esfera privada. O patriarcado não é puramente familiar ou está localizado na esfera privada. O contrato original cria a sociedade civil patriarcal em sua totalidade. Os homens passam de um lado para outro, entre a esfera privada e a pública, e o mandato da lei do direito sexual masculino rege os dois domínios. A sociedade civil é bifurcada, mas a unidade da ordem social é mantida, em grande parte, através da estrutura das relações patriarcais” (p.29)

Papéis e lugares são pré-definidos por padrões de gênero, e mesmo sofrendo distinções de sociedade a sociedade, grupo a grupo, coincidem com a prevalência dos homens no mundo público da política, dos negócios e também da guerra, e a das mulheres nos espaços privados, da família, do cuidado. Essa compreensão de papéis e lugares é traduzida pelas diversas correntes de pensamento do feminismo contemporâneo, e embora não se pretenda discorrer sobre elas, destacam-se as principais pela relevância:

(1) A teoria feminista marxista, segundo o qual as categorias de exploração e dominação podem ser lidas também pelos binômios da classe e sexo, da produção e da reprodução e pelos conceitos de capitalismo e patriarcado;

(2) A teoria feminista liberal, para a qual existe uma natureza humana única assexuada, sendo as normas e os costumes (a socialização primária e secundária) os produtores das desigualdades de direitos, portanto, buscar a igualdade com os homens é a estratégia proposta;

(3) A teoria feminista radical, de origem norte-americana, que embora incorpore elementos do marxismo, insere no debate a relevância política da biologia reprodutiva humana, da biologia feminina como fator-base da divisão sexual do trabalho e do papel relevante da cultura e da socialização (CASTELLS, 1996).

Glória Bonder (1999), por sua vez, evita incorporar esta última vertente, incluindo o pós-estruturalismo ou pós-modernismo como terceiro campo. A estratégia dessa teoria feminista, no olhar de Bonder, consiste na atuação estrita na sociedade e a não interação com o estado. Seu propósito é analisar os regimes discursivos dos campos médico, legal ou burocrático, enfocando-os como parte de um estado excessivamente contundente. Outras vertentes disputam seus significados, tendo sido já bastante explicitadas as correntes ciberfeministas como movimentos contemporâneos às NTICs.

É, no entanto, de uma mirada sócio-crítica, que se percebem as assimetrias nas relações de poder entre os gêneros como produtoras de desigualdades e discriminações, que o presente trabalho desenvolve seus argumentos e suas escolhas conceituais. Assim, torna-se indispensável trazer à luz alguns conceitos desenvolvidos por pensadoras contemporâneas. Inicia-se por Taylor (1999) para quem o empoderamento político é um processo pelo qual as mulheres podem obter o direito de participar do exercício do poder político por meio de instituições formais, tais como: as estruturas governamentais, os processos parlamentares e as organizações não-governamentais, objetivando a transformação social.

Segundo essa mesma autora, o empoderamento político ajuda a aumentar o poder e o controle das mulheres sobre suas próprias vidas, o direito a tratar das desigualdades estruturais e de assuntos sistêmicos e de ter influência e força coletiva dentro da sociedade para tomar decisões. Taylor considera três possibilidades para realizar esse processo: (1) por meio da ação direta dos movimentos de mulheres no embate pela construção de políticas públicas; (2) por meio de uma democracia de base na qual, através do diálogo, são “superadas as contradições”; e (3) por meio de uma cultura baseada nos direitos humanos, o que implica na existência de mecanismos institucionais através dos quais as mulheres possam adquirir direitos ou no mínimo, assegurar-se do direito a ter direitos (TAYLOR, 1999, p.24).

Trazido o debate sobre o conhecimento para o campo teórico do empoderamento feminino, ganham relevo as contribuições de Fanny Gómez (2004). Segundo ela:

O poder é uma interação social que se dá nos âmbitos público e privado. Os fatos sociais e culturais são espaços de poder: A sabedoria, o conhecimento, a sexualidade, os afetos, as qualidades pessoais, as propriedades reais e simbólicas, o corpo, a subjetividade e os sujeitos mesmos. Em todas as interações sociais entram em jogo saberes, habilidades, atitudes que aprendemos informalmente (nos espaços de socialização primária e outros cotidianos) e formalmente (nos espaços de socialização secundária). (p.10)

Para a autora colombiana:

Uma verdadeira aprendizagem produz transformações nos conhecimentos (o conhecer), as destrezas e habilidades e procedimentos (o fazer) e nas atitudes (o ser) que operam nas relações com o meio natural e social, quer dizer, na convivência” (idem)

Ao mesmo tempo, a riqueza da produção teórica feminista dá margem a uma exploração mais ampla de conceitos sobre o empoderamento. Para Yannoulas (2002, p.40), o termo se refere:

[...]à potencialidade[...]das mulheres aumentando sua informação, aprimorando suas percepções e trocando idéias e expressando sentimentos. Seu objetivo mais amplo é fortalecer as capacidades, habilidade e disposições para o exercício legítimo do poder.

Segundo essa mesma autora, o empoderamento de gênero pode ser desencadeado por um conjunto de práticas, entre as quais:

[...]a apresentação de textos novos, exclusivamente pensados a partir das relações de gênero, novas leituras de textos antigos, não escritos com base nas relações de gênero, mas lidos sob essa ótica; análise da experiência pessoal através da reconstrução da história de vida. Destacam-se as técnicas de *colaboração, cooperativa e interativa*, com muito diálogo, jogos de papéis, redações de periódicos, relatos. (YANNOULAS, 2002, p.41).

A construção da autonomia ganha lugar no discurso de autoras feministas quando tratam do empoderamento, entre as quais Barbery, que assim se expressa:

Um dos princípios fundamentais dos feminismos contemporâneos é a questão da autonomia como possibilidade de exercício libertário e a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e atuar com convicção e compromisso e não simplesmente com o objetivo de escolher voluntariamente frente a várias opções (BARBERY, 2002, p.2).

Segundo a mesma autora:

Os conceitos de igualdade, equidade, direitos e cidadania com autonomia e autodeterminação jogaram um papel chave nas lutas políticas e de poder que as mulheres feministas enfrentaram em distintos cenários globais, regionais e nacionais nos últimos dez anos. Um longo caminho recorrido marcado por avanços substantivos e por profundas tensões e contradições, porém sem lugar para dúvidas, de uma presença política organizada, visível, contestatária e propositiva, que cresceu em profundidade filosófica e proposta política como uma forma de estar e apresentar-se ao mundo com segurança, legitimidade e liberdade (BARBERY, 2002, p.2).

Por fim, adotam-se aqui duas construções do conceito de empoderamento que, inspiradas em Paulo Freire, vêm embebidas da idéia da participação, do conhecimento construído e partilhado, da troca de saberes. O primeiro é de Fanny Gómez, que assim o define:

[...] o empoderamento é um processo de aquisição de autoconfiança e auto-estima individual gerado das aprendizagens e exercido na convivência, baseado nas relações sociais democráticas e ao estímulo ao poder compartilhado [...]. Empoderar as mulher é impulsionar em sua educação os processos de poder de soma positiva. Quer dizer, obter maior controle sobre as fontes de poder (os recursos, o conhecimento, a informação, as relações (2004, p.12).

Outro conceito é trazido por Jussara Prá (2006), para quem o empoderamento na perspectiva de gênero inclui a compreensão das relações de poder na sociedade:

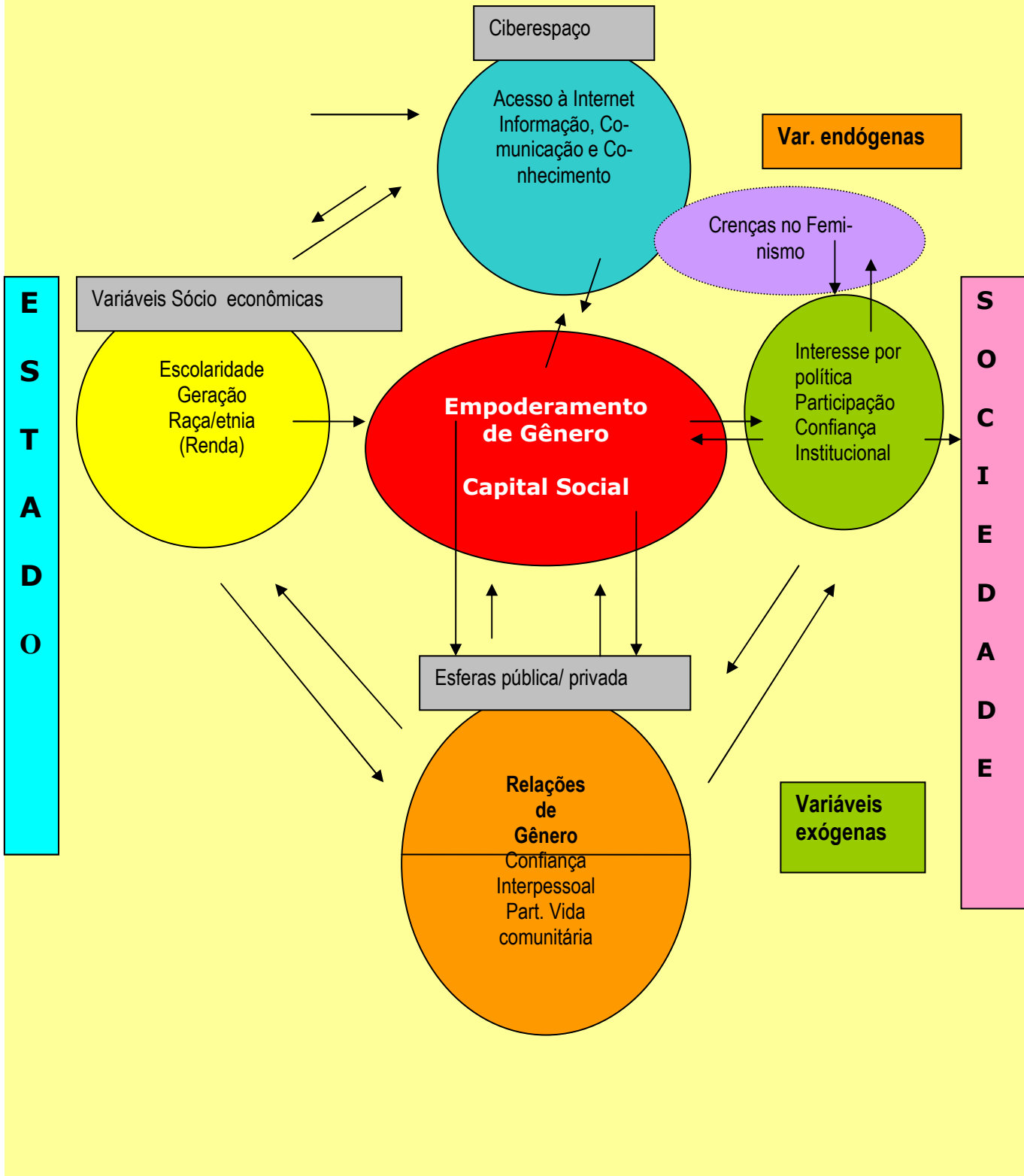
Fortalecer ou empoderar se refere a permitir que a pessoa assuma o comando de sua própria vida. No caso das mulheres, o empoderamento insiste na importância de aumentar seu poder e controle sobre as decisões e problemáticas que determinam a sua vida. O empoderamento da mulher se refere ao poder e às relações dentro da sociedade que se entrecruzam com o gênero, a classe social, a raça, a cultura e a história. O poder está identificado com a equidade e a igualdade da mulher e do homem, no que se refere ao acesso aos recursos e vantagens. (p.40-41).

Feita esta repaginada teórica sobre Capital Social e Empoderamento de Gênero, é oportuno explicitar que a abordagem a ser adotada neste trabalho refere-se à perspectiva sinérgica do Capital Social (BAQUERO JACOME), com ênfase: 1) no papel protagônico das **redes** e no **estado**, a um só tempo reprodutor da exclusão das mulheres e garantidor das políticas públicas; 2) na compreensão do **conhecimento** como fruto de vivências e saberes construídos e compartilhados, no qual o acesso à educação formal e informal, a informação e às tecnologias tem papel estratégico frente ao atual cenário globalizado; 3) na abordagem de **empoderamento feminista** quando aposta na aquisição de habilidades e no manejo de tecnologias de informação para fortalecer capacidades, transformar informações em conhecimento e au-

mentar a disposição das mulheres para o exercício legítimo do poder (YANNOULAS, 2002; GÓMEZ, 2004; PRÁ, 2006; BARBERY, 2002; BARBIERI, 1993; BONDER, 1993). Daí porque o presente trabalho volta-se ao estudo das tecnologias da informação como facilitadoras da comunicação pelo ciberespaço, e da comunicação como um processo não mais unidirecional, mas interativo.

Tendo em vista o quadro de referência teórico aqui esboçado, elaborou-se o modelo explicativo que segue, com o intuito de aglutinar a reflexão desenvolvida até o momento, que compreende o exame de conceitos como Ciberespaço e com o aporte da Ciência Política e do Feminismo. Claro está que a elaboração de um modelo explicativo para explicitar ou situar uma relação causal é um processo que se dá sob determinado olhar. Portanto, sempre está sujeito a ser complementado ou reinterpretado, postura essa tão cara ao feminismo. Dito isso, apresenta-se o modelo em questão (Figura 1). Este modelo propõe que o Empoderamento de Gênero e a Formação de Capital Social dependem da dimensão Sócio-econômica e das Relações de Gênero e que as novas possibilidades comunicativas via Ciberespaço proporcionam mais informações e estimulam a aquisição de novas habilidades. Dessa forma, se procurou expressar que quanto mais elevadas as crenças no Feminismo, maior a sua transformação em Conhecimento. A relação entre a Sociedade e o Estado produz sinergias, podendo frutificar em Políticas Públicas.

Figura 1 - Modelo explicativo do empoderamento de gênero e formação de capital social, via acesso às TICs



PARTE II

CAPÍTULO 5 – A Pesquisa



Deixe-me ver: quatro vezes cinco é doze, e quatro vezes seis é treze, e quatro vezes sete é...oh meu Deus! Não vou chegar nunca a vinte desse jeito! (Alice no País das Maravilhas, Carrol Lewis, 1998.

5.1 Reconhecendo o campo da pesquisa empírica

Esta pesquisa foi idealizada para realizar-se em espaços denominados como Telecentros, situados em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. De acordo com a definição corrente os telecentros são espaços públicos, constituídos em parcerias entre o governo municipal e as comunidades locais, organizações não governamentais e a iniciativa privada. São locais onde se encontram tecnologias de informação e comunicação

para pessoas com pouca ou sem oportunidade de usar ou aprender a usá-las (www.telecentros.com.br). Segundo a Fundação Chasquinet (Quito, Equador), os princípios básicos para os telecentros comunitários incluem: a) Participação da comunidade; b) Consolidação de uma visão social; c) Gestão e utilização de tecnologias apropriadas; e d) Formação e capacitação permanente.

Ancorada no preceito de direito à informação como direito humano, a iniciativa IDRC e Pan Américas (Canadá), Fundação Chasquinet (Equador), Rits (Brasil) e Friedrich Ebert Stiftung/Ildes (Alemanha) propõe para a América Latina e o Caribe que os telecentros se destinem a desenvolver e fortalecer habilidades; acesso a informações sobre saúde; apoio a atividades escolares; organização comunitária, planificação e monitoramento dos serviços públicos; fortalecimento da auto-estima e dos grupos marginalizados - indígenas, mulheres, trabalhadores rurais, jovens e outros setores discriminados ou explorados; descentralização da incidência política dinamizando a participação, informação e conhecimento, comunicação e cultura. Esses princípios e objetivos foram incorporados, em 2002, pela Prefeitura de Porto Alegre através da Procempa, (Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação), órgão responsável pela implantação dos telecentros.

O Plano de Inclusão Digital de Porto Alegre, vinculado à área de Direitos Humanos, começa a ser implantado a partir de 2001, com a instalação de telecentros em diferentes pontos da cidade¹⁶. O desenvolvimento desta política tem o propósito de “promover a iniciação à informática, à cidadania e ao bom uso de ferramentas da rede mundial de computadores (Internet), visando diminuir os índices de exclusão social em

¹⁶ O Telecentro é um espaço localizado em bairros e em alguns equipamentos públicos nas zonas centrais da capital. Cada unidade tem, em média, 12 microcomputadores, conectados à Internet, *scanner* e impressora. A logística é fornecida pela Prefeitura de Porto Alegre, e, em alguns casos, originária de doações de empresas públicas e privadas.

Porto Alegre”. Assim, o acesso às modernas tecnologias deve permitir às pessoas vislumbrar novas oportunidades e perspectivas de futuro (www2.portoalegre.rs.gov.br).

No âmbito desta política pública, os telecentros, embora submetidos a uma norma quanto à gestão e compartilhamento de responsabilidades, desenvolveram diversos modelos. Melhor explicando: os telecentros municipais, à exceção da unidade mais especializada instalada na Usina do Gasômetro, resultaram de parceria com as comunidades locais. De acordo com sua capacidade de oferecer local para instalação de equipamentos, de captar recursos e ampliá-los, e de mantê-los, essas comunidades mantinham convênios com a Prefeitura para sua manutenção, recursos esses oriundos do Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública e do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação).

Durante o período de gestões petistas (1989-2004), que se denominará aqui, primeiro ciclo de existência destes espaços, seus agentes não governamentais, grande parte das Associações de Moradores, algumas Ongs e Movimentos Sociais, não instituíram um fórum comum para compartilhamento de experiências na política de acesso e inclusão digital, embora pelo modelo de gestão deveriam manter comitês gestores. Este tipo de articulação caracterizou as gestões nas últimas duas décadas, existindo nas áreas de saúde, assistência, segurança, entre outras. Assim, quando da mudança de governo nas eleições municipais de 2004, não se registrou, segundo depoimentos obtidos de integrantes destes espaços, a inclusão deste tema na pauta de discussões da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), articulação essa que encaminha as demandas comunitárias da Capital.

Ao assumir uma nova gestão em janeiro de 2005, o prefeito eleito encontrou os convênios firmados com o Governo Federal na gestão anterior em fase de encerramento em março de 2005; sem fonte de financiamento, deixou de repassar os valores mensal-

mente destinados aos telecentros. Tais recursos financeiros, em torno de R\$ 900,00 por telecentro, destinavam-se ao pagamento de três monitores, o que era feito via entidades conveniadas, sem rigorosa exigência quanto à situação jurídica das mesmas.

Diante deste quadro, caracterizado em parte pela informalidade e pela ausência de fonte própria de recursos, a opção de que não fossem renovados os convênios levou ao fechamento total ou à redução de atividades de aproximadamente 34 telecentros de Porto Alegre. A Prefeitura passou a exigir das entidades conveniadas o enquadramento segundo o Projeto de Telecentros ao novo estatuto civil do país, resultando em meses de dificuldades e de negociações, com muitos obstáculos a serem superados pelas organizações comunitárias. Segundo uma integrante de Comitê Gestor de um telecentro, “além das dificuldades próprias do movimento comunitário quanto à sua formalização, este processo pegou o movimento comunitário sem articulação específica em relação a essa política pública”. Os debates circunscritos ao Orçamento Participativo não obtiveram a visibilidade e a repercussão esperada pelos setores demandantes. As reportagens nos jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo*, que serviram de fonte secundária para o presente relato, mencionam apenas levemente a disputa que caracterizou este episódio, cuja duração se prolongou por mais de um ano.

Quanto aos telecentros, a sua reabertura, iniciada em 7 de julho de 2005, se dá, efetivamente, a partir de agosto de 2005, coincidindo com o momento em que esses locais passam a ser denominados de “Infocentros” pela Prefeitura. Mesmo assim, os impasses políticos decorrentes da interrupção dessa política pública não foram superados. Em maio de 2006, durante a pré-conferência sobre telecentros, sediada em Porto Alegre e servindo de fase preparatória à Conferência Nacional patrocinada pelo Governo Federal, os impasses mencionados persistiam, a ponto de não ter sido obtida sequer a aprovação de um relatório conjunto no encerramento da Conferência.

Sintetizando, além das conseqüências na vida da comunidade com o fechamento total e parcial de 34 telecentros – a reabertura deu-se inicialmente do centro em direção aos bairros - como se pode verificar, o longo período de desativação destes espaços produziu uma ruptura nos hábitos de freqüência a esses locais e de sua utilização. Neste segundo ciclo de vida dos telecentros, modificou-se, também, o modelo de gestão inicial com o repasse de sua coordenação para estagiários da prefeitura, que atuam como monitores, ao lado de monitores da própria comunidade. Em suma, as discontinuidades que marcam as tentativas de articulação de telecentros de Porto Alegre, entre elas a de repasses de recursos financeiros, colocam mais uma vez em risco esta política pública.

Na entrevista com o Secretário de Direitos Humanos e de Segurança Urbana, Kevin Kriger, responsável por esta área no município, para obter, após seis meses de solicitação, a emissão de comunicados aos telecentros autorizando a nossa entrada para a realização da pesquisa quantitativa, o mesmo nos informou que se pretendia produzir um constante rodízio entre monitores de forma a evitar que criassem relações muito fortes com as comunidades. A seu ver, tais vínculos criaram distorções na condução da política pública¹⁷.

Feita essa avaliação do cenário que demarca o estágio da política de Inclusão Digital em Porto Alegre, passa-se ao exame dos dados empíricos coletados para subsidiar a elaboração desta dissertação. Para tal, utilizam-se dados de natureza quantitativa e qualitativa, derivados, respectivamente, de um questionário (Anexo 1) e de entrevistas em profundidade. Os dados quantitativos foram coletados entre os meses de outubro e dezembro de 2005 em 8 telecentros e em um setor de multimeios público.¹⁸ Já os quali-

¹⁷ Essa entrevista com o Secretário foi realizada, realizada em 10.11.2005 e seguida de várias idas à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana para obtenção de dados e documentos.

¹⁸ Um setor de multimeios se diferencia de um telecentro, por ofertar, além do acesso a computadores e à internet, outros recursos como tevê, vídeo, DVD, equipamentos de som e mídias diversas, softwares e equipamentos que levam em conta pessoas com deficiência visual (Marcon, 2005, p.30). Em virtude das

tativos, resultaram de entrevistas realizadas com usuárias de telecentros, feministas e especialistas em TICs, entre março de 2005 e junho de 2006. Essa foi a forma encontrada para buscar elementos empíricos para evidenciar as formulações teóricas pertinentes a este estudo sobre o tema do ciberespaço como via de empoderamento de gênero e de formação de capital social.

5.2 Início da Pesquisa e Alterações Metodológicas

Com o objetivo de ingressar numa fase de reconhecimento do campo de estudo, verificou-se, a cada contato, que a primeira listagem e os documentos fornecidos pelo órgão responsável continham graves imprecisões em relação à localização, telefones, nomes de responsáveis e horários de atendimento, o que prejudicou o processo de montagem de uma amostra probabilística – por sorteio. Optou-se por visitas diretas a cada um dos telecentros já abertos e em funcionamento, e a permanência de dois a três turnos de quatro horas em cada um, período em que todas as usuárias presentes responderam a questionários.

As visitas aos telecentros localizados nos bairros de Porto Alegre, logo na primeira incursão, demandaram a necessidade de registrar, com base na observação, as condições físicas do espaço, a disponibilização de equipamentos e qualidade de seu funcionamento, bem como da presença ou não de monitores. Verificou-se também o horário de atendimento, o tipo de público e a frequência. Realizou-se o que se denominou

dificuldades encontradas para a coleta de informações nos telecentros, e pela importância do Setor de Multimeios da Biblioteca Pública do Estado, o mesmo foi incorporado.

diário de bordo, numa alusão às “viagens” necessárias para chegar-se a todos incluídos na listagem elaborada para a pesquisa em questão.¹⁹

Apenas um dos locais pesquisados não integra a rede de telecentros municipais – o setor de multimeios da Biblioteca Pública do Estado. Optou-se por incluí-lo em função da elevada frequência de público em geral e de mulheres em particular, da variedade de usuários quanto ao local de moradia na capital e por serem as bibliotecas, segundo a Unesco, espaços democráticos de difusão da informação e do saber (MARCON e NEGRÃO, 2005). O Quadro 5 traz informações dos locais investigados, incluindo: equipamentos disponíveis, média de freqüentadores/as e suas características e a quantidade de questionários aplicados.

Quadro 5 - Locais visitados

<p>Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul: pesquisa realizada entre 14 e 18 de novembro de 2005 (turnos: manhã e tarde). Computadores disponíveis e em funcionamento: 8. Média de freqüentadores: 90 pessoas/dia na maioria mulheres. 49 questionários aplicados.</p>
<p>Mercado Público: pesquisa realizada em 21, 22 e 23 de novembro de 2005 (turnos manhã e tarde). Computadores disponíveis: 12, em funcionamento: 11. Média de freqüentadores: 120 pessoas/dia, equilíbrio entre homens e mulheres. 30 questionários aplicados.</p>
<p>Vila Cruzeiro do Sul: pesquisa realizada no dia 24 de novembro de 2005 (turno da tarde). Computadores: 10, em funcionamento 6. Nenhum questionário aplicado.</p>
<p>Parque dos Maíás: visitado 29 de novembro de 2005 (turno da tarde). Computadores disponíveis: 11, em funcionamento, 5. Média de freqüentadores: 10 pessoas/dia na maior parte homens. Nenhum questionário aplicado.</p>
<p>Rubem Berta: pesquisa em 30 de novembro e 01 de dezembro de 2005 (turnos manhã e tarde). Computadores disponíveis: 20, em funcionamento, 9. Média de freqüentadores: 1500 pessoas/mês, equilibrado o número de homens e mulheres. 16 questionários aplicados.</p>
<p>Chico Mendes: visitado em 02 de dezembro de 2005 (turno da tarde). Nenhum questionário aplicado.</p>
<p>Ursa Maior: visitado 05 de dezembro de 2005 (turno da tarde). Computadores disponíveis: 12, todos em funcionamento. Média de freqüentadores: 35 pessoas/dia. A maioria dos usuários são meninos. Nenhum questionário aplicado.</p>
<p>Casa de Convivência Ilê Mulher: pesquisa realizada em 05 e 06 de dezembro de 2005 (turno manhã e tarde). Computadores disponíveis: 8, todos em funcionamento. Média de freqüentadores: 16 pessoas/dia. (2ª e 4ª mais mulheres; 3ª, 5ª e 6ª, mais homens). 2 questionários aplicados.</p>
<p>Campo da Tuca: pesquisa realizada em 08 e 15 de dezembro de 2005 (manhã e tarde). Computadores disponíveis: 9, em funcionamento 8. Média de freqüentadores: 50 pessoas/dia. Mais meninos (adolescentes) que meninas. 11 questionários aplicados.</p>
<p>Vila Nova: visita em 13 de dezembro de 2005 (turno da tarde). os usuários os quais eram todos meninos. Nenhum questionário aplicado.</p>

¹⁹ É indispensável assinalar que a coleta de dados e a montagem do banco de dados contou com o apoio da estudante de Ciências Sociais da UFRGS, Amanda Santos Machado, bolsista sob orientação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher da UFRGS.

<p>São José do Murialdo: pesquisa realizada em 14 de dezembro de 2005 (turno da tarde). Computadores disponíveis: 4, em funcionamento 2. Média de freqüentadores: 15 pessoas/dia. Mais usuários adolescentes. 2 questionários aplicados.</p>
<p>Vila da Conceição: pesquisa realizada em 19 e 20 de dezembro de 2005 (turno da tarde). Computadores disponíveis: 11, em funcionamento 9. Média de freqüentadores: 40 pessoas/dia. Mais usuários meninos e adolescentes. 5 questionários aplicados.</p>

Fonte: Quadro elaborado a partir de diário organizado pela aluna de Ciências Sociais Amanda Machado.

5.2.1 Entrevistas em profundidade

Para ampliar as fontes de informação para esta dissertação optou-se ainda pela realização de entrevistas em profundidade com dez mulheres de perfis diferenciados. Os depoimentos individuais de quatro usuárias de telecentros e três especialistas na área de TICs, foram coletados de março a junho de 2006. Um grupo de discussão, composto por três feministas que utilizam cotidianamente as tecnologias da informação e comunicação, em particular a Internet e a *web*, completam o público entrevistado em profundidade.

Na discussão em grupo seguiu-se a metodologia descrita por Prá (1992, p.11) que consistiu na “informação colhida através de depoimentos, seguindo um roteiro flexível”, que, neste caso, importou em: breve trajetória de vida, momento em que as TICs entraram em seu cotidiano; utilização que fazem do ciberespaço; conexão entre esse uso e suas relações interpessoais e institucionais; crenças e, por fim, propostas relacionadas a políticas públicas. Tanto as integrantes do grupo de discussão quanto as depoentes individuais foram informadas dos resultados da pesquisa quantitativa, e puderam opinar sobre os mesmos. A íntegra das entrevistas em profundidade, individuais e em grupo, foram gravadas, e pela sua riqueza quanto às visões de mundo e pela possibilidade de

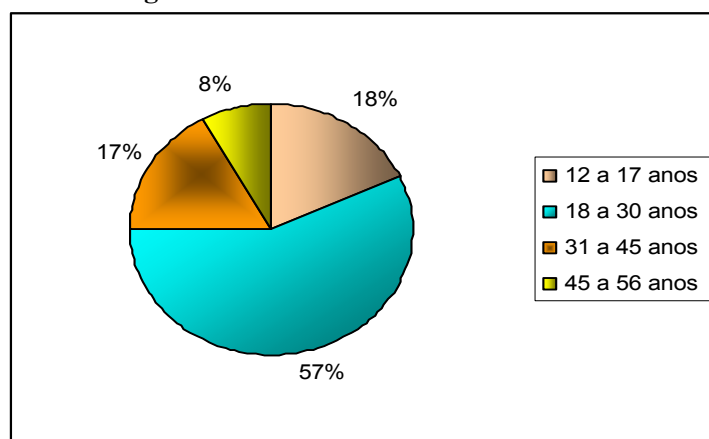
releituras, suas degravações constam em anexo (Anexo 2), preservadas as identidades das informantes.

Após esta breve descrição do cenário escolhido para a realização do estudo empírico, e frente às dificuldades a superar e os conseqüentes entraves no trabalho de campo, passa-se à análise dos achados mais significativos. A sua leitura é realizada mesclando-se a ela a análise descritiva.

5.2.2 As mulheres da pesquisa nos telecentros e na BPE

Na pesquisa “Ciberespaço como via de empoderamento de gênero e formação de capital social” foram ouvidas 120 usuárias de telecentros de Porto Alegre.²⁰ Com base nos dados coletados, verifica-se que a maioria das entrevistadas está da faixa de 18 a 30 anos (57%), seguido do grupo das muito jovens, de 12 a 17 anos (17,5%) e de mulheres adultas de 31 a 45 anos (17%). Mulheres na faixa etária dos 45 aos 56 anos constituem a minoria das usuárias dos telecentros investigados, o que corresponde a 7,5% da amostra. Na Figura 2, encontram-se registradas essas informações.

Figura 2 - Faixas etárias das entrevistadas

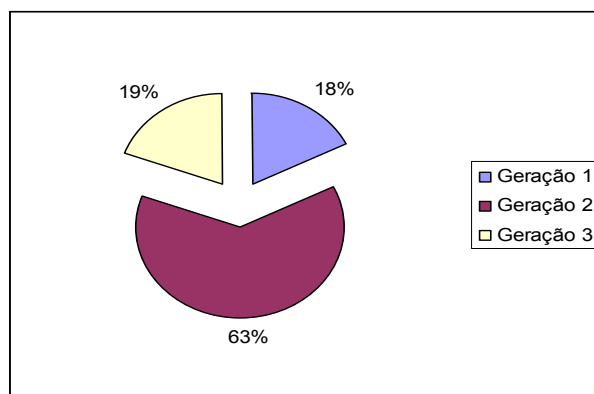


Fonte: Pesquisa “Ciberespaço e empoderamento de gênero”, NIEM/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

²⁰ Mercado Público, Vila Cruzeiro do Sul, Rubem Berta, Parque dos Maias, Ursa Maior, Chico Mendes, Casa de Convivência Ilê Mulher, Vila Maria Conceição, São José do Murialdo, Vila Nova, Campo da Tuca e Biblioteca Pública do Estado.

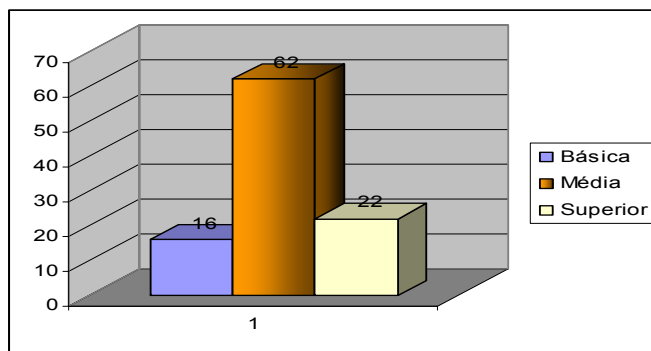
Essas faixas foram recompostas por questões metodológicas, para efeito de cruzamentos (Figura 3), estabelecendo-se três gerações: 12 a 17 anos, como faixa de adolescência (Geração 1) 18 a 36 anos, como faixa de investimento na função reprodutiva (Geração 2); e a terceira faixa, de 37 a 56 anos, como faixa de reinvestimento profissional (Geração 3).

Figura 3 – Gerações de Mulheres



Fonte: Pesquisa “Ciberespaço e empoderamento de gênero”, NIEM/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

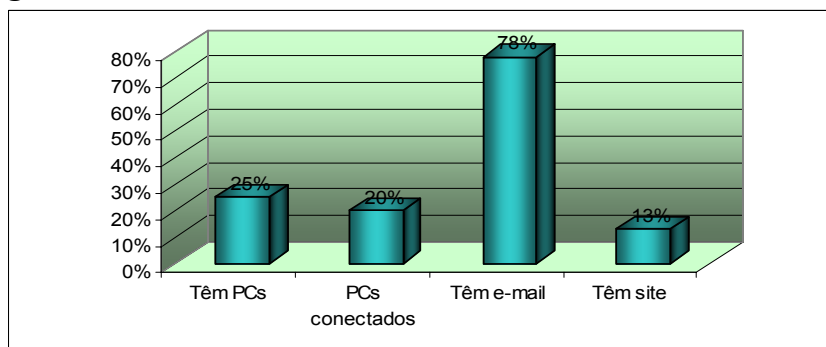
Em relação à escolaridade, o grau prevalente é o de ensino médio completo, o que demonstra cerca de 8 anos de estudo em média (Figura 4). Considerando-se a primeira opção declarada quanto à ocupação, sabe-se que as entrevistadas são 30% estudantes, empregadas ou assalariadas 17%. As desempregadas são 22,5%, o que somando revela 39% de trabalhadoras, e mais 15% que se diz por conta própria, num total de 54%. Apenas 3% se apresentam como donas de casa como primeira opção quanto à ocupação. Esse dado revela um importante indicador de interesse das mulheres pelo trabalho fora de casa.

Figura 4 - Escolaridade de usuárias de Telecentros de POA

Fonte: Pesquisa “Ciberespaço e empoderamento de gênero”, NIEM/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

Estas mulheres vêm de contextos sócio-econômicos médios e baixos. Em relação à renda pessoal, 37% respondem ganhar de 1 a 5 salários mínimos e 11% menos de 1 SM. Cerca de 8% não têm ganhos pessoais. A renda familiar predominante também é de 5SM (42,5%), seguida de 5 a 10 SM (9%) e menos de 1 SM (8%). A renda per capita foi calculada dividindo-se a renda familiar pelo número de dependentes, obtendo-se menos de 1 SM per capita para 32% das famílias das mulheres entrevistadas e de 1 a 5 SM para 28%.

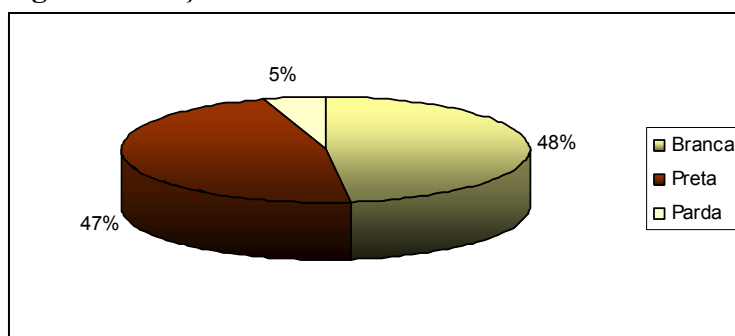
Em relação à classes social, as entrevistadas se auto-declaram de classe média 44%, e de classe baixa 39%. Apenas um quarto das mulheres da pesquisa possui computador em casa, destes apenas 30% estão conectados à internet, embora 77,5% das entrevistadas tenham e-mail e 12,5% tenham declarado ter uma página pessoal (Figura 5).

Figura 5 - Acesso das usuárias de Telecentros às TICs

Fonte: Pesquisa “Ciberespaço e empoderamento de gênero”, NIEM/ UFRGS, Porto Alegre, 2006.

Quanto ao estado civil, 80% das entrevistadas são solteiras, 11% casadas e 5% separadas. Quanto à raça ou etnia auto-declarada e utilizados os critérios do IBGE, obteve-se que elas são 48% brancas, 47% pretas e 5% pardas.²¹ E quanto à religião, 57% são católicas, 9% evangélicas, 4% de matriz africana (Figura 6). Cerca de 7,5% das entrevistadas declararam não ter religião.

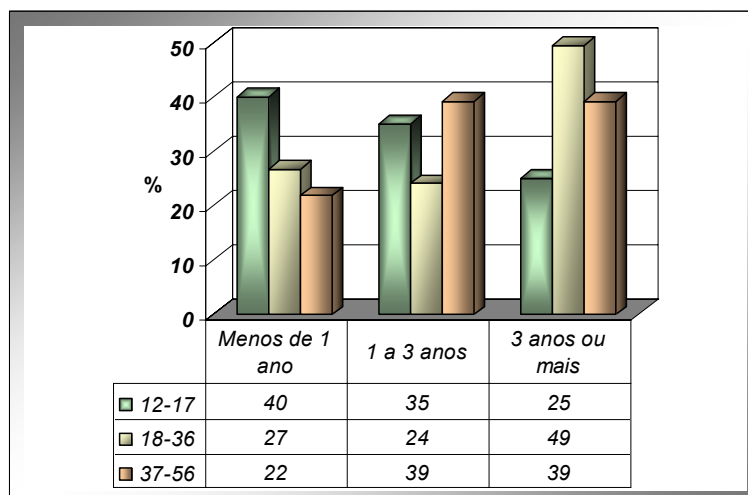
Figura 6 - Raça/etnia das usuárias dos telecentros de POA



Fonte: Pesquisa “Ciberespaço e empoderamento de gênero”, NIEM/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

Com relação ao acesso digital, a pesquisa revelou que 42,5% das mulheres usam a internet há mais de 3 anos, sendo que 28% o fazem há menos tempo. A maioria (58%) acessa diária ou semanalmente e utiliza o telecentro como principal local de acesso. No entanto, 57,5% acessam o ciberespaço de mais de um local, como o cibercafês, escola e faculdade, em casa e no trabalho. O aprendizado de 37% foi realizado em cursos de informática e com esforço próprio 19%, obtendo ainda ajuda de familiares, amigos, da escola e colegas de trabalho. O telecentro foi o local desta aprendizagem de apenas 2% das entrevistadas. O tempo de uso dos telecentros pelas entrevistadas vem de menos de um ano a três anos, sendo as mulheres consideradas na faixa geracional intermediária, de 18 a 36 anos, as que há mais tempo usam esses espaços, como demonstra a Figura 7.

²¹ Buscou-se apoio de Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras para ajuste de critérios de classificação, pela experiência desta ONG com pesquisas de enfoque étnico-racial.

Figura 7 – Tempo de uso da internet por faixas geracionais

Fonte: Pesquisa “Ciberespaço e empoderamento de gênero”, NIEM/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

Os telecentros são considerados como locais adequados segundo 93% das entrevistadas, apesar das críticas quanto ao número de computadores, falta de manutenção dos equipamentos, tempo e restrição de acesso e carência de cursos. Embora não se disponibilizem sequer banheiros em vários locais, isto não é apontado como um problema pelas usuárias. Fato esse que poderia ser explicado pela proximidade de suas residências e curto tempo de permanência nestes espaços. A maior crítica se refere à restrição no tempo reservado individualmente aos usuários e à falta de instrutores para auxiliar na ampliação das possibilidades de exploração do meio. Ao usar o telecentro apenas para troca de e-mails, enviar currículos e abertura de sítios mais conhecidos, também são reduzidas as expectativas quanto à qualidade desta política.

Quanto aos objetivos no uso do computador no telecentro, entre as muitas funções apontadas, verifica-se que 52% buscam nele estudo, pesquisa e conhecimento, 23% querem estabelecer relações interpessoais e 11% informações gerais. Além de notícias e novidades em geral, as internautas conectam para atualizar-se sobre direitos da mulher e direitos humanos em primeiro lugar (incluem nesta agenda as questões relacionada a saúde, sexualidade, aborto, métodos contraceptivos, violências e discriminações), no

entanto suas buscas, como já referido, limitam-se a endereços conhecidos, como os buscadores, onde há janelas denominadas “mulher”, “saúde” e outros correlatos. Assuntos profissionais e mercado de trabalho vêm depois, e as informações sobre política ficam em terceiro lugar, pois apenas 5% delas revelam que isto é do seu interesse. Ao participar de salas de conversa, do tipo *chats, orkut ou MSN*, as mulheres estão, como a maioria das pessoas, em busca de relacionamentos em geral (43%).

Em relação aos sítios acessados com frequência, as entrevistadas citam espontaneamente os mais conhecidos, de acesso e de busca (*Yahoo e Hotmail*), seguidos pelos de relacionamento (MSN). Sítios feministas ou ligados ou movimentos sociais são pouco buscados pelas usuárias em geral, o que se confirma diante das opções apresentadas, os sítios de três das mais conhecidas redes e Ongs feministas do Brasil. No universo pesquisado, 22% das mulheres conhecem o sítio da Rede Feminista de Saúde (www.redesaude.org.br), 7,5% o da Ong Agende (www.agende.org.br) e 4,2% conhecem o da Ong Cfemea (www.cfemea.org.br) ambas de Brasília.

Feita a descrição do público da pesquisa quantitativa, passa-se a relacionar à análise as impressões obtidas nas entrevistas em profundidade, de onde emergem os olhares femininos, quer dizer, os sentidos e os significados da inserção das mulheres no mundo digital.

Que nem roda na ribanceira....

O impacto do uso das novas tecnologias, em particular do acesso ao ciberespaço na vida das mulheres, é um dos objetivos principais do material empírico produzido para esta dissertação. Pois além da intuição construída por depoimentos de mulheres em

oficinas de capacitação para exercício de liderança e fortalecimento de redes²², pequenas “histórias de vida” encontradas em publicações sobre experiências de internet em comunidades apontavam para essa direção (Dias e Figueiroa, 2003). Cabe aqui referir as experiências da APC da Argentina, que desenvolveu projetos para incluir trabalhadoras rurais no meio digital, a Comunidade Encuentro, do Chile, com mulheres pobres e Geledés, do Brasil, com mulheres negras. As estratégias empregadas por essas organizações abarcaram o acompanhamento de trajetórias pessoais, mostraram o peso da informação e do conhecimento como fatores de empoderamento individual. O desafio, segundo Nilza Iraci, de Geledés, é a ruptura com o “*apartheid* digital das mulheres”.²³

Outro aspecto buscado por essa pesquisa empírica é medir o impacto real nas histórias pessoais. Por isso, a resposta sobre a ampliação do círculo de relações pessoais e sociais após o uso da internet foi um indicador importante na pesquisa quantitativa. Nela, 53% das mulheres disseram que a rede mundial de computadores aumentou suas relações; quanto ao acréscimo de informações, 90% responderam positivamente, enquanto 92% expressaram que o meio as ajudou de algum modo ampliando conhecimentos e informações (48%), abrindo portas para o mercado de trabalho (32,5%). Esses dados conferem veracidade a uma expressão utilizada por Nilza Iraci - “a pior exclusão é do conhecimento”, nitidamente inspirada em Paulo Freire.

No âmbito qualitativo, as entrevistas em profundidade se tornaram úteis na confrontação com os resultados da pesquisa quantitativa. É possível perceber durante os depoimentos o brilho nos olhos das mulheres frente suas trajetórias pessoais. Os desafios que passaram a surgir das novas experiências, demarcando o momento em que os computadores e a Internet entraram em suas vivências. Foram, para elas, momentos de

²² A autora deste trabalho atua na Ong Coletivo Feminino Plural que desenvolve projetos para o empoderamento de gênero há dez anos, entre os quais “Salto Alto – Formação de Mulheres para o Exercício da Liderança e da Cidadania”, entre 2005 e 2006.

ruptura e de crescimento pessoal. Três destes depoimentos demonstram bem que as indagações sobre o empoderamento individual são pertinentes:

“...ningém segura mais”

Todo mundo saía para trabalhar e eu ficava em casa. De repente, eu decidi que tinha que aprender computador, quase como prevendo que isso seria a mudança de minha vida. Fui à cata de um telecentro que eu vi no jornal, no primeiro não deu, mas no segundo deu certo entrei direto. Só quando eu comecei avisei em casa, todos ficaram felizes. Fiz o curso e quando acabei me ofereci como instrutora voluntária... Neste meio de tempo me inscrevi, sem falar para ninguém, no supletivo de 1º grau, estou me formando esta semana, me preparando para o segundo grau porque decidi prestar o Enem e fazer a faculdade... vou aproveitar a cota dos negros, dos maiores de 50 anos, e fazer a faculdade... Estou que nem uma roda descendo a ribanceira, ninguém segura mais (53 anos, negra, usuária e monitora do telecentro).

Tal descoberta revela-se muito freqüente entre as entrevistadas, mas merecem destaque por serem mulheres de condição sócio-econômica diferente. A moradora de rua com endereço digital valoriza cada nova palavra, e mostra que está disposta a continuar superando obstáculos:

“...casa? ainda não tenho, mas vou ter. E-mail, claro que eu tenho, né?”

Meu primeiro contato com os computadores foi através do Colégio Mesquita. Eu fui fazer um curso e aprendi noções. Depois, um curso na LBV de um mês. Me deu noções básicas, os três programas principais. Mas ainda não tinha nada de internet. Eu já tinha o primeiro grau e estava fazendo o segundo. Logo que eu acabei o curso eu descobri a Biblioteca Pública, fiz amizade lá, me ofereceram cursinho com CDs...casa? ainda não tenho, mas vou ter. E-mail, claro que eu tenho, né? (50 anos, negra, moradora de rua).

Se há um mito em relação à inclusão automática das às mulheres de classe média às TICs, as entrevistas demonstraram que embora não sendo usuárias de telecentros, o contato com as tecnologias também foi sinalizador de mudança de relações:

“um momento realmente de muito prazer, de empoderamento mesmo!”

²³ Depoimento de Nilza Iraci, da ONG Geledés – Instituto da Mulher Negra, em Oficina de Inclusão Digital, realizada em 07.06.2006, em Porto Alegre.

... a gente comprou o modelo novo e eu fui fazer o cursinho de lidar com o computador por que eu tinha medo até ligá-lo, e seguidamente a gente deletava e perdia tudo... aí eu fui fazer o cursinho. Então, a partir de mim, do meu cursinho, é que a casa se apropriou... Pra mim foi muito importante aquilo, era um momento realmente de muito prazer, de empoderamento mesmo! (44 anos, branca, nível superior).

A superação do medo da tecnologia (tecnofobia), para muitas mulheres, constitui, segundo Daphne Plou (2006)²⁴ um dos maiores desafios metodológicos no acesso e inclusão de gênero nas TICs. Este fenômeno foi observado e enfrentado pela instituição Geledés – Instituto da Mulher Negra, de São Paulo. A jornalista Nilza Iraci relatou que na primeira aula do curso de informática para mulheres negras, elas são colocadas na frente de um computador, e ali se explica: “Isso é uma máquina. Ela é burra, só faz o que a gente manda. Pode apertar todos os botões, ela não explode” (2006)²⁵.

“Eu suava, tremia na frente do computador. Mas eu fiquei ali”

Na verdade eu tinha medo, mas um medo horrível. Eu suava, tremia na frente do computador. Mas eu fiquei ali. O que eu queria? Eu queria aprender para poder ensinar para os jovens, velhos, mulheres e crianças da minha comunidade, que como eu não sabiam nada de computador (52 anos, negra, usuária e monitora de telecentro).

Em relação a esses depoimentos, pode-se perceber que a inserção é diferenciada não só quanto às condições sócio-econômicas, mas têm em comum a divisão sexual das esferas do saber. Os diferentes níveis de inclusão de mulheres na área das ciências exatas vêm de um processo de socialização generificado. Denominado de “medo do êxito”, porque sabem que as relações com os homens se tornam mais difíceis quanto maior seu grau intelectual e o manejo de tecnologias (TRIGUEROS e MARTINEZ, s/d) mulheres quando se aventuram na destreza de habilidades surpreendem-se com o próprio sucesso.

Segundo essas autoras, a difícil relação das mulheres com o mundo das TIC deriva da socialização conduzida pela escola, e se mantém quando já estão partilhando da

²⁴ Daphne Plou em palestra na Oficina de Inclusão Digital, realizada na PURCS, em 07.06.2006, Porto Alegre, RS.

esfera digital. O mundo das TICs foi um campo desenvolvido basicamente com critérios e preocupações masculinos, produzindo uma contaminação de gênero masculino e um mal estar feminino:

As mulheres como usuárias não se sentem confortáveis com a cultura informática, em parte porque esta esfera enfatiza somente as condutas tendentes ao êxito, e as mulheres, diferentemente dos homens, costumam usá-la como ferramenta para resolver problemas [...] já os homens se apaixonam por elas.

Longe da acomodação nos estereótipos, aqui se faz a leitura sob as lentes das relações de gênero, identificando o campo das máquinas e das tecnologias como aquele tradicionalmente manejado, e por que não dizer, dominado pelos homens. Para as mulheres este manejo significa o desafio não só quanto aos saberes formais, mas às experiências de vida. Assim, como afirma Daphe Plou (2006)²⁶ só o fato de dominar o *mouse* já traz uma auto-valorização diferente às mulheres: “Posso dominar, posso manejar, posso fazer o melhor que eu quiser fazer”.

O fator geracional também se expressa de maneira muito relevante, mesmo entre as expertas e trabalhadoras no campo da informática, ainda que minoritárias em relação aos homens. Estudos de Trigueros e Martinez (2004, p.15) abordam o cenário europeu, por hipótese menos excludente às mulheres do que no Brasil. No entanto, constataam elas:

[...]se continua lenta a incorporação das mulheres no mundo da indústria e da informática, barreiras ainda maiores existem no mundo acadêmico, já que essa carreira está configurada em termos masculinos. Para as mulheres que optam por criar filhos e filhas é menos hostil o trabalho com horário de escritório do que o turbulento mundo acadêmico de competição masculina onde perdem-se anos.

²⁵ Nilza Iraci, na mesma oficina.

²⁶ Informação oral obtida em 07.06.2006, Porto Alegre, RS..

Exceções são encontradas, mesmo no Brasil, como comprova uma das entrevistadas em profundidade:

“... trabalho com informática desde 1985...e desde então, só tenho adquirido mais e mais conhecimentos de informática para poder acompanhar a evolução do mercado, me manter atualizada e progredir, profissionalmente falando. (39 anos, solteira, consultora na área de informática, branca).

Avaliações dessa natureza nos remetem à questão da qualidade das mensagens recebidas pelas entrevistadas nos telecentros e às percepções e comentários das entrevistadas em profundidade. Seus depoimentos abordam ainda a capacidade de mobilizar-se frente às mensagens veiculadas.

“É um mundo na nossa frente...”

Buscando a percepção das mulheres quanto à qualidade e tipo de mensagens recebidas, 86% das entrevistadas para o presente estudo informaram que nunca haviam recebido mensagens de texto ou imagem que as agredia, humilhava ou depreciava como mulher. Entre as que haviam recebido e outras que responderam, as reações foram diversas, sendo a atitude mais comum apagar a mensagem. Menos de 2% revelou não se importar ou achar engraçado.

A Internet tem sido considerada pelas mulheres como forma de mostrar que são capazes de dominar as tecnologias da informação e abrem mais chances de contato e informação (81%). Mas 15% acham que assim as mulheres estão mais expostas aos apelos do mercado do sexo, um fato que não integrava as preocupações há dez anos atrás, no advento da internet. As entrevistadas demonstraram esta preocupação e desconfiança com o meio:

“... o computador é um mundo na tua frente, tu acha o que tu quiser, eu vejo isso positivo e vejo um lado negativo: assim, as informações podem ser boas, positivas, como ruins. Está aí a questão da pedofilia, tudo isso que tem na Internet que são coisas ruins, né...e que tu não consegue combater, nesse sentido eu vejo um lado da internet ruim, por esse lado.”(39 anos, negra, nível médio, sindicalista).

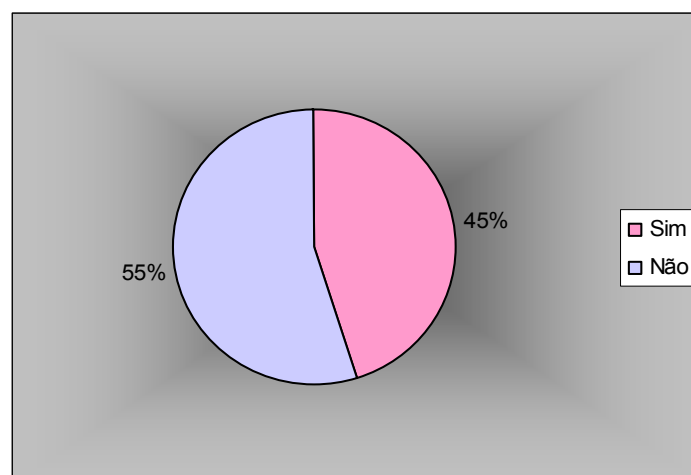
Outra entrevistada considera que esse é mais um desafio:

Quando iniciamos este trabalho só víamos o lado bom, jamais imaginávamos que um dia cerca de 10% do que circula na internet seria de pornografia, e então percebemos também que muitos temas se cruzam com as questões das mulheres, e por isso estamos trabalhando hoje com muito acento na relação entre violência contra as mulheres e as TICs. (Jornalista argentina. 56 anos, coordenadora de projeto internacional).

A adesão a alguma causa através da Internet ainda não integra as práticas femininas, segundo a pesquisa, pois 88% responderam negativamente sobre apoiar a abaixo assinado, manifesto ou campanha. Mas as 12% que disseram sim, descreveram as formas de adesão: ajudaram na busca de crianças e pessoas desaparecidas, no combate à violência, pela melhoria dos serviços públicos e redução de preços e tarifas.

A solidariedade, a cooperação e a ajuda mútua, elementos do capital social, foram detectados já que o acesso digital lhes permitiu ajudar amigos e/ou vizinhos a resolver problemas do dia a dia, como mostra a Figura 8.

Figura 8 - Ajuda a amigos e vizinhos por ter acesso digital



Fonte: Pesquisa “Ciberespaço e empoderamento de gênero”, NIEM/UFRGS, Porto Alegre, 2006

Apesar da ausência de políticas de divulgação de espaços virtuais de orientação sobre direitos da mulher, 47% das entrevistadas revelaram que sabiam da existência destes sítios, mas não sabiam como encontrá-los. Isso se comprovou com o depoimento de uma das entrevistadas, 50 anos, negra, solteira, coletora de resíduos para reciclagem, que vive num albergue para moradores de rua.

Freqüentadora de telecentros há mais de dois anos, não conhecia os caminhos virtuais. Numa breve orientação individual durante a entrevista, ela pode encontrar informações sobre sua saúde. Reproduz-se a seguir o contexto e suas reações:

Inicialmente abrimos o site do Cfemea, seu interesse foi sobre violência, que era o tema destacado. Seu pedido foi por saúde, abriu-se então o site da Rede Feminista de Saúde (www.redesaude.org.br), e ela quis saber sobre câncer de mama. Foi-lhe informado que o site dava dicas de defesa e de luta por políticas de saúde. Pediu então por dicas de saúde da mulher, e foi-lhe aberto um sitio de busca. Então digitou “câncer de mama” e frente às inúmeras opções, escolheu o sitio do INCA (Instituto Nacional do Câncer), e tudo foi sendo anotado num papel. Olhou uma representação de um seio com a descrição de diversos níveis da doença, e identificou o seu:

-Estou neste estágio aqui, no doença benigna. E acrescentou:

- Eu já havia procurado no dicionário, mas aqui está bem melhor.

De volta ao sitio de pesquisa, ela encontrou o site de Dráuzio Varella e escolheu um link. Tudo foi sendo anotado.

Então buscou por “citoplasia mamária”, “reciclagem de resíduos” e ali ficou até fechar o telecentro...

(50 anos, negra, solteira, coletora de resíduos para reciclagem, habita em albergue para moradores de rua).

Fonte: Pesquisa “Ciberespaço e empoderamento de gênero”, NIEM/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

O peso desse argumento, vindo de uma pessoa com poucos recursos sócio-culturais, que consegue manejar mecanismos sofisticados de busca na Internet, encontrando a resposta buscada, nos leva a refletir sobre os sentidos e os significados do feminismo em comportamentos como este.

5.3 Crenças no Feminismo

Quanto aos valores e crenças relacionados ao feminismo, as usuárias dos telecentros posicionaram-se de forma muito nítida em relação a alguns temas, mas mostraram-se divididas em relação a outros. Das questões foram somadas as respostas “concordo plenamente e concordo em parte”, obtendo-se os seguintes resultados (Quadro 6):

Quadro 6 - Posicionamento frente a afirmações do feminismo

Frases	%
a. A violência contra a mulher viola os direitos humanos	73
b. Cabe à mulher, somente à mulher, decidir quando, como e se quer ter filhos	56
c. Ninguém pode ser julgado por sua opção/orientação sexual	70
d. As mulheres são tão capazes quanto os homens na política	72
e. Todos os assuntos devem interessar tanto às mulheres quanto aos homens	79
f. As mulheres têm menos direitos porque são educadas para exigir menos	25
g. Homens e mulheres são capazes de fazer todas as coisas, em casa e no trabalho	74

Fonte: Pesquisa “Ciberespaço e empoderamento de gênero”, NIEM/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

A aprovação das frases usadas pelas feministas na formulação de seus discursos contemporâneos foi bastante elevada: em torno dos temas de direitos humanos e cidadania, mas deve chamar a atenção a queda dos percentuais de concordância quando se trata dos direitos reprodutivos, pois a frase “Cabe à mulher, somente à mulher, decidir quando, como e se quer ter filhos” angariou menos respostas positivas. O ideal de vida em comum e decisões conjuntas, o mito da complementariedade entre os sexos e do casamento e o desejo de compartilhar com os companheiros as decisões sobre filhos e família, possivelmente lastrearam esse posicionamento.

A não percepção de que o processo de socialização de gênero leva à redução de expectativas quanto aos direitos também ficou bastante nítida na pesquisa, pois a frase “As mulheres têm menos direitos porque são educadas para exigir menos obteve apenas 25% de concordância, 50% rechaçaram-na. Na medida em que os processos educativos formais e informais na sociedade têm sido legados às mulheres como mães, cuidadoras

e professoras, é de se refletir sobre a importância dos padrões culturais vigentes na reprodução de estereótipos de gênero.

Sobre esta questão, as entrevistas em profundidade trouxeram importantes reflexões, destacando-se a influência do processo de socialização, a distância entre linguagens de grupos sociais, a diversidade geracional e os papéis de gênero introjetados nas meninas. As falas a seguir ilustram esses comentários:

“...(o discurso feminista) Não, não conhecem. Mas elas têm uma concepção feminista nas falas delas. Eu acho que elas não conhecem a nossa fala, mas elas têm essa ligação. Eu acho que demonstra dentro delas uma forte tendência a querer que as coisas mudem”(39 anos, negra, nível médio, sindicalista).

Nesta avaliação, o machismo também é referenciado pelas entrevistadas:

Eu acho que as mulheres são extremamente machistas, e as pessoas têm muita dificuldade de entender esse nosso discurso, essas nossas idéias (35 anos, negra, nível superior).

Apresentou-se também a importância da família na construção dos papéis de gênero, o que aparece no comportamento das meninas:

“A minha mãe sempre fala que quando ela foi fazer um discurso público, ela tinha 40 anos de idade porque mesmo participando da igreja, determinando e liderando coisas, na hora de ter que falar e defender uma idéia ela pedia pro meu pai falar “ vai M..., vai lá e fala”, e ele ia lá e falava...agora eu fico olhando pra minha filha, é tão tímida quanto eu era, ela vai ter a mesma dificuldade que eu, ela vai olhar pra mim, vai olhar pras mulheres que estão em volta...” (35 anos, negra, nível superior).

Os referidos papéis impactam nas oportunidades das meninas de acessar as políticas públicas em igualdade de condições com os meninos:

“... (os telecentros) hoje quem domina ainda são os meninos. E as meninas continuam restritas a essa tecnologia. As mulheres não estão sensibilizadas. A nova geração de meninas, dependendo da classe social, domina esses meios, mas depende da qualidade da escola. Nas vilas elas têm que lavar a louça e arrumar a casa antes”(Jornalista, 50 anos, branca, coordenadora de projetos na área de TICs).

Até as escolhas profissionais são influenciadas por padrões culturais:

“Numa pesquisa com adolescentes nos EUA elas responderam por que não queriam a carreira de ciência e tecnologia, elas disseram que não eram carreiras sexi. E por que as mulheres tem que escolher uma carreira sexi? ...É terrível, mas estamos cegas pe-

la cultura dominante, cuyos modelos e papéis de cientistas que aparecen nos filmes e na televisão são de mulheres de branco, cabelos presos, óculos grossos, que imagem temos da mulher cientista? É uma mulher masculinizada. As meninas são impactadas por essas mensagens de texto que são muito fortes” (Jornalista. 56 anos, argentina, co-ordenadora de projeto internacional).

Por fim, os estereótipos podem conviver com o domínio de habilidades:

“Tenho facilidade e isso é uma coisa familiar. Minha mãe domina computador, mas como autodidata. Não gosto de ler manual, as mulheres não gostam de ler manual, isso é coisa de mulher mesmo. Os homens lêem. Já as mulheres, eu e minhas amigas, por exemplo, se temos que instalar uma máquina, um DVD, ao invés de ler o manual vamos apertando os botões até acertar, principalmente se for em outra língua” (42 anos, desempregada, nível médio, usuária de Telecentro).

Complementa esse conjunto de visões a postura das mulheres frente a temas que constituem a agenda do feminismo, trazida da pesquisa quantitativa. A temática da discriminação ou direitos das mulheres revela-se interessante a 71% das entrevistadas; apenas 3% foram taxativas no desinteresse. Estes temas, segundo 50%, povoam habitualmente conversas com família e com conhecidos, tendo sido discutido por 58% delas. O que teria deflagrado a discussão com familiares e amigos foi, pela ordem, a discordância sobre as desigualdades de papéis e funções entre homens e mulheres e negros e brancos, na família, na sociedade e no trabalho (27%); também a violência contra as mulheres (19%) e, por fim, manifestações explícitas de machismo (2%). Estes assuntos têm tudo a ver com política para 72% das usuárias dos telecentros de Porto Alegre entrevistadas na parte quantitativa.

Ainda sobre a “cultura feminista”, testado o grau de informação sobre termos e denominações de órgãos voltados para direitos da mulher, destacam-se como mais conhecidos: a Delegacia da Mulher (58%) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (39,2%). Os termos Inclusão digital são conhecidos de 30% das entrevistadas, Direitos Sexuais de 21% e Ciberespaço é conhecido de 15% das entrevistadas.

As falas femininas sobre o discurso feminista e os dados sobre o grau de conhecimento de elementos da cultura feminista, propõem uma leitura sobre as relações entre as mulheres, tema que será abordado a seguir.

5.4 Mulher confia em mulher?

A confiança entre as próprias mulheres segue sendo um tema sempre presente na sociedade. Diz o senso comum que *mulher não vota em mulher*, que *as piores chefes são as mulheres*, e de outro lado que *as mulheres se protegem*. Tais elementos remetem à discussão sobre o processo de construção de lealdades entre pessoas do mesmo sexo, pois sendo a confiança um valor fundamental do capital social, conhecer o pensamento das usuárias dos telecentros inspirou uma curiosidade: afinal, o que determina o grau de confiança ou de desconfiança entre mulheres? As respostas são interessantes e de certa forma surpreendem, pois a confiança em geral nas mulheres e nas amigas têm percentuais muito similares. No entanto, relacionando mulheres com organização *para fazer coisas úteis* eleva, enormemente, a possibilidade de confiar e qualifica a fidelidade. Do ponto de vista de uma concepção sócio-crítica do feminismo, não sexista, embora as desigualdades de gênero impactem em geral todas as mulheres, mesmo que em graus diferentes, não se deve vitimizar ou sobrevalorizar nenhum dos sexos. A pesquisa quantitativa mostrou ainda que a maior rejeição relacionou-se à afirmação de que as mulheres são interesseiras, como demonstra a Quadro 7.

Quadro 7 - Confiança nas mulheres

Pode se confiar na maioria	46%
Pode se confiar apenas nas amigas	42,5
Pode se confiar em mulheres organizadas fazendo coisas úteis	56%
Mulheres só se organizam por interesse próprio	21%

Fonte: Pesquisa “Ciberespaço e empoderamento de gênero”, NIEM/UFRGS, Porto Alegre, 200

Esse dado propicia uma reflexão acerca dos mitos tanto da cumplicidade entre as mulheres, quanto da falta de solidariedade. Aponta também para o perfil das organizações comunitárias – creches, associações de moradores, clubes de mães, associações de pais e mestres, grupos de igreja, grupos de artesanato, etc - em sua grande maioria compostas por mulheres, que dispõem de seu tempo pessoal e familiar para ajudar a solucionar os problemas das suas comunidades. O estereótipo da mulher interesseira, que sempre se dá bem e os julgamentos exageradamente rigorosos das mulheres, compõem um imaginário presente em fábulas infantis, textos religiosos e livros didáticos, esses últimos profundamente analisados por Nosella (1979, p.40): “A mulher é técnica e economicamente marginal e moralmente principal em sua função social”. Apesar do lapso de cerca de vinte anos, a referida tese é referendada por Carmo (2001) em sua pesquisa sobre as representações do feminino nas novelas brasileiras. Ou seja, para se dar bem as mulheres precisam ser duras, sem sentimentos, passar por cima dos outros, são intrigantes, maldosas, faltando-lhes as qualidades “femininas” da bondade e honestidade. Quando fogem desses papéis, tornando-se vilãs, podem ser inclusive assassinadas, ter suas vidas abreviadas por “acidentes fatais”, como foi o caso da personagem Maria Regina da novela *Suave Veneno*, exibida em 1999; e da história do casal de lésbicas da mesma novela que sucumbe num incêndio. Tais modelos, valorizados ou desvalorizados, ganham maior relevo quando se percebe o impacto dos meios de comunicação nas fontes que informam as mulheres, como demonstram os dados a seguir (Quadro 8).

Quadro 8 - Fontes de informação das usuárias de telecentros de POA

64% assistem tevê todos os dias,

45% lêem jornais diariamente ou várias vezes por semana,

37% ouvem rádio.

27% têm a internet é fonte de informação

22% delas nunca ou raramente utilizam a internet como fonte de informação.

Fonte: Pesquisa “Ciberespaço e empoderamento de gênero”, NIEM/UFRGS, Porto Alegre, 2006

Acredita-se que a formação da opinião das mulheres sobre os mais diversos assuntos é influenciada em grande parte pelas informações que recebem dos meios de comunicação. A pesquisa que fornece os elementos a nossa dissertação confirma ser a televisão o mais influente veículo informativo das mulheres, fato esse amplamente difundido por estudos de audiência e sobre emissão jornalística. Recente trabalho sobre comunicação e saúde (CRUZ, 2004) indica que a informação sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos de grupos femininos socialmente excluídos nos bairros de Porto Alegre (Vila Cruzeiro do Sul, Vila Pinto e Morro da Cruz) é colhida por meio de programas de televisão. Isso auxilia na conclusão de que o maior conhecimento sobre direitos das mulheres tem como origem a grande mídia, e que a cultura política das mulheres vem sendo fortemente influenciada pelas mensagens e subtextos da mídia. Especificamente sobre violência de gênero, nossa pesquisa demonstra que 64% das entrevistadas saberiam encaminhar uma mulher nesta situação porque os meios de comunicação as informaram (31%), seguido de familiares, amigos, serviços públicos e Ongs feministas. Os telecentros foram a última fonte citada, um dado indicativo para elaboração de políticas públicas com recortes de gênero nestes locais. O fato das mulheres serem significativa parcela de suas freqüentadoras, e desta política pública ser disputada pelas comunidades, poderia nos indicar ser este um espaço de militância política. Entre as entrevistadas, 27% acreditam que a Internet não é só fonte de informação, mas um meio de desenvolver atividades comunitárias e em defesa das mulheres. Mas a fraca relação entre ter interesse e participar efetivamente, já detectada em outros estudos, se confirma pelos dados aqui examinados, como é verificado a seguir.

5.5 Participar, agir, cooperar...

Considerar a participação política como algo importante, mas não inserir-se plenamente na vida política é uma constatação corrente em investigações sobre cultura política na América Latina (Latinobarômetro, 1996, BAQUERO JACOME, 1996). O Brasil tem se apresentado nestes estudos como um dos países no qual a população dá menor importância à democracia (41%) como sistema político. Segundo Baquero Jacome e Castro (1976), este comportamento pode ser explicado pelo “ambiente de incerteza política da América Latina, onde a implementação das políticas neoliberais, a despeito do discurso oficial, tem levado a um crescente descontentamento da população, o desencanto com a democracia [...]” (p.21).

Como antes mencionado, 79% das usuárias de telecentros consideram a participação política muito importante, 82% consideram a “sua” presença muito importante e 81% referem que as mulheres são tão capazes quanto os homens para ajudar a resolver os problemas do país. Todavia a resposta negativa de 35% como não participantes da política e a declaração de que apenas 2% atuam em partidos, espaços legitimados para a disputa do poder, revelam a elevada descrença no processo político-institucional.

Ao lado disso, os telecentros foram apontados como principal local de referência (22%) para colaborar na solução de problemas, revelando uma presença política em nível comunitário. Pelos depoimentos de monitoras de telecentros oriundas das comunidades, apreendem-se o vazio de contribuição da política, evidenciando os padrões culturais e as relações de gênero que a delimitam.

Nesse aspecto, o tema da não participação nos partidos e a ênfase em outros níveis de atuação política, ganham evidência no grupo de discussão promovido pela pes-

quisa. Em virtude disso, destacam-se alguns trechos reveladores do pensamento feminista, que comporta uma diversidade de opiniões, desde a não participação até a valorização de outras formas de participação:

‘E eu sempre perguntei pra minha mãe e pro meu pai porque que eles trabalhavam tanto na igreja e não militavam no movimento social, no partido político. E eu sempre me perguntei também porque eu não vou a um partido político’(35 anos, negra, nível superior).

A frustração frente às expectativas e a ruptura com o movimento comunitário:

Quando os telecentros foram fechados no ano passado foi a maior loucura. Foi quando as mulheres saíram para a rua, distribuíram panfletos, fizeram discursos, mas ficou tudo abafadinho, ninguém falou disso e a imprensa não noticiou nada. Um absurdo. Na época, fui eu quem organizou a manifestação, mas eu não tive a solidariedade de outros telecentros. Agora, que a coisa está mais difícil, vieram me procurar, mas eu decidi não ir, vou resolver tudo diretamente com o Secretário.(52 anos, usuária e monitora de telecentro, negra).

A convicção de que sem os partidos não se obtém mudança:

“As pessoas que estão dentro do partido é que vão fazer a discussão sobre o poder, então a presença nossa, das mulheres, principalmente, dentro dos partidos é importante pra colocar as nossas posições”(44 anos, branca, nível superior).

A descoberta da política pelo movimento social:

“Quando eu comecei a trabalhar, eu comecei a questionar o porquê das irregularidades. Aí eu entrei pro movimento sindical, em consequência comecei a entrar em outros movimentos”... “O movimento social ainda é um dos melhores caminhos pra se mudar esse país. Só que se tu não tiver envolvimento com a política de certa forma, não necessariamente se filiando a um partido, mas tudo tem que caminhar junto com a política, tem que se envolver pra poder fazer a mudança de fato acontecer”(39 anos ,negra, sindicalista).

Todavia, conforme uma usuária que é também monitora de telecentro, os limites desta participação, a seu ver, pequena, e circunscrita à comunidade, prende-se a uma visão de ganho imediato:

“...As mulheres em geral participam quando é do interesse direto, por exemplo, o telecentro fica dois dias desconectado, elas brigam, reclamam, elas vão numa reunião se chamadas, batem panelas desde que seja perto de casa, assinam abaixo assinados, mas ficam na condição de usuárias, não querem tomar as decisões junto”. (53 anos, negra, usuária e monitora de telecentro).

Essa entrevistada considera que o desejo de participação é limitado por relações de gênero desiguais na vida pessoal ou porque não consideram a participação como prioritário em suas vidas:

“As pessoas que usam os telecentros sabem desta situação (dificuldades de funcionamento), são solidárias, mas não se envolvem. Aumentar a participação delas é fundamental. Aumentar o envolvimento pessoas, pois sempre é aquilo, “estou estudando”, “estou no trabalho”, “o marido não deixa...”. (53 anos, negra, usuária e monitora de telecentro).

O fator geracional funciona como um agravante, mas ao mesmo tempo como um alívio:

As dificuldades das mulheres, que já são em número bem menor do que os homens no telecentro, são por causa da idade e dos maridos. Eles ficam desempregados e ou se aposentam, voltam para casa, e querem as mulheres do lado o tempo todo, pedindo comida, café...impedindo as mulheres de fazer o que querem. Isso influencia não só no uso do telecentro, mas na participação em geral delas na comunidade.... É por isso que muitas delas dizem que começam a viver depois que ficam viúvas.(52 anos, negra, usuária e coordenadora de telecentro).

Outra usuária vê a falta de chamamento, de oportunidades e de lideranças como a maior causa da não participação:

Acho que as mulheres em geral, dependendo da escolaridade, entendem tudo o que as feministas falam, mas têm medo por causa dos maridos, não têm acesso e em geral gostariam de participar, inclusive nos partidos políticos. Falta tornar público, divulgar, convocar as mulheres, afinal somos a maioria. Estamos carentes, desesperadas por mulheres que tomem à frente, que liderem.(42 anos, desempregada, usuária de telecentro).

E, por fim, há quem aponte o papel do movimento de mulheres como propulsor de uma maior participação política, inclusive para propor políticas públicas:

“...E aí entra a importância do movimento de mulheres para construir uma política, que seria papel do conselho da mulher”. (Jornalista, 50 anos, branca, coordenadora de projetos na área de TICs).

Ler dados pela ótica inversa, ou seja, o que eles talvez não mostrem é um desafio ao qual estamos nos propondo neste trabalho. Isso se deve à nossa convicção de que relações de gênero desiguais produzem prejuízos na auto-imagem feminina, rebaixam sua auto-estima e a auto-consideração. Vargas (2002, p.3) ao analisar os impactos positivos e negativos da globalização na vida das mulheres, constata que uma de suas manifestações mais prejudiciais é a ampliação do tempo dispensado pelas mulheres em serviços sociais de tipo comunitário. Ou seja, o cuidado, antes no âmbito familiar, passa a ser mais intensamente feito pelas mulheres no espaço da comunidade, desta feita para substituir um estado que se omite de suas obrigações. Ou seja, cuida-se mais dos idosos, das crianças, dos doentes, em função da carência de serviços disponíveis à população, em quantidade e qualidade. Em contrapartida, a globalização também provoca novas tensões, pois cria novos âmbitos de atuação para as mulheres, e novas possibilidades de inter-relação entre as esferas públicas e privadas (idem). No entanto, em nossa pesquisa, a maioria das mulheres investigadas (69%), afirma que nos últimos anos não tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras mulheres.

Em se tratando de Porto Alegre, este resultado deve ser questionado em toda a sua profundidade, pois, dados empíricos mais recentes, examinados por Prá e Negrão (2005), demonstram a massiva presença feminina no Orçamento Participativo de Porto Alegre, o que se repete em vários espaços como conselhos, fóruns e comitês que discutem políticas públicas e políticas sociais, por exemplo. Não se aprofunda aqui a discussão sobre o foco ou qualidade dessa participação, se voltada ou não para interesses específicos das mulheres na mudança de relações de gênero, se na condição de protagonistas ou beneficiárias, mas quanto ao interesse de suas comunidades. Em razão disso, pergunta-se: as mulheres não realizaram o trabalho comunitário? Então, quem o fez?

Nesses termos, ganha coerência a revelação de que a colaboração das pessoas para melhorar a situação do país é vista como importante para 90% das entrevistadas. E que 72,5% delas teriam muito interesse para reunir-se com outras pessoas, que não sejam de sua família ou amigos mais próximos para buscar solucionar problemas de sua vida cotidiana. Mesmo que não haja confiança absoluta em todo mundo, pois 48% das mulheres entrevistadas acreditam que não se pode simplesmente confiar nas pessoas.

Depreende-se deste conjunto de informações que as mulheres se dispõem a participar, mas não identificam propriamente a política institucional como o seu lugar na política. Por isso, se propõem a dar a sua colaboração, mas duvidam das instituições e também da honestidade das pessoas em geral.

De resto, os baixíssimos níveis de confiança institucional, como já demonstrados, não são novidade no País e caracterizam as relações políticas em toda a América Latina. Situação que reflete a tradição autoritária predominante na região, a sociedade pouco contratualista, os curtos períodos de democracia vividos pelos povos latinoamericanos, enfim, às tradições escravista, patrimonialista e patriarcal (CARVALHO, 2004), elementos bem presentes na história do Brasil.

Carvalho (2004) exemplifica essa realidade ao analisar os fundamentos da política e da sociedade brasileiros, quando advoga: “[...] ao lado da grande propriedade e da escravidão, o patriarcalismo constituía uma terceira coluna no edifício que sustentava a sociedade” (p.24), o que, por conseguinte “fruto da escravidão, o analfabetismo só fez reforçar as bases da desigualdade social” (p.25) e, por fim, nos dias atuais “a desigualdade incide sobretudo sobre os grupos da população mais vitimados ao longo da história, os descendentes dos escravos, os trabalhadores rurais, as mulheres, os nordestinos”(p.31). Para Murilo de Carvalho (2004) “o grande teste da democracia política de que gozamos desde 1985, e o grande desafio dos brasileiros, será produzir e implemen-

tar políticas que reduzam a desigualdade que nos separa e a violência que nos amedronta” (p.32).

Frente às constatações de Carvalho, cabe observar as condições para que nos dias atuais possam ser buscadas alternativas para redução de desigualdades, levando em conta os baixos níveis de confiança, cooperação e solidariedade, bem como hierarquias impostas nas relações entre o estado e a sociedade. Segundo Coleman (1998), para que o capital social possa florescer é fundamental a existência de condições mínimas que permitam a sua geração, ou seja, relações pactuadas nas quais se identifiquem obrigações, expectativas e confiança de um lado, e o acesso à informação de outro. Destaca-se neste conceito a informação como ingrediente fundamental do conhecimento, e constatando o papel das redes como disseminadoras de informações, sua análise contribui para que se compreenda o quadro revelado no estudo empírico que integra esta dissertação. Coleman (1998) afirma que, é a conjunção de ações do estado e da comunidade, ou seja, sua confluência, o que nos possibilita a produção de capital social e a almejada transformação social.

Cabe ainda registrar, quanto ao papel da informação na formação de capital social, o aporte fornecido por Vizer (2003). Para esse autor, “as TICs podem ser concebidas como recurso que favorece a produção de capital social, humano e simbólico da sociedade” (p.2). Assim, as políticas públicas e sociais deveriam promover o acesso às TICs, pois o contato com a informação e o conhecimento promove novas habilidades e maior autonomia.

Por conseguinte, buscar dados em investigações que demonstrem elevados níveis de confiança torna-se mais um desejo do que uma possibilidade, o que se confirma também nesta pesquisa. As usuárias dos telecentros revelam que a confiança nas pessoas e instituições em geral é muito baixa. E, confirmando a tendência demonstrada por

outras investigações, a família ocupa o primeiro lugar, com 50%, seguida da igreja, com 14% e pelas associações comunitárias, entre as mais confiáveis. Em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, as entrevistadas manifestam profunda insatisfação, com 81% de respostas “pouco satisfeita” e “insatisfeita”. Num ranking de confiança/desconfiança, tem-se um quadro que simplesmente se inverte no seu ordenamento, como demonstrado na Quadro 9, e desafia o processo que é imposto, o da construção da democracia no País.

Quadro 9 - Ordem de confiança/desconfiança nas instituições

CONFIA	NÃO CONFIA
Família	Congresso Nacional (dep. Fed./senadores)
Igreja	Governo Municipal (prefeito/secretários)
Associações Comunitárias	Assembléia Legislativa (dep. Estaduais)
Meios de Comunicação	Governo Federal (presidente/ ministros)
Governo Municipal (prefeito/secretários)	Câmara Municipal (vereadores)
Vizinhos.	Governo Estadual –(governador/secretários)
Partidos Políticos	Polícia
Judiciário (juizes/tribunais)	Partidos Políticos
Sindicatos	Judiciário (juizes/tribunais)
Assembléia Legislativa (dep. estaduais)	Sindicatos
Polícia	Vizinhos
Governo Estadual (governador/secretários)	Meios de Comunicação
Câmara Municipal (vereadores)	Associações Comunitárias
Congresso Nacional (dep. Fed./senadores)	Igreja
Governo Federal (presidente/ ministros)	Família

Fonte: Pesquisa “Ciberespaço e empoderamento de gênero”, NIEM/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

Diante do exposto, torna pertinente acrescentar que 82% das entrevistadas não se identificam com os partidos políticos em vigor no Brasil. As que declaram alguma preferência (16,5%), apontaram o PT e o PDT como os de sua preferência. Por sua vez, na atuação dentro da comunidade ou próximo a ela, 40% das mulheres reconhecem a existência de grupos sociais como sendo movimentos sociais de defesa de direitos de mulheres, negros, jovens e de cultura. Os grupos claramente político-partidários foram citados por 2% das entrevistadas.

Chama a atenção, por fim, a condição das mulheres no seu entorno, ou seja, no que compete à possibilidade de dispor de relações de solidariedade e reciprocidade. A pesquisa elucida que numa situação de emergência, como em caso de doença de um familiar, ou ter de deixar os filhos com outras pessoas, contariam com a família em 77% dos casos e com vizinhos em 12%. Apenas 2% acham que poderiam contar com outras mulheres e 5% não poderiam contar com ninguém. Este contexto evidencia ainda a importância família como o mais importante recurso do qual as mulheres podem lançar mão, o enfraquecimento de laços em nível comunitário e associativo e a perda de sentido de valores como vizinhança, amizade, grupos de convivência.

5.6 Ensaio para um discurso propositivo

Feita a apresentação dos resultados da pesquisa, e preparando o terreno para a etapa conclusiva dessa dissertação, inclina-se para valorizar as reflexões de caráter propositivo obtidas no percurso de sua elaboração. Constata-se inicialmente que nos diversos níveis de inserção feminina, desde os cenários e redes internacionais às comunidades periféricas de Porto Alegre configuram-se atitudes com visões transformadoras da realidade, portadoras de mudanças na vida das mulheres. Os textos e sub-textos das mulheres evidenciam capacidade de se colocar em várias posições nos cenários de disputas, referindo-se à necessidade de melhoria em nível quantitativo e qualitativo das políticas públicas de inclusão. Ora se referem ao papel do movimento de mulheres; ora apontam o movimento feminista como portador de uma agenda; além disso, indicam como atribuição dos órgãos de proposição e controle das políticas públicas de gênero a refle-

xão e a crítica propositiva a essas políticas, enquanto identificam no estado a responsabilidade pela sua garantia.

Ouvidas atentamente, essas falas, aqui reproduzidas como ditas, em forma de um discurso alinhavado, chamam as mulheres para investir em cenários mais amplos e proporciona elementos para a formulação de incidências teórico-práticas, bem como no campo das políticas públicas.

Um discurso alinhavado

...O movimento de mulheres necessita preparar-se para intervir nestas áreas, trazendo uma perspectiva de gênero, e fazer com que a Cúpula do Milênio para a Sociedade da Informação incorpore as dimensões de gênero. Quando falamos das doze áreas de Beijing, é preciso não só olhar as mulheres como beneficiárias e usuárias das políticas públicas.

...Em relação a ter um computador em casa é tão importante para as mulheres quanto ter outro equipamento doméstico. O importante é que isso não as isole dos movimentos sociais, das organizações e que lhe permita trabalhar sempre em redes. A participação ativa e presencial é fundamental.

...E aí entra a importância do movimento de mulheres para construir uma política, que seria papel do conselho da mulher, aumentar os telecentros em números na cidade, diversificá-los. E o número de computadores, a qualidade dos computadores e o acesso. A nossa experiência mostra que é difícil manterem acessado até porque em alguns locais a rede é ruim, isso tem que ser solucionado.

...Pra que seja realmente um espaço de uso mesmo, ligado o dia inteiro, que as mulheres possam buscar. Que fiquem próximos, não é ao lado da sua casa, mas próximo de um circuito próximo que as mulheres possam acessar, que não precisam pegar ônibus pra ir até lá.

...O acesso aos monitores (dos telecentros) é dificultado pelas placas de “não encoste na mesa”, “não converse com o monitor”, enfim, é muito difícil.

... Se eu pudesse sugerir coisas para melhorar a qualidade desses lugares, eu diria até uma coisa contra o que eu penso, mas eu defendo lugares separados para homens e mulheres, porque os homens são invasivos, espiam os e-mails da gente. Teria que ter horários especiais para mulheres...no Mercado eles ficam olhando a gente de forma tão ostensiva que nos tiram a liberdade.

...Tem palavras ofensivas às mulheres há meses nos computadores do telecentro. Quando a gente abre, eles vêm, nos agridem. E ninguém foi lá limpar...Outra coisa é a oferta de cursos,

que poderiam ajudar as mulheres. Eu saberia fazer um site, um blog, se me ensinassem. E eu ensino tudo o que eu sei. Eu dou minha participação como mulher e como pessoa em geral.

...Eu não conheço nenhum site feminista, nunca coloquei o termo "feminista" no google, gosto de sites esotéricos, espiritualistas, culturais para me aprimorar como mulher. Adoraria ter endereços só para as mulheres.

...Vivi por um ano no Canadá, passei pelos Estados Unidos também algumas vezes. O acesso da população à Internet é altamente fácil e incentivado. Qualquer biblioteca pública permite a qualquer um (mesmo estrangeiros) navegar pela Internet. Entendo que isto é muito importante para o enriquecimento cultural da população.

...O Brasil ainda "engatinha" na disponibilização pública de computadores e internet.

...Para melhorar os telecentros, temos que melhorar nós mesmos, os monitores, incluindo mais mulheres nestes lugares. Os telecentros sob os cuidados de mulheres são mais organizados, respeitados, os horários são melhor aproveitados.

...A segunda questão é o pagamento em dia dos monitores, pois eu trabalhei como voluntária até o dia em que me convidaram para ser monitora remunerada, mas os pagamentos estão atrasadíssimos. Há uma burocratização no processo de pagamento, um trajeto muito complicado, há uma intermediação para receber 150,00 ou 300,00, quando muito, pagamos três vezes o CPMF.

...As pessoas que usam os telecentros sabem desta situação, são solidárias, mas não se envolvem. Aumentar a participação delas é fundamental. Aumentar o envolvimento pessoas, pois sempre é aquilo, "estou estudando", "estou no trabalho", "o marido não deixa...".

...Outras formas de melhorar esta inclusão seria a requalificação dos monitores, melhorar a qualidade dos computadores e a assistência técnica que é complicada porque a prefeitura alega que os computadores doados não podem receber assistência da prefeitura, um jogo de empurra.

...Que as nossas páginas pudessem estar lá na tela de abertura do computador ou com aqueles sites que são os mais votados, daquelas campanhas que tem de sites mais votados da Internet.

...Por que não tem uma página específica pra quem quer entrar, então até mesmo por curiosidade que a gente possa chamar a atenção de alguma forma pra elas buscarem as nossa páginas? Por uma brincadeira, por uma coisa atrativa. Porque, realmente, pra entrar na página da rede feminista de saúde só se o interesse for alguma coisa específica, mesmo da saúde porque a princípio não se sabe que ali tem muitas informações, outras informações que elas podem buscar.

... E aí entraria também a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pra que fizesse esse trabalho de montar um site, montar uma página disponibilizando todos os sites de pesquisa na área da questão da mulher.

... A proliferação do aumento dos telecentros pra emancipação de todas as pessoas, claro que a emancipação de todas as pessoas leva a emancipação das mulheres se elas tão acessando e procurando. Hoje as pessoas estão muito mais emancipadas.

...Há uns anos atrás as pessoas vinham muito pedir pra entrar, elas tinham que pedir, por favor, e ir num gabinete de deputado ou vereador pra pedir pra entrar num site, pra fazer a inscrição de um curso ou pra fazer alguma coisa e hoje em dia elas já não vão mais, elas já vão nos espaços públicos e fazem as suas inscrições pra concurso, já fazem as suas pesquisas. Se emanciparam até desse vínculo clientelista que se forma dentro dos gabinetes legislativos.

...O curso que eu tirei não ensinou isso, e as meninas (monitoras) dos telecentros estão sempre muito ocupadas para ensinar.

...Me ensina agora a enviar um e-mail para um amigo, quando eu abro tem poucas linhas e não consigo enviar (Fragmentos de falas de todas as entrevistadas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A título de conclusão, cabe recuperar os objetivos de orientaram a presente dissertação. Nesse sentido, buscou-se saber se no acesso das mulheres ao ambiente proporcionado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) abre-se a possibilidade de fortalecimento individual (empoderamento) e coletivo (formação de capital social) para o exercício da cidadania feminina de uma perspectiva feminista. Por esse prisma, pretendeu-se identificar a existência ou não de recortes específicos de gênero nas políticas públicas de acesso e inclusão digital; verificar se as políticas públicas para a inclusão digital estão efetivamente constituindo-se em mecanismo de afirmação de cidadania feminina no sentido proposto pela Plataforma de Beijing no seu tópico J, que trata do acesso às tecnologias e à informação, convocando o Estado a traduzi-lo em políticas públicas.

Ao mesmo tempo, interessava compreender se as dimensões quantitativa e qualitativa das políticas de acesso e inclusão digital permitem chegar a uma elaboração crítica

ca de incidência propositiva. No que tange à cidadania, importava perceber se o acesso das mulheres ao ciberespaço possibilita a construção da sua cidadania de gênero por formas não convencionais da política, quais sejam: associativismo, integração a redes sociais e virtuais, capacidade de empoderamento e de formação de capital social por meio do fortalecimento de uma agenda comum. Com isso, buscava-se levantar propostas de mecanismos que permitam desenvolver estratégias para o empoderamento e a geração de capital social pela criação de oportunidades de inclusão digital feminina. Para tal, defendeu-se a idéia que o acesso digital das mulheres, mesmo não resultando em inclusão automática à sociedade do conhecimento e da informação, constitui uma via de empoderamento quando vinculado a processos sociais que estimulam a formação de redes temáticas de gênero e outras tecnologicamente sustentadas.

Visando responder às questões formuladas no trabalho, elaborou-se um quadro de referência teórico priorizando o debate contido na literatura sobre Empoderamento de Gênero, Capital Social, Ciberespaço ou acesso às TICs, referenciando-o à Ciência Política e ao Feminismo. Nele se contextualizou a emergência das Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação no atual processo de globalização. A conexão entre o teórico e o empírico foi sintetizada a partir da elaboração de um modelo explicativo, que realçou a importância da sinergia estado/sociedade.

Nesse cenário foram identificadas as estratégias das mulheres, e em particular do Feminismo, de tornar públicas suas demandas e, em âmbito internacional, firmar um marco político e teórico, baseado nos conceitos de cidadania e de direitos humanos, ao qual se incorporou o direito à informação e à comunicação. Esse momento histórico, demarcado pelas últimas três décadas, também estimulou a identificação de distintas correntes de pensamento do Feminismo, cujo traço em comum é o reconhecimento da existência de relações de poder assimétricas entre os sexos.

Ainda nesse período, as feministas, em particular as da América Latina, fundadas na reflexão de experiências pessoais e coletivas, trazem como legado para os movimentos sociais, metodologias de aprendizagem, de organização e de formulação de agendas. A idéia de empoderamento, valiosa para os movimentos sociais, desenvolve suas sementes no movimento feminista, ganhando sentido não só como processo de elevação de auto-estima ou auto-consideração, mas no compartilhamento de experiências. A descoberta de um patamar institucional para encaminhar demandas ladeou uma progressiva ocupação de espaços, embora mantidas no cotidiano as desigualdades políticas, econômicas, sociais, culturais, e a divisão das esferas pública e privada, como impedimento da livre circulação entre elas.

Nesse marco, as novas tecnologias de informação, na medida em que vão se constituindo também em políticas públicas de inclusão digital, fomentam nas mulheres o desejo de incursionar pelo ciberespaço. Esse novo ambiente tecnologicamente sustentado, entendido e transformado pelas redes feministas internacionais como meio e instrumento para a sua articulação, se apresenta como alternativa também ao cotidiano das mulheres investigadas na presente pesquisa. E, em específico, no cotidiano daquelas que carecem de recursos e dos meios necessários para acessar o mundo digital.

Como se depreende pelo exame dos dados da pesquisa, tais recursos e meios têm sido utilizados por essas mulheres, prioritariamente, para a solução de problemas. Por esse caminho, a sua incursão no mundo digital, mesmo partindo de um objetivo instrumental, abre possibilidades a novas viagens. Processo capaz de desencadear a passagem do âmbito algumas vezes limitado da informação até o da sociedade do conhecimento.

No plano dessa reflexão, os resultados do estudo empírico evidenciaram a existência de um conjunto de barreiras a inviabilizar processos dessa natureza. A começar pela oferta de equipamentos e recursos de informática conectados ao ciberespaço, quan-

titativa e qualitativamente aquém da necessidade das demandas. Soma-se a isso a ausência de políticas para a capacitação voltadas à exploração de recursos disponíveis na própria rede mundial de computadores. Ademais, não aplicam recortes de gênero para elevar capacidades e habilidades das mulheres, visando o seu empoderamento. Sequer mostram-se adequados os locais destinados a este fim. Deficiências dessa ordem impedem a aquisição de habilidades e a instalação de capacidades.

Num outro nível, detectou-se a descontinuidade dessa política pública quanto ao modelo de gestão, bem como a incerteza da sua manutenção, o que eleva barreiras para que se estabeleça uma relação sinérgica entre usuárias de telecentros e o governo municipal. Usuárias, monitoras e especialistas desta área convergem a respeito da falta de uma articulação política capaz de ampliar e consolidar o acesso e a inclusão digital. Igualmente identificam que fatores relacionados ao gênero (dificuldades de participação, medo de se expor, obediência ao marido, falta de tempo, responsabilidades familiares etc.) ao se entrecruzarem com os de gerações (as meninas só podem utilizar os telecentros depois de realizar as tarefas domésticas, e as mulheres adultas e mais velhas, só depois de atenderem o marido) criam maiores obstáculos à participação e aquisição de novos conhecimentos. Neste aspecto, a socialização de gênero, no que toca à mudança de padrões culturais, merece ser enfatizada como um campo de investigação a ser explorado.

O presente estudo, embora não se propondo a fazer a medição do capital social, reuniu elementos junto às mulheres que utilizam telecentros que nos permitem afirmar a existência de um desejo de participação, uma colaboração moderada e limitada pelos condicionantes de gênero e de gerações, no entanto tais disposições não têm sido revertidas em capital social. Nesse âmbito, é necessário reiterar a relação fragmentada entre estado e sociedade quanto à política pública em discussão. A ausência de um foro co-

num de debate sequer permite que demandas públicas das mulheres, com recortes de gênero, sejam apresentadas. A confiança institucional, que se mostra fraca nos dados empíricos quando se trata de instâncias governamentais, persiste como fator a desfavorecer a construção de capital social.

A Ciência Política, segundo Prá (2005) “tem se mostrado reticente em reconhecer o impacto das organizações da sociedade enquanto agentes da cidadania, em última instância, como comunidades cívicas”. Dentre estes grupos, diz ela, o feminismo ou os feminismos, no plural, pela diversidade de abordagens e perspectivas, já têm um longo caminho trilhado no sentido de indicar essas saídas.

Nesse sentido, como já mencionado nestas notas conclusivas, o movimento feminista vem realizando um árduo aprendizado, e ao mesmo tempo oferecendo sua experiência como reflexão teórica, ao alcançar instâncias de poder para apresentar suas demandas. Mesmo sem ocupá-las nos níveis que produziriam, de fato, alterações no balanço das decisões, muitas agendas já foram estabelecidas.

Quanto ao uso do ciberespaço enquanto via de empoderamento, é preciso que se recorra à fala de Daphne Plou, que confere um peso significativo ao contato das mulheres com a tecnologia. “Há um primeiro estágio de empoderamento, que ocorre no manejar, no dominar o *mouse* e saber que se pode controlar o pequeno instrumento; e um segundo ocorre quando os próprios conteúdos são inseridos no âmbito digital, produzindo um novo espaço de saber. Uma combinação de acesso e controle”. Percorrê-los de um âmbito a outro demanda a construção de políticas públicas, papel que compete ao estado, numa relação de sinergia com a sociedade, no caso, com as mulheres, os movimentos de mulheres e as redes. Quanto às últimas, mesmo constatada uma identificação das usuárias de telecentros com as crenças do feminismo, mantém-se certa ruptura entre instâncias feministas com elevado grau de apropriação teórica e especialização, e o difi-

cil cotidiano vivido por mulheres ainda não “empoderadas”. Nesse sentido, o ciberespaço pode vir a constituir-se num cenário para a costura de interesses, desde que ferramentas, habilidades e uma linguagem comum possam transitar mais livremente.

Cabe, portanto, como desafio teórico, também identificar, por meio de novas pesquisas, os fragmentos de capital social percebidos na disposição das mulheres em participar da vida da comunidade, de ajudar outras mulheres em situações de violência, de auxiliar amigos, familiares e conhecidos por conhecer e ter acesso à internet. O que sugere a constituição de uma agenda de pesquisa que articule o ciberespaço como via de empoderamento de gênero e formação de capital social e que se repense sobre os indicadores de participação política quando se trata de observar as mulheres em suas relações interpessoais e institucionais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. Os desafios epistemológicos da comunicação mediada pelo computador. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo (RS), v.4, n. 2, p. 29-42, dez. 2002.

ALFARO, Rosa Maria. Certezas e incertidumbres acerca de la participación política de las mujeres. In: MEMÓRIA del Seminario Internacional “Reestructura Política y Transformación Social”. Montevideo: DAWN, Repem, 1999. p.67-78.

ALVAREZ, Sonia. A globalização dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: CULTURA e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Humanitas. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

ALVAREZ, Sonia. Feminismos latinoamericanos. **Estudios Feministas**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, 1998.

ANDREOLA, Balduino A. O Processo do conhecimento em Paulo Freire. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.18, n.1, p.32-42, jan./jun. 1993

ASTELARRA, Judith. Recuperar la voz: el silencio de la ciudadanía. In: ISIS, Fin de Siglo, Género y cambio civilizatorio. Chile: Editorial Isis Internacional, 1992.

AYERBE, Luis F; MOLINA, Rafael C.; NUÑES, Ignacio M. **La cultura latinoamericana en los procesos de integración continental**. [s.L.]: GICD, 2004.

BAQUERO JACOME, Cesar Marcello; GONÇALVES, Maria Augusta; BAQUERO, Rute. Reflexões sobre a pesquisa nas ciências humanas. **Revista Barbarói. Revista do Departamento de Ciências Humanas**. Santa Cruz do Sul, n.2, p.1-73, mar. 1995.

BAQUERO JACOME, Cesar Marcello. Cidadania e gênero no processo de construção da democracia brasileira. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política**. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade/ UFRGS, 1996. p. 91–131.

_____. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: estado e partidos políticos. In: BAQUERO JACOME, Cesar Marcello (Org.). **Cultura política e democracia**. Os desafios das Sociedades Contemporâneas. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999. p.26-41

_____. Alcances e limites do capital social na construção democrática. In: BAQUERO JACOME, Cesar Marcello (Ed). Keil; MANETZEDER, Ivete Leocadia. **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

_____. A Democracia e Capital Social na América Latina: Brasil: para além do debate acadêmico. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1, 2002, Salamanca. Salamanca (Espanha), Mimeo, 2002.

_____. Capital Social y Cultura Política em Brasil: posibilidades y limites. Ediciones Universidad Salamanca. **América Latina Hoy**, Salamanca (Espanha), v.33, abr. 2003. Separata.p.157-177

BARBERY, Ximena Michicao. **La intervención de los feminismos en espacios regionales y globales**. Texto apresentado no Simpósio Feminismos: Retos y Desafíos, PUEG, México, abr. 2002. Distribuído via internet.

BENNATON, Jocelyn. **O que é Cibernética**. São Paulo: Nova Cultural, Braziliense, 1996.

BOIX, Montserrat. La comunicación como aliada: tejiendo redes de mujeres. In: BOIX, Montserrat, FRAGA, Cristina, SEDÓN, Victoria. El viaje de las internautas: una mirada de género a las nuevas tecnologías. **Revista Género y Comunicación**, Madrid: Ameco, 2001. Disponível em <www.nodo50.org/mujeresred/biblioteca_virtual.html>

BONDER, Gloria. **Las nuevas tecnologías de información y las mujeres: reflexiones necesarias**. Santiago de Chile: CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), 2002. (Serie Mujer y Desarrollo, n. 39). Disponível em <[www.cepal](http://www.cepal.org)>

_____. **Género y Subjetividad**: avatares de una relación evidente. Programa Interdisciplinario de Estudios de Género (PEG). Universidad de Chile, 1998.

BORGES, Regina Maria Rabello. Em que consiste o conhecimento científico? In: BORGES, Regina Maria Rabello (Org). **Em debate**: científicidade e educação em ciências. Porto Alegre: SE/CECIRS, 1996. p.21-42

BRUNNER, J.J.; SUNKEL, Guillermo. **Conocimiento, Sociedad y Política**. Chile: FLACSO, 1993.

BRZEZINSKI, Zigmund. **El gran tablero mundial**: la supremacia estadounidense y sus imperativos geoestratégicos. Paidós, [s.n.], 1998.

CARMO, Cláudia Rejane do. **A Mulher no Horário Nobre da TV**: estudo sobre representações do feminino na telenovela brasileira. 2001. F 231. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CARROL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. Porto Alegre: L&PM, 1998. (Coleção L&PM Pocket)

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.7-13; p.29- 229.

CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da Política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio Otávio (Org.). **Sistema Político Brasileiro**: uma introdução. São Paulo: Fundação UNES; Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 2004. p.21-36.

CASTELLS, Carme. **Perspectivas Feministas em Teoria Política**. Introdução. Buenos Aires: Edições Paidós Ibérica, 1996.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. (A era da informação, economia, sociedade e cultura; v.2.).

CASTELLS, Mercè. **Mujeres en Internet**: uma questão de gênero? Comunidad Astalaweb. Espanha Disponível em:
<www.afrol.com/es/Categorias/Mujeres/especial_muj_internet.htm> ou
<www.articulos.astalaweb.com>

CEMINA. Inclusão Digital e Social Através das Rádios Comunitárias: A Experiência da Rede Cyberela. Disponível em: <<http://amora.rits.org.br/cemina/html/>> Acesso em: maio de 2004.

CLADEM. Questão de Vida. Balanço Regional e desafios sobre o direito das mulheres a uma vida de violência. Chile: [s.n.], 2000.

COLEMAN, J. Social capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.94, 1987.

CRUZ, Fernanda Guimarães. **Mulheres e Saúde**: um olhar sobre a recepção. 2004. F. 185. Monografia (Trabalho de conclusão de curso Comunicação social) - Faculdade de Comunicação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo (RS).

DE BARBIERI, Teresita. Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica. **Debates en Sociología**, Cidade do México, n.18, 1993.

DELGADILHO, Karin; GOMEZ, Ricardo; STOLL, Klaus. **Telecentros Comunitários para o desenvolvimento Humano**: lições sobre telecentros comunitários na América Latina e Caribe. Equador/Brasil. Fundação Chasquinet, 2002. Rits. 2003

DIAS, Lia. **Inclusão digital**: com a palavra, a sociedade. São Paulo: Plano de Negócios, 2003. p.11-13.

FIGUEIREDO, Jorge Eduardo St. Aubyn de. Comunidade Cívica, Capital Social e Conselhos de Saúde no Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública. F. 118. Fundação Osvaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2001

FRAGA, Cristina. **Las webs de las mujeres**. In: BOIX, Montserrat, FRAGA, Cristina, SEDÓN (Orgs). Victoria. Madri, Espanha. p.123-130, 2001.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Mapa de Exclusão Digital, Centro de Políticas Sociais. FGV/IBRE/CPS. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <www.cemina.org.br>

GÓMEZ, Adriana. El desafío de las TIC. Mujeres, Información y Poder. **Revista Mujer Salud**, Chile, n.4, p.35, 2005. RSMLAC.

GOMÉZ, Fanny. Poder y empoderamiento de las mujeres. Seminário Virtual. Los Caminos del Empoderamiento de las Mujeres: Educación para la Inclusión. Documento de Trabajo no 6. **REPEM** (Rede de Educación Popular Entre Mujeres), Montevideo, 2004. p.9-12

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: REGIS, Fátima. A subjetividade ciber: ciborgues, ciberespaço e cyberpunk. **Revista Fronteiras**: estudos midiáticos, São Leopoldo, v.4, n.2, dez. 2002.

ISIS INTERNACIONAL. Plataforma de Beijing 95: um instrumento de ação para as mulheres. Chile. 1996.

JELIN, Elizabeth. Las mujeres y la cultura ciudadana en América Latina. Trabalho preparado para o programa **Women in the services of civil peace de la División de Cultura**, UNESCO. Argentina, 1966. Mimeo.

LUZ, Deoclécio. **Rádios Comunitárias, na intenção de mudar o mundo**. Brasília, DF: Produção Independente, 2001.

MARCON, Morgana; NEGRÃO, Telia (Org.). **Implantando a Biblioteca Pública: diretrizes para a administração municipal**. Porto Alegre, RS: V&C, 2005.

MARQUEZ, Humberto. Telecentres to narrow digital divide. In: GLOBAL POLICY FORUM. Disponível em: <<http://www.globalpolicy.org/soecon/inequal/2003.html>>

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix. 1999.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **A Política de Cotas por Sexo**. um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro. Brasília: Cfemea, 2000. p.17-24.

MONTAÑO, Cecilia Lopez. La dimensión de Género Del Capital Social. Equidad de Género: Una Decisión Política. Mimeo. F. 20. Bogotá. Elaborado em 03/09/2001.

MOSER, Caroline. Planificación de Género. Objetivos y Obstáculos. In: LARGO, Eliana (Org.). **Gênero em el Estado**. Estado del Género. Isis Internacional. Ediciones de las Mujeres. 1998. n. 27, 1.

NEGRÃO, Telia. Nós e rupturas da rede de apoio às mulheres. In: Strey, Marlene, AZAMBUJA Mariana; JAEGER, Fernandes (Orgs.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.215-225

NERI, Marcelo (Coord). **Mapa da exclusão digital**. Centro de Políticas Sociais. Fundação Getúlio Vargas, FGV/IBRE/CPS. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://amora.rits.org.br/cemina/docs/neri_mapa_excusão_digital.pdf>

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As Belas Mentiras: A ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo: Cortez&Moraes, 1979. (Coleção Educação Universitária).

OLIVEIRA, Erick Felinto de. **À imagem do homem: robôs, autômatos e pós-humanos no imaginário tecnológico**. <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/10/07.shtml>>.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERES PAZELLO, Magaly. Panorama sobre la CMSI. Documento de Trabajo Regional **Del Margen al centro**: equidad de gênero em la construcción de da Sociedad de la Información. Buenos Aires, 9-11 de mayo de 2005.

PLANO Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

PLANT, Sadie. **A mulher digital**: o feminino e as novas tecnologias. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

PLATAFORMA de Beijing 95: um instrumento de ação para as mulheres. Chile: Isis Internacional, 1999.

PLATAFORMA Política Feminista. Brasília: Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, 2002.

PRÁ, Jussara Reis. **Representação Política da Mulher no Brasil (1982-1990)**: articulação de gênero no sul do país e a questão institucional. 1992. 263 f. Tese de Doutorado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Políticas Públicas de gênero e governabilidade. In: **POLÍTICAS para a mulher**. Relatório da Gestão 1999-2002 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. Brasília/DF, 2002.

_____. Políticas públicas, direitos humanos e capital social. In: BAQUERO JACOME, Cesar Marcello, CREMONESE, Dejalma (Orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí, RS: Editora Unijui, 2006. p. 275-297.

_____. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Reinventando a Sociedade na América Latina**: Cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Brasília: Editora da Universidade/UFRGS, CNDM, 2001. p.19-49; 178-208

_____. Gênero e Feminismo, uma leitura política. In: STREY, Marlene Neves; MATTOS, Flora B.; FENSTERSEIFER, Gilda; WERBA, Graziela. **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2000. p.143-155.

PRÁ, Jussara Reis; NEGRÃO, Telia. Internet, um novo ambiente comunicativo e de empoderamento para as mulheres. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara

(Org.). **Gênero e discursos na mídia**. Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres/ Editora UNISC, 2005. p.273-302.

PRÁ, Jussara Reis; NEGRÃO, Telia. Protagonistas ou beneficiárias? Questões de gênero e democracia no orçamento participativo de Porto Alegre. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, PR, v.4, n.7, maio 2006. p.39-56

PRÁ, Jussara Reis; NEGRÃO, Telia. Conexões, rupturas e capital social de gênero. **Revista Debates**, Porto Alegre, RS, v.1, n.1, dezembro 2005.p.181 – 204.

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

REGIS, Fátima. A subjetividade ciber: ciborgues, ciberespaço e cyberpunk. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo, v.4, n. 2, dez. 2002. p.57-78

RENNÓ JR. Lúcio. Revisitando a corrente dominante da Teoria da Cultura Política. **Pós – Revista Brasileira de Pós Graduação em Ciências Sociais**. Brasília.

REPEM. Documento de Trabajo n. 6. Seminário Virtual “Los Caminos del empoderamiento de las mujeres: educación para la inclusión”. Montevideú, março de 2004.

REPORTO 1995: Encuesta Latinobarometro. Opiniones y actitudes en Latinoamérica: economia, sociedad, politica y asuntos internacionales. mayo, 1996.

REVISTA Mujer Salud. Red de Salud de las mujeres latinoamericanas y del Caribe. Chile, n.4, 2005.

RITS. Rede de Informações para o Terceiro Setor. 2005. Folheto

STAROBINAS, Lilian. Repensando a Exclusão Digital. Disponível em: <www.cidade.usp.br/arquivo/artigos/index0902.php>

STREY, Marlene. Será o século XXI o século das mulheres? In: STREY, Marlene; MATOS, Flora; FENSTERSEIFER, Gilda; WERBA, Graziela (Orgs.). **Construções e perspectivas em Gênero**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000. p.9-18

SUAREZ, María. El aporte desde las mujeres a las TIC está al servicio de los derechos, no del mercado. **Revista Mujer Salud**, Chile, n. 4, p. 36 –41, 2005. RSMLAC.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Publicações feministas sediadas em ONGs: limites, alcances e possibilidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 11 n.1. jan./jun. 2003. Disponível em: <www.estudosfeministas.com.br>

VALENTE, Virginia. El estado em la mira de los feminismos. Argumentaciones y Prospectivas. Atualização de Trabalho apresentado no Fórum de Organizações não Governamentais da IV Conferência Mundial da Mulher, Beijing, 1995. Publicado por CEM (1999), Buenos Aires, Argentina. Mimeo.

VARGAS, Virgina. La subversión de los feminismos latinoamericanos. In: MEMÓRIA del Seminario Internacional “Reestructura Política y Transformación Social”. DAWN, Repem. Montevideo. 1999.

VARGAS, Virginia. **Los nuevos derroteros a los feminismos latinoamericanos**. 2000. Mimeo.

VIZER, Eduardo. **Las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC's) y el crecimiento del Capital Social**. Comisión de Comunicación, Tecnología y Desarrollo. ALAIC, 2002. Buenos Aires.

VIZER, Eduardo. Metodología de intervención en la práctica comunitaria: investigación-acción, capital y cultivo social. **Ciberlegenda**, Buenos Aires, n.10, 2002.

WELLS, Tatiana. O ciberfeminismo nunca chegou à América Latina [1] Revista Estudos Feministas. Florianópolis. Julho 2005. Disponível em: <www.estudosfeministas.com.br> e <http://www.unb.br/ih/gefem/labrys7/cyber/tatiana.htm> (acesso em 16.12.2005)

WERBA, Graziela. **As representações sociais da violência para as mulheres em situação de violência**. 2004. F. 273. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

YANNOULAS, Sílvia C. Notas para a integração do enfoque de gênero na educação profissional. In: VOGEL, Arno (Org.). **Trabalhando com a diversidade no Planfor: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais**. São Paulo: Brasília, Ed. UNESP/ FLACSO do Brasil, 2001. p.69-105.

Sítios pesquisados:

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs> (acesso em 21.01.2006)

<http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/cap5.html> (acesso em 16.12.2005)

<http://www.unb.br/ih/gefem/labrys7/cyber/tatiana.htm> (acesso em 16.12.2005)

<http://www.estudosfeministas.com.br>

<http://www.cidade.usp.br/arquivo/artigos/index0902.php>

http://amora.rits.org.br/cemina/docs/neri_mapa_excusao_digital.pdf

<http://www.globalpolicy.org/socecon/inequal/2003.html>

<http://www.cemina.org.br>

http://www.nodo50.org/mujeresred/biblioteca_virtual.html

<http://www.cepal.org>

http://www.afrol.com/es/Categorias/Mujeres/especial_muj_internet.htm>

<http://www.articulos.astalaweb.com>

<http://www.icamericas.net/modules.php>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u17394.shtml>

http://www.venturanishi.com.br/not_ver.asp?qual=&tipo=&codigo=50

<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/10/07.shtml>

Periódicos consultados:

Jornal Zero Hora, 21.11.2006, Caderno de Informática; 12.12.2005, Caderno de Informática; 19.12.2005, Caderno de Informática; 10.02.2006, Caderno de Informática; 06.02.2006, Caderno de Informática; 08.07.2006, p. 43; 17.07.2005, p. 32 e 33; 26.11.2005, p. 38; 30.07.2005, p. 42; 19.01.2006, Caderno de Informática, capa.

Jornal Correio do Povo, 08.07.2005, p. 14; 18.03.2006, p.15; 19.03.2006, p. 10; 16.04.2006 p.11; 21.03.2006, p. 16.

ANEXOS



“Não, não!”, disse a Rainha. “A sentença primeiro...depois o veredicto”.

“Mas que tolice!”, disse Alice em voz alta. “Que idéia de ter a sentença primeiro!”

“Cale-se!”, disse a Rainha, vermelha de raiva.

“Não me calo”, disse Alice.

“Cortem a cabeça dela!”, gritou a Rainha com toda a força dos pulmões. Ninguém se moveu.

“Quem se importa com vocês?”, disse Alice (ela tinha chegado ao seu tamanho normal a essa altura). “Vocês não passam de um baralho de cartas!”(Alice no País das Maravilhas, Lewis Carrol, 1998).

ANEXO II - Entrevistas em profundidade

Entrevista 1 - 52 anos, negra, usuária de telecentro.

7 de junho de 2006, em Porto Alegre.

Eu entrei no mundo dos computadores há alguns anos, pois o Centro Vida Humanístico promoveu um curso para lideranças. Eu não me considero liderança, mas a comunidade disse que eu era e fui fazer... Na verdade eu tinha medo, mas um medo horrível. Eu suava, tremia na frente do computador. Mas eu fiquei ali. O que eu queria? Eu queria aprender para poder ensinar para os jovens, velhos, mulheres e crianças da minha comunidade, que como eu não sabiam nada de computador.

Mas achei que isso seria para o futuro, mas não foi. Eu ainda não tinha acabado um curso quando os jovens da comunidade vieram me convidar para ser a madrinha deles num projeto do telecentro. O nosso telecentro veio do OP da juventude, o BNDES aprovou o projeto e tivemos que fazer quase um milagre para transformar 5 mil reais em um espaço que pudesse acolher os computadores. Mas fizemos mais: fizemos duas salas e mais uma que vamos transformar em sala de vídeo.

As dificuldades das mulheres, que são em número bem menor do que os homens no telecentro, são por causa da idade e dos maridos. Eles ficam desempregados e ou se aposentam, voltam para casa, e querem as mulheres do lado o tempo todo, pedindo comida, café...impedindo as mulheres de fazer o que querem. Isso influencia não só no uso do telecentro, mas na participação em geral delas na comunidade.

Elas usam a internet para fazer e mandar currículos e aprender digitação. Hoje não dá para as mulheres viverem sem saber de computador, pois até as faxineiras e empregadas domésticas precisam saber ligar e desligar o computador para os filhos das patroas, e as que trabalham nas firmas de limpeza tem que saber dar baixa nos materiais que usam pelo computador. E tem os concursos públicos que exigem computação, então vão no telecentro para tudo isso, mas com muitas dificuldades. É por isso que muitas delas dizem que começam a viver depois que ficam viúvas.

Os telecentros vivem uma crise muito grave, pois eles vivem de pires na mão pedindo ao poder público que assuma suas obrigações. Dizem que são gratuitos, mas não podemos abrir mão de cobrar 50 centavos para fazer a ficha de inscrição, porque esse dinheiro faz falta para nós. Na minha comunidade, o telecentro é utilizado por vários grupos, que fazem aprendizagem em dias fixos, como o Círculo de Pais e Mestres, a da Creche, o Agente Jovem, o Centro Regional da Fasc e o Sase, além da comunidade em geral, numa média de 800 a 900 pessoas por mês, cerca de 60 a 70 usos ao dia, nos 10 computadores.

Quando os telecentros foram fechados no ano passado foi a maior loucura. Foi quando as mulheres saíram para a rua, distribuíram panfletos, fizeram discursos, mas ficou tudo abafadinho,

ninguém falou disso e a imprensa não noticiou nada. Um absurdo. Na época, fui eu quem organizou a manifestação, mas eu não tive a solidariedade de outros telecentros. Agora, que a coisa está mais difícil, vieram me procurar, mas eu decidi não ir, vou resolver tudo diretamente com o Secretário (de Direitos Humanos).

Eu acho que a fraqueza da luta pelos telecentros é porque não conseguimos construir um Fórum dos Telecentros, como existe o da Assistência, da Segurança. As demandas vão pro OP porque a gente vai lá, e enche. Pode ser que com o fórum a gente consiga ser ouvida coletivamente e a imprensa conte pra todo mundo o quanto a gente tem lutado.

Eu posso dizer que minha vida mudou com o computador. Foi uma mudança na minha vida. Mas eu ainda tenho muito medo, por causa dos vírus. Eu não confio na internet, tenho insegurança. Mas estou fazendo uma terapia virtual com uma psicóloga. Ela me conhece bem, então me envia mensagens, eu leio, choro, reflito e estou me fazendo uma terapia virtual. Com essas mensagens eu encontro forças para sair das situações que estou vivendo.

Entrevista 2 - 56 anos, argentina, jornalista, coordenadora de projeto internacional.

7 de junho de 2006, em Porto Alegre.

Sou argentina, jornalista, e trabalhei muito tempo com temas sociais vinculados à agenda de direitos humanos e justiça, em diferentes meios de comunicação e organizações. E também na iniciativa protestante, com diálogo ecumênico e com as igrejas, compromisso das igrejas com os temas sociais e com o Conselho Mundial de Igrejas. No entanto já há alguns anos que meu trabalho é vinculado ao movimento de mulheres como feminista, pensando nas questões do empoderamento das mulheres através das distintas formas, de temáticas e reivindicações, e neste caso, de acesso às tecnologias da informação e comunicação. O programa de apoio às mulheres foi criado em 1993, e nossa primeira ação no sentido de que as mulheres pudessem se apropriar das novas tecnologias para trabalhar em rede, fortalecer-se, e assim incidir sobre as políticas públicas. Tivemos um trabalho forte em Beijing, onde conquistamos a seção J da Plataforma, depois Beijing + 5 fizemos uma avaliação deste trabalho e agora desde Beijing + 10 segue sendo nosso aporte.

Eu pessoalmente acho que a seção J da Plataforma segue sendo muito boa, pois muitas mulheres estão longe do que ela diz. Ele tem a ver com as desigualdades de gênero, pois com formas modernas as mulheres continuam tendo os papéis tradicionais. Temos visto muitos avanços, na Argentina vem sendo criados institutos como o Hanna Arendt, que prepara as mulheres para a política, mas o grande desafio ainda é transformar os padrões culturais.

Quando iniciamos este trabalho só víamos o lado bom, jamais imaginávamos que um dia cerca de 10% do que circula na internet seria de pornografia, e então percebemos também que muitos temas se cruzam com as questões das mulheres, e por isso estamos trabalhando hoje com muito acento na relação entre violência contra as mulheres e as TICs; estamos abordando a questão do tráfico de mulheres e sobre isso elaboramos um trabalho junto com a AWID, que foi publicado, que aborda a maneira como as TICs estão sendo utilizadas pelas mulheres para combater este fenômeno; por seu lado, os traficantes continuam usando a internet para fazer seus negócios, contratar, comprar e vender mulheres. Isso não é tão forte na América Latina, mas é muito grave na Ásia e na Europa Central. Esses são dois novos desafios pelos quais podemos pensar em encarar só as tecnologias, mas outras agendas. Uma delas é a biotecnologia e o corpo das mulheres, isso implica em direitos sexuais e direitos reprodutivos, pois há toda uma manipulação do corpo das mulheres por meio da biotecnologia.

Quanto aos níveis de acesso e inclusão e sua relação com empoderamento, nossas experiências, inclusive com mulheres trabalhadoras rurais, demonstram que só o fato de dominar o *mouse* já traz uma auto-valorização diferente. Posso dominar, posso manejar, posso fazer o melhor que eu quiser fazer. Neste sentido, seria acesso e controle. Pode-se ter também o controle dessa tecnologia, que se consegue através do acesso, mas penso que também está relacionado com a auto-

estima das mulheres, que se sentem mais seguras para ver outras coisas, e também para buscar os conteúdos que lhes interessam e ainda para pensar que é sujeita da comunicação e que “eu também tenho a palavra e também sou sujeita da comunicação, tenho coisas a dizer e posso colocá-las na web, compartilhar”, e isso já seria um passo de conteúdo com outras para trabalho em rede.

Isso é um processo, há um primeiro empoderamento, o manejar e saber que podemos controlar esse elemento novo, e um segundo, o fato de ver que eu posso ver meus conteúdos e meu saber, por isso a nossa estratégia de digitalizar as histórias pessoais foi muito importante. Porque as histórias das mulheres estão atravessadas de todas essas questões, possibilitando encontrar questões em comum e promover ações conjuntas entre mulheres com as mesmas questões.

Já as mulheres trabalhando em rede, trabalham com uma perspectiva de unir-se politicamente, organizar-se melhor, discutir outras coisas e ter ações concretas. Seja para sua capacitação, seja para reivindicar ou exigir dos governos. Então seriam três passos permitindo que as mulheres possam se ver líderes, e isso chega a um empoderamento maior, que é aceitar um cargo numa organização, num espaço público, um processo portanto que não pode ser visto como algo imediato que eu achava que teoricamente poderia ocorrer. Sobretudo, e essa é uma interpelação teórica que eu faço, é como o acesso a uma tecnologia deste tipo provoca e desencadeia questões que chegam ao empoderamento, e aonde irá a mulher organizar-se para objetivar esse empoderamento. Quando trabalhamos com mulheres que vinham por conta própria e não pertenciam a um grupo, elas mesmas perguntavam, por que não reunimos, por que não fazemos outras coisas, por que não tratamos de outros temas? Isso é manifestação de um desejo de estar organizada e propõe novos desafios e maiores incidências.

Quanto falamos de telecentros, por exemplo, não estamos falando só de um equipamento, máquinas, domínios, etc, mas como espaço de se trabalhar na comunidade, como as rádios comunitárias, porque as rádios comunitárias são parte do trabalho das comunidades e o mesmo deveria acontecer com os telecentros, se queremos uma apropriação das TICs como bens sociais.

Se é para comunicar-me individualmente e nada mais...no Brasil, por exemplo, onde se oferecem os telecentros, deveria estar junto a intenção de formação e participação das organizações reais, e isso vai aproximando da participação de organizações mais elevadas. Por isso as pessoas encarregadas dos telecentros devem estar preparadas a fazer este debate e no mínimo serem imbuídas de um sentido de equidade enquanto um conceito de igualdade de oportunidades, e a sensibilização em relações de gênero. Pois se queremos um telecentro que de fato responda às necessidades de gênero, deveria oferecer espaço de conquista da igualdade de oportunidades.

No tema da governança da internet, isso tem a ver com as discriminações de gênero, como demonstra o último informe do Instituto de Investigações das Nações Unidas, que assinala que só 16% de todos os cargos políticos do mundo são ocupados por mulheres e quiçá, menos de 10% trabalhando com questões de gênero. Aí já temos uma brecha tremenda. Recentemente soubemos por um levantamento mundial que apenas três mulheres no mundo são ministras das comu-

nicações e das telecomunicações . São temas que geralmente ficam alijados da inclusão das mulheres como profissionais e como gestoras. Por um lado temos todo o trabalho de incentivar as meninas e adolescentes para a inclusão nas carreiras técnico-científicas na AL a porcentagem é baixa mas cresce, mas nos EUA baixou o número de mulheres nesta área, na Europa do Leste também caiu, na Ásia e Coréia é elevado o nível. Isso tem a ver com políticas públicas e, com educação. O movimento de mulheres também precisa ver a relação entre TICs e direitos das mulheres, e iniciemos o trabalho para obtenção de políticas públicas no campo da comunicação e telecomunicação, porque muitas se perguntam, o que tem a ver lei de telecomunicações com os direitos da mulher? As mulheres têm que estar nestes conselhos, no meio dos homens que se supõe sabem muitíssimos, e todos os mitos relacionados com as tecnologias.

Numa pesquisa com adolescentes nos EUA elas responderam por que não queriam a carreira de ciência e tecnologia, e elas responderam que não eram carreiras *sexí*. E por que as mulheres tem que escolher uma carreira *sexí*? É terrível, mas estamos cegas pela cultura dominante, cujos modelos e papéis de cientistas que aparecem nos filmes e na televisão são de mulheres de branco, cabelos presos, óculos grossos, que imagem temos da mulher cientista? É uma mulher masculinizada. As meninas são impactadas por essas mensagens de texto que são muito fortes. Por isso trabalhar os estereótipos, como demonstra a Plataforma de Beijing, segue sendo nova. O movimento de mulheres necessita preparar-se para intervir nestas áreas, trazendo uma perspectiva de gênero, e fazer com que a Cúpula do Milênio para a Sociedade da Informação incorpore as dimensões de gênero. Quando falamos das doze áreas de Beijing, é preciso não só olhar as mulheres como beneficiárias e usuárias das políticas públicas.

Em relação a ter um computador em casa é tão importante para as mulheres quanto ter outro equipamento doméstico. O importante é que isso não as isole dos movimentos sociais, das organizações e que lhe permita trabalhar sempre em redes. A participação ativa e presencial é fundamental. Na Argentina, como no Brasil, a aquisição de computadores está sendo facilitada pelos governos. Mas em casa, quem os usa? O marido e os filhos?

Entrevista 3 - 50 anos, branca, jornalista, coordenadora de projetos na área de TICs.

26 de Maio de 2006

Hoje, em Porto Alegre, existem vários meios de obter o acesso. O que falta na realidade é o despertar da mulher para isso, é mostrar a essa mulher que ela pode, é capaz.

Quando se fala em computador e tecnologia nos dias de hoje, eu me lembro dos anos 80, quando a propaganda mostrava os meninos ao lado do computador, da tecnologia, e as meninas ao lado das bonecas, do cuidado. Isso continua... hoje quem domina ainda são os meninos e as meninas continuam restritas a essa tecnologia. As mulheres não estão sensibilizadas. A nova geração de meninas, dependendo da classe social, dominam esses meios, mas depende da qualidade da escola.

Nas classes menos favorecidas os meninos continuam. Nos telecentros abertos para crianças, como a Maria Conceição, são os meninos que usam os computadores. As meninas usam por menos tempo, porque têm tarefas domésticas a cumprir, sobrando pouco tempo para o aprendizado, já os meninos podem até parar de estudar... Estão faltando políticas públicas.

A forma como os telecentros estão sendo conduzidos é equivocada. Não há trabalho de capacitação e empoderamento dos usuários. Não há nenhum telecentro desenvolvendo recortes de gênero, sem exceção.

Em relação às rádios comunitárias, que também tratam nas novas TICs, é a mesma coisa, até pior, pois as mulheres têm que dominar o computador, a eletrônicas, produzir conteúdos, enfim uma gama de conhecimentos que têm que ser ampliados e as mulheres continuam com medo dos botões. Têm que romper muitas barreiras para enfrentar o microfone e não vai ser com um estalo, mas com uma construção a ser feita. E aí entra a importância do movimento de mulheres para construir uma política, que seria papel do conselho da mulher, por exemplo, mas com a concepção que a atual administração de POA tem é praticamente inútil isso. No ciclo anterior, havia uma informalidade maior, eles eram instalados, desburocratizados, pagava os monitores, as comunidade de fato mandava neles. A atual gestão esculhambou com as entidades, pois se ficou seis meses sem convênio, fechou-se telecentros, exigiu-se documentos que foi um horror para as entidades. A maioria deixou de ter suporte técnico da Procempa, nós, por exemplo, nunca tivemos, e se não tivéssemos uma companheira que faz os reparos, estaríamos com mais da metade dos computadores fora de uso. Isso é geral nos telecentros, na pré-conferência essa foi a queixa geral. Não houve sequer uma relatoria, porque os telecentros estão numa crise tão profunda, que só houve cobranças, queixas e acusações, pois a prefeitura não repassa recursos que já foram enviados pelo Governo Federal, através da Senasp de uma vez só, e não poderiam ser retidos.

Há uma tentativa de articulação dos telecentros, mas a política implementada pelo governo municipal cria tantos problemas de gestão, que cada telecentro está cuidando de resolver a sua pró-

pria vida. As entidades são sempre acusadas de responsáveis pelo não recebimento de verbas, uma forma perversa de trabalhar. É de se avaliar se as entidades precisam da Procempa ou se não devem ir buscar sua autonomia.

No ano passado, todos os telecentros conveniados fecharam, quando foram reabertos não havia mais freqüentadores, pois depende de uma habitualidade. Quem vai sempre quer mais, há um público que se repete. São 120 pessoas atendidas semanalmente, e 50 são usuários freqüentes. Afora isso há mais 20 adolescentes que têm aula. O uso do telecentro é para aula, para aprender a utilização de ferramentas da informática, usamos o software livre, e só se permite o uso livre para a internet após a aula. A comunidade beneficiada com os telecentros se mobiliza em situações-limite, mas no dia a dia não se sente co-responsável. A falta de telecentros não mobilizou a comunidade, e diferente de outros locais do Brasil e da América Latina onde há a articulação.

Entrevista 4 - 42 anos, desempregada, usuária de telecentro.

13 de Junho de 2006

A história dos computadores começou em Londres, Fui estudar lá, acabei me apaixonando, e de um curso de três meses numa família, fiquei dez anos. Passei a freqüentar os cibercafés, porque é rápido, é prático, disponível em qualquer horário e muito barato. Eu vou ser sincera, eu não gosto muito da coisa virtual. Na substitui uma carta, o tom da voz da pessoa, a letra da pessoa, mas eu fui obrigada em Londres a entrar neste mundo, aprender tudo isso, era muito mais barato do que uma ligação.

Meu aprendizado de informática foi feito na prática, em hotéis, fazendo reservas, fiz um curso de inglês bem completo com um pouco de informática. Tenho facilidade e isso é uma coisa familiar. Minha mãe domina computador, mas como autodidata. Não gosto de ler manual, as mulheres não gostam de ler manual, isso é coisa de mulher mesmo. Os homens lêem. Já as mulheres, eu e minhas amigas, por exemplo, se temos que instalar uma máquina, um DVD, ao invés de ler o manual vamos apertando os botões até acertar, principalmente se for em outra língua.

Mas mulher é muito boa em mapa, mulher se acha melhor do que o homem, eles se perdem e não perguntam para ninguém, e erram sempre o caminho.

Nos telecentros que eu freqüento costumo buscar me relacionar com as pessoas. Eu troco e-mails com elas, envio imagens, poesias, peço ajuda para superar dificuldades, para enviar uma foto, por exemplo. Mas eu nem sabia que havia coordenação no telecentro para poder participar deles, se seu soubesse eu iria. Mas eu não iria para uma vila, porque acho que são perigosas. Eu sempre morei no centro de Porto Alegre, domino o centro. Mas tenho medo dos bairros, sei lá.

Ser feminista? Eu não sou feminista, ou sou... por exemplo, sou quando defendo a igualdade, mas não como as inglesas, que sempre acham que a mulher sempre faz melhor que o homem..eu até acho que fazem, mas a gente tem que unir forças, mas não nos acharmos donas da verdade. O mundo é machista, a mulher continua ganhando menos do que o homem, eu não aceito isso, mas há obstáculos que as mulheres já venceram, estamos numa trajetória muito linda, muito bonita, e não tem porque se dividir, separar vinho do óleo. Sei que há várias estratégias das feministas, mas elas assustam, se olhar do ponto de vista dos homens. Se eu fosse homem eu ficaria assustada, veria como inimigas. Eu concordo que direitos da mulher são direitos humanos, que a violência contra a mulher viola os direitos humanos, concordo que cabe somente à mulher decidir pelo seu corpo, quantos filhos, quanto e em que condições ter os filhos. E acho que as mulheres são melhores da política, são mais sinceras, mais honestas também e mais bem intencionadas. Mas não acredito em muitas das instituições, a política é um assunto que me incomoda e não gosto nem de conversas, não participo. Para mudar o mundo, a única coisa que acho que poderia fazer é com o meu voto. Eu já sai nas ruas, já panfleteei, já muito em comi-

cios, quando saiu o PT eu quase me filiei, já queimei carnê da universidade, tenho um lado rebelde, transgressor...se eu estiver num movimento acho que participarei de novo.

Acho que as mulheres em geral, dependendo da escolaridade, entendem tudo o que as feministas falam, mas têm medo por causa dos maridos, não têm acesso e em geral gostariam de participar, inclusive nos partidos políticos. Falta tornar público, divulgar, convocar as mulheres, somos a maioria. Estamos carentes, desesperadas por mulheres que tomem à frente, que liderem. Como freqüentadora de telecentro eu ando muito chocada. No Mercado Público, por exemplo, não tem seleção de nada, entra qualquer um; quando você abre um programa para salvar um arquivo, você vê palavras horríveis de ofensa às mulheres, porque não é como na Assembléia e na Biblioteca Pública... com um disquete qualquer, e coloca ali as “às p... de não seu aonde”... “safadas de não sei aonde...” sempre direcionada às mulheres. Eu fiquei sabendo que a Polícia Federal tinha ido ali atrás de homens que utilizavam o espaço para pornografia, isso é no mundo inteiro. Eu não chamei a monitora porque eu tinha apenas 30 minutos para acessar, não denunciei, e continua tudo lá, não foi retirado. O acesso aos monitores é dificuldade pelas placas de “não encoste na mesa”, “não converse com o monitor”, enfim, é muito difícil. Põe o nome e pronto. Na Biblioteca Pública é diferente, é um excelente serviço, bom atendimento, eu gosto muito. É o melhor telecentro que eu conheço.

Se eu pudesse sugerir coisas para melhorar a qualidade desses lugares, eu diria até uma coisa contra o que eu penso, mas eu defendo lugares separados para homens e mulheres, porque os homens são invasivos, espiam os e-mails da gente. Teria que ter horários especiais para mulheres...no Mercado eles ficam olhando a gente de forma tão ostensiva que nos tiram a liberdade.

Outra coisa é a oferta de cursos, que poderiam ajudar as mulheres. Eu saberia fazer um *site*, um *blog*, se me ensinassem. E eu ensino tudo o que eu sei. Eu dou minha participação como mulher e como pessoa em geral.

Eu não conheço nenhum site feminista, nunca coloquei o termo “feminista” no google, gosto de sites esotéricos, espiritualistas, culturais para me aprimorar como mulher. Adoraria ter endereços só para as mulheres. Mas meu uso principal é para procurar emprego, é minha prioridade.

Entrevista 5 - 39 anos, consultora na área de TICs, branca.

6 de Junho de 2006

Sou do interior de SP (Indaiatuba), e moro em SP, capital há 10 anos pelo menos. Atualmente, estou morando e trabalhando em POA. Então, os e-mails trocados com familiares e amigos ocorrem diariamente e em muitos casos, mais de uma vez por dia.

Na vida pessoal, odeio filas, e poder realizar quase que 100% das atividades bancárias pela internet é ótimo (gostaria que o computador servisse inclusive para sacar dinheiro..rsss), compra de passagens aéreas, busca de informações para diversão (como sobre cinema, peças de teatro), pesquisa de assuntos diversos.

Na vida profissional, bom... trabalho com informática desde 1985...e desde então, só tenho adquirido mais e mais conhecimentos de informática para poder acompanhar a evolução do mercado, me manter atualizada e progredir, profissionalmente falando.

Quando comecei a trabalhar em meu primeiro emprego, eu trabalhava no Departamento Contábil. Fui transferida para o depto.de informática (que na época se chamava CPD-Centro de Processamento de Dados)

Honestamente não acho que (uso das TICs torna as mulheres mais preparadas para enfrentar as desigualdades de gênero no mercado de trabalho e na sociedade como um todo) beneficia apenas as mulheres, mas, o ser humano como um todo pois dá à todos (homens e mulheres), oportunidade iguais de aprendizado.

O que penso que diferencia a mulher é que entendo que durante o período escolar (até o primeiro ou segundo ano do colegial), acredito que as meninas/mulheres, são mais dedicadas que os homens. Os homens são mais competitivos sempre, mas, entendo que lá pelo terceiro ano do colegial é que eles começam a ter mais seriedade e determinação em relação aos estudos, pesquisas, e aí, pegam pra valer, aceleram e tiram o atraso da dedicação que as meninas/mulheres tiveram desde a infância e chegam à faculdade em pés de igualdade.

Sabe, estou em uma área profissional na qual o % de homens e mulheres é igual desde o primeiro ano de faculdade as turmas são bem mistas. Na minha área, uma mulher tem igualmente chance de ser contratada desde que demonstre o conhecimento técnico necessário para a vaga.

Vivi por 01 ano no Canadá, passei pelos Estados Unidos também algumas vezes. O acesso da população à Internet é altamente fácil e incentivado. Qualquer biblioteca pública permite a qualquer um (mesmo estrangeiros) navegar pela Internet. Entendo que isto é muito importante para o enriquecimento cultural da população. O Brasil ainda "engatinha" na disponibilização pública de computadores e internet. 39 anos, solteira, consultora na área de informática, branca

Entrevista 6 - 53 anos, negra, usuária e monitora de telecentro.

12 de Junho de 2006

Até 2004, era dona de casa 24 horas, lava, a cozinha, passava (repete três vezes), tenho dois filhos com 27 e 29 anos, cada um vivendo sua vida. Meu marido trabalha por conta, sai com hora certa, mas não tem hora para voltar, porque é autônomo. Há algum tempo ele perdeu o emprego, isso deu um baque na nossa vida. A sorte é que os filhos estavam criados, minha filha é técnica em química, meu filho é estudante e agora está trabalhando. Todo mundo saía para trabalhar e eu ficava em casa. De repente, eu decidi que tinha que aprender computador, quase como prevendo que isso seria a mudança de minha vida. Fui à cata de um telecentro que eu vi no jornal, no primeiro não deu, mas no segundo deu certo entrei direto. Só quando eu comecei avisei em casa, todos ficaram felizes. Fiz o curso e quando acabei me ofereci como instrutora voluntária.

Eu tinha experiência como instrutora de tricô por muitos anos, e sempre me senti professora nata. Fui aceita como voluntária e passei a ser monitora voluntária. No ano de 2005 houve uma mudança grande, pois o software dos telecentros foi mudado de Linux para Windows e tivemos que nos adaptar. Neste meio de tempo me inscrevi, sem falar para ninguém, no supletivo de 1º grau, estou me formando esta semana, estou me preparando para o segundo grau porque eu decidi prestar o Enem e fazer a faculdade, vou aproveitar a cota dos negros, dos maiores de 50 anos, e vou fazer a faculdade. Estou que nem uma roda descendo a ribanceira, ninguém segura. Mudou tudo em casa, não me sinto mais obrigada a fazer comida para filhos, arrumar a mesa, eu digo a eles que a escrava está muito ocupada... A mudança de gestão impactou muito nosso telecentro, foi uma coisa horrível, nosso telecentro funcionava maravilhosamente bem, independente de partidos, com tudo, e de repente quase fechou... ele era quase independente, hoje está passando por dificuldades.. Há um sistema de gestão que funciona assim: a creche é quem coordena o telecentro, que funciona no espaço da creche; os computadores foram doados por um banco; e a prefeitura entra com a manutenção dos computadores, a internet e o pagamento dos monitores. A grande maioria das usuárias é de mulheres, os homens só vão à noite, é um ponto de encontro das mulheres. A grande maioria usa o telecentro para entrar em sites de emprego, passam amanhã ou a tarde nisso, elas vêm conseguindo ser chamadas para empregos e cursos. A grande maioria das mulheres vai para fazer oficinas e depois elas vão praticar digitação, para se preparar para empregos. Elas olham os jornais, copiam os e-mails e enviam propostas de trabalho. Depois, se tiver um tempinho, entram no MSN ou no Orkut e até namoram, Só que isso é raro pois as mulheres ali sabem que há riscos nisso. Mas a participação ainda é muito pequena. As mulheres em geral participam quando é do interesse direto, por exemplo, o telecentro fica dois dias desconectado, elas brigam, reclamam, elas vão numa reunião se chamadas, batem panelas

desde que seja perto de casa, assinam abaixo assinados, mas ficam na condição de usuárias, não querem tomar as decisões junto. Para melhorar os telecentros, temos que melhorar nós mesmos, os monitores, incluindo mais mulheres nestes lugares. Os telecentros sob os cuidados de mulheres são mais organizados, respeitados, os horários são melhor aproveitados.

A segunda questão é o pagamento em dia dos monitores, pois eu trabalhei como voluntária até o dia em que me convidaram para ser monitora remunerada, mas os pagamentos estão atrasadíssimos. Há uma burocratização no processo de pagamento, um trajeto muito complicado, há uma intermediação para receber 150,00 ou 300,00, quando muito, pagamos três vezes o CPMF. As pessoas que usam os telecentros sabem desta situação, são solidárias, mas não se envolvem. Aumentar a participação delas é fundamental. Aumentar o envolvimento pessoas, pois sempre é aquilo, “estou estudando”, “estou no trabalho”, “o marido não deixa...”.

Outras formas de melhorar esta inclusão seria a requalificação dos monitores, melhorar a qualidade dos computadores e a assistência técnica que é complicada porque a prefeitura alega que os computadores doados não podem receber assistência da prefeitura, um jogo de empurra.

Essa questão tem chegado às reuniões do OP, eles anotam tudo, mas não mudou nada ainda.

**Entrevista 7 – 50 anos, moradora de rua, negra.
17 de Junho de 2006**

Meu primeiro contato com os computadores foi através do Colégio Mesquita. Eu fui fazer um curso e aprendi noções. Depois, um curso na LBV de um mês. Me deu noções básicas, os três programas principais. Mas ainda não tinha nada de internet. Eu já tinha o primeiro grau e estava fazendo o segundo. Logo que eu acabei o curso eu descobri a Biblioteca Pública, fiz amizade lá, me ofereceram cursinho com CDs. Eu ia toda semana, até duas a três vezes por semana, e continuo até agora, usando também o telecentro da Casa de Convivência. Eu uso para digitar os trabalhos escolares porque estou fazendo o supletivo de ensino à distância. Está faltando a Física e a Matemática para concluir.

Eu tenho e-mail, é da yahoo, sei abrir, abro as mensagens, sei fechar, mas estou com dificuldades de enviar resposta. Quando eu entrei no curso por 30 dias na LBV, eu tive um pouco de medo porque era um mês, eu achei que não ia conseguir, mas fui aprovada com anotação 7, mas eu nunca tive medo da máquina, dos botões. Eu não sei fazer pesquisas nos sites ainda, mas tudo o que me ensinam eu aprendo, e estou precisando pesquisar na previdência.

Eu nunca tive uma casa minha, morava com a filha, mas você sabe como são coisas de família, um dia não dá mais certo...então estou sempre na batalha por essa situação. Mas eu não parei de estudar. Estudo, conhecimento, computador, capacita, com certeza. Eu acho tão interessante, eu tenho professoras no colégio que não sabem trabalhar no computador, e eu digo a elas, mas isso é tão simples...Eu estudo sentada em qualquer lugar, no ônibus, no banco da praça, aproveito meu tempo. Não fico acomodada, muitas pessoas na minha situação se entregam. Eu não.

Eu nunca conversei sobre direitos da mulher, aqui no albergue tem que entrar num grupo, etc, mas você está me convidando? Seria trabalho voluntário? Mas se for voluntário não sei se vai dar tempo...se for no início voluntário, mas depois houver um aproveitamento eu topo. Dá pra gente virar palestrante? Eu vou precisar pensar muito no que vou fazer daqui pra frente, pois eu faço muitas coisas, estudo, reciclo, faço trabalho espiritual...tenho que dar tudo de mim. E estou em tratamento médico.

A minha condição, eu sou negra mas sou branca, sou bisneta de ingleses, mas sou negra. Nasci para ser rica, tenho axé de rico, eu estou no albergue, mas não quero estar aqui, quero ter privacidade. Tenho espírito de rico.

Eu não acredito em qualquer coisa que me dizem, e o critério que eu uso para julgar é minha intuição, meus anjos de guarda, a firmeza espiritual da pessoa, eu acredito muito em mim. Eu sou corajosa, se eu sei que vai ter uma festa, eu vou buscar lata a noite inteira, não é catar, é só pegar, elas estão soltas. Vou sozinha quase sempre. Mas tenho medo dos ladrõezinhos.

Para mim conhecimento e informação são coisas diferentes. O conhecimento é de vivência, é o que a gente vive, bem construída, é tudo o que a gente passa, eu sei porque eu vivi, ninguém me contou. A informação é o que te dizem, te informam. Quem tem mais informação pode ter mais

conhecimento. A educação para mim é conhecimento, é mais vivência, dá experiência até de como estudar.

Parte 2 – No Telecentro, frente ao computador, mostrando sites feministas. Foram mostrados os sites do Cfemea e Rede Feminista de Saúde. Frente ao desejo de saber sobre Câncer de Mama e Reciclagem de Resíduos, foi aberto o site de busca Google. Depois, a entrevistada abriu seu e-mail. Frente ao site do Cfemea, seu interesse foi sobre violência, que era o tema destacado.

Frente ao site da Rede Feminista de Saúde, ela queria saber sobre câncer de mama.

Foi-lhe informado que o site dava dicas de defesa e de luta por políticas de saúde. Ela pediu por dicas de saúde da mulher, foi aberto o Google. Ela digitou “câncer de mama” e escolheu o site do INCA (Instituto Nacional do Câncer), e tudo foi sendo anotado num papel. Ela olhou uma representação de um seio com a descrição de diversos níveis da doença, e identificou o seu. “Estou neste estágio aqui, no doença benigna”. E acrescentou “eu já havia procurado no dicionário”. Em “doença benigna”, ela encontrou o site de Drauzio Varella e escolheu um link. Tudo anotado. Então buscou por “citoplasia mamária”...

“Mas eu posso achar tudo o que eu quiser aqui? Reciclagem de materiais?”...”Nossa, quanta coisa...”

Outros endereços de sites de busca lhes foram fornecidos. Ela assumiu o computador, e passou a operá-lo sozinha...escolhendo entre as possibilidades as que melhor se aproximavam de seu interesse.

Pedi então que fizéssemos o caminho de novo para realizar uma busca completa.

“O curso que eu tirei não ensinou isso, e as meninas (monitoras) dos telecentros estão sempre muito ocupadas para ensinar...” “me ensina agora a enviar um e-mail para um amigo, quando eu abro tem poucas linhas e não consigo enviar”.

Ela abriu o site do yahoo, digitou seu e-mail e login, e encontrou suas mensagens. “Maravilhoso, T....., olha o que está escrito aqui...”

Ela digitou uma mensagem completa, e pela primeira vez conseguiu enviar uma resposta pela internet, completando um ciclo de comunicação. O papel com os endereços de sites anotados foi para dentro de uma sacola, guardado como um tesouro.

Pouco depois, ela estava na rua, de novo, em busca de sua latinhas.

Grupo de discussão – Três participantes.

Íntegra do grupo de discussão com feministas, usuárias das tecnologias da informação e da comunicação em suas atividades profissionais e de participação social e política. Realizou-se no dia 22 de março de 2006, com a duração de 1 hora e meia, na sala de reuniões da Federação dos Trabalhadores no Comércio (Fecosul). Inicialmente a pesquisadora apresentou os objetivos do encontro e destacou da pesquisa aspectos relevantes para serem debatidos pelo grupo. Participaram três das cinco convidadas. Pela ordem da entrada na entrevista:

A= 44 anos, branca, nível superior..

B – 39 anos, negra, sindicalista.

C - 35 anos, negra, pós-graduada.

Mediadora: O que o uso do computador e da Internet mudou na vida de vocês, vocês se sentem mais seguras, tranquilas e capacitadas desde o advento do computador e para que? E se a participação feminina é indispensável para resolver os problemas do país, por que as mulheres não participam? Há outras formas de mudar o país que não seja pela política e pelos partidos?

A: Eu posso começar porque nesta pergunta o que eu uso da Internet e do computador produziu de mudança pra mim é muito importante, muito interessante porque no momento em que a gente adquiriu o computador que era como se chama, o xp...e os meninos estavam com 10, 11 anos...e então eles não sabiam mexer; o R..... não sabia mexer, eu não sabia mexer, ele usava o computador só como se fosse uma máquina de datilografar. Em seguida chegou o modelo novo, a gente comprou o modelo novo e eu fui fazer o cursinho de lidar com o computador por que eu tinha medo até ligá-lo, e seguidamente a gente deletava e perdia tudo...aí eu fui fazer o cursinho. Então, a partir de mim, do meu cursinho, é que a casa se apropriou porque era um momento em que eu não estava com trabalho formal,..então eu podia fazer esse cursinho de manhã, particular, enfim aprendi a ligar, desligar, a mexer e trazia, então pra casa o aprendizado e todos começaram a se apropriar e perderam o medo do computador. E assim, nós fomos.....os meninos foram mexendo e foram se aperfeiçoando, é claro, sabem mais que eu hoje, eles não têm medo que a gente tinha de mexer. Mas, pra mim foi muito importante o fato de ser uma tecnologia nova que dava medo em todo mundo, que a gente tinha medo de mexer, era o desconhecido e eu poder me apropriar e trazer essa informação pra dentro de casa, foi muito importante, eu me senti muito importante, eles me perguntarem como fazia assim ou assado e eu dizer: não, pode fazer que não tem problema, depois tu faz assim, tu deleta, usa essa ou aquela tecla. Pra mim era muito importante aquilo, era um momento realmente de muito prazer, de empoderamento mesmo....e depois que na continuidade, pra mim hoje poder trabalhar, poder mexer no computador sem medo, poder acessar a Internet, poder me comunicar, da muito mais segurança, muito mais tran-

qüilidade no trabalho e em tudo na vida, principalmente no trabalho, o dia-a dia que a gente tem alguma coisa pra socorrer, né? Porque hoje não tem mais algum assunto que seja desconhecido totalmente, a gente acaba usando os recursos da Internet e procurando nas buscas, nos sites e descobrindo novos conteúdos e se apropriando, pra mim é muito importante, foi um momento importante e está sendo um momento importante de troca de saberes, de troca de aprendizados.

B: Quando eu comecei a usar o computador foi mais dentro do trabalho mesmo, em casa eu não tinha computador, então sempre eu usei dentro do trabalho. Dentro do trabalho, lógico, substituiu a máquina de escrever, facilitou bastante em termos de produção trabalho e teve um lado negativo pra mim, porque desde que eu comecei a usar computador, máquina de escrever, principalmente computador depois, eu desaprendi a escrever emendado, sabe? É aquela coisa da gente ficar só digitando, nunca escrever, inclusive depois na faculdade só utiliza, praticamente, o computador pra tudo, né...só faz pequenas notas...esse lado que eu vejo negativo. Não que me prejudique, mas realmente eu desaprendi a escrita cursiva que é uma coisa que a gente adquiriu lá no início, na escola, nas primeiras séries... Eu quando vejo já estou...outra coisa em relação ao conhecimento, acho que trouxe várias informações, o computador é um mundo na tua frente, tu acha o que tu quiser, eu vejo isso positivo e vejo um lado negativo: tu pode, assim, as informações serem boas, positivas, como ruins. Está aí a questão da pedofilia, tudo isso que tem na Internet que são coisas ruins, né...e que tu não consegue combater, nesse sentido eu vejo um lado da internet ruim, pra esse lado. São coisas que tu não consegue combater que tão aí, e que os adultos têm acesso, que as crianças têm acesso, e nesse sentido eu acho o lado ruim da informação e do acesso. Amplia os conhecimentos, lógico, tu tem condições de entrar e pesquisar coisas que tu iria fazer na biblioteca, num livro, tu levaria dias e semanas, e tu consegue ali, num instante. Sentado ali na frente, tu consegue ampliar teus conhecimentos e achar o que tu precisa. Redução de tempo pra gente, no trabalho principalmente. A redução de tempo nesse sentido. Em relação à segunda pergunta, eu acho que eu me sinto tranqüila no sentido que tu tem as coisas ao teu acesso, é um mundo à tua frente, é só tu saber usar da maneira correta. Nesse sentido é as duas perguntas. Realmente, pra mim fez diferença computador e depois que eu adquiri em casa, também. E o problema é que se tu não se cuidar, tu te vicia e acaba ficando dependente do computador e tu não faz mais nada, tudo computador, é um lado positivo. Só lamento, assim que ainda hoje em dia no Brasil, acho que no Brasil é mais evidente isso, o acesso que as pessoas têm ao computador e de comprar um computador por mais que o valor esteja mais acessível, ainda sim a grande maioria não tem um computador a sua disposição. Na escola acho que favoreceu muito eles colocarem computadores e as crianças já nascem mexendo no computador e isso é positivo até pela melhoria de conhecimento, de ampliar o grau de conhecimento, acho totalmente positivo o uso da Internet, o uso do computador, sabendo usar né...

C: Buenas..eu tava escutando as gurias falarem e tentando me lembrar quando o computador entrou na minha vida e eu fiquei me lembrando que o primeiro trabalho que eu fiz... o computa-

dor começou a aparecer de fato, o computador doméstico que as pessoas tinham em casa lá no início dos anos 90, metade. E eu entrei em 90 na faculdade, os primeiros trabalhos que eu fiz foram à mão ainda, depois meu pai comprou computador. Meu irmão sempre foi de montar e desmontar as coisas e montar as peças, logo ele já se apropriou e ele fazia as coisas pra gente, deixava tudo prontinho. Eu só digitava, usava como máquina de datilografia. Digitava os trabalhos e colocava num disquetinho e aí tinha uma pessoa que a gente conhecia que a gente pagava pra formatar o texto (risadas). Foi a minha faculdade, foi no trabalho de conclusão de curso eu digitei tudo, entreguei pra pessoa, ele colocou nas normas e eu digitei. E, depois quando eu comecei a trabalhar sempre tinha uma estagiária, sempre tinha alguém mais novo que dominava a coisa e ficava fazendo, deixava tudo pronto pra mandar e-mail e tal. Uma coisa que me dificultava no início, as coisas eram em inglês então tu tinha que ter domínio, e aquilo me irritava, eu já largava né...não insistia muito. Mas chegou um momento onde começou a ficar imprescindível, parecia que tu era um et, que tu não era desse planeta se tu não tivesse um computador, depois o e-mail, se tu não tivesse o endereço...todo mundo tinha endereço de e-mail. As pessoas: “ai, eu te mando e-mail” e eu “...ai, eu não tenho endereço eletrônico, desculpe!” “Tu não mora neste planeta?”.

Então, eu fui e fiz, me cadastrei, fui aprender mas sempre tive um pouco de resistência. Eu fui me apropriar dessa tecnologia de fato no M... M..., com o movimento feminista. Porque tinham gurias que dominavam, tinha a história demandar e-mail, fazer o projeto de pesquisa e uma parte mandar pelo e-mail. Tu ter que concluir o projeto e mandar e é tudo pra ontem, tudo correndo, sempre né...e tinha uma amiga especial, a J..., que está em Brasília, que estava fazendo mestrado em enfermagem na UFRGS e ela sabia mexer em todos os aplicativos: no word, excel, todo o tipo de coisa ela tinha domínio e aí eu fui aprender com ela. No meu mestrado eu já fiz sozinha a formatação, fiz apresentação, até aquela coisa de bibliografia tu faz o índice, aí tu clica no índice e vai direto pra página. Tudo isso ela foi me explicando e eu fui aprendendo a fazer. Isso é uma coisa que vai dando um orgulho na gente, da gente conseguir dominar aquela máquina que há tempos atrás parecia uma coisa de outro mundo e que a gente não tinha nem interesse, não fazia parte das coisas práticas da vida, né... Porque eu acho que até pela minha formação eu sou muito mais voltada pra pessoas, pra relação de falar com as pessoas, se a gente tem que discutir alguma coisa, eu vou lá na tua casa pra gente fazer o projeto, escreve (risos). Agora não precisa mais ir na casa de ninguém, a gente fica se falando pelo e-mail. Então, eu tenho esse sentimento assim, de orgulho de conseguir mexer, de conseguir uma porção de coisas na Internet que eu não conseguia fazer, né...facilita a vida no sentido que a gente pode dispor tempo pra outras coisas, facilita a comunicação, facilita a troca de informações, a gente pode fazer pesquisa bibliográfica em todas as bibliotecas sem precisar sair de casa, sem precisar ir na faculdade, a gente consegue fazer um levantamento pra finalidade de pesquisa. Isso eu acho maravilhoso. Eu pesquiso tudo desde receita. Desde receita de bolinho de bacalhau até referências bibliográficas pra pesquisar, para os projetos da gente. E, agora, por outro lado eu tenho

sempre esse sentimento, essa desconfiança em relação a essas tecnologias e a exigência que o mercado vai fazendo, de que sempre tem que ter mais. Então tem sempre uma coisa a mais, que sempre aparece e quando tu vê as pessoas estão te cobrando de um jeito como se tu não fizesse parte desse planeta, desse mundo porque não tem aquilo, né..Então, tu tem sempre que comprar uma máquina melhor porque daqui a pouco a tua máquina não abre as mensagens que as pessoas te mandam, não abre as gravuras, tu não consegue abrir as imagens que as pessoas te mandaram e tu vai comprar uma máquina melhor, com uma tecnologia melhor. Todo mundo te manda e-mail com gravuras bonitas, tu tem que ter também, tem que comprar um escaner, eu comprei um escaner pra eu poder fazer as apresentações, mas também fazer umas bobagenzinhas pra mandar pros amigos, né...Agora, por último, essa coisa do orkut, das comunidades que eu vejo as estagiárias, lá na fundação, passam horas do dia de trabalho, no serviço público, no orkut. Isso eu acho um despropósito, sabe...eu acho demais, um uso exagerado, um mal uso dessa tecnologia e o messenger que tu te comunica automaticamente. Esse final de semana, coincidentemente, quando me mandou um e-mail foi bem interessante. Esse final de semana foi à polêmica lá em casa porque o meu irmão, o meu primo tão na história do Messenger e do orkut e eles brigando comigo porque eu tenho que ter, porque eles falam comigo mais rápido. Mas eu não quero falar com vocês assim, vocês são meus parentes, minha família, vocês vem na minha casa pra gente conversar, a gente não precisa ficar se falando pela internet instantaneamente, a gente se fala por telefone todo dia. Por que eu sou obrigada a entrar nisso? Por que eu sou obrigada a entrar nessas comunidades? Só porque todo mundo entra....

Moderadora: Você participa de orkut?

C: Não

Moderadora: Você participa de orkut?

B: Não

Moderadora: Você participa de orkut?

A: Não

Moderadora: Será que esse é um problema geracional?

A: Não. Não sei se é um problema geracional por que eu tenho muitas amigas, na minha faixa etária, talvez um pouquinho menos...Não. Na minha faixa etária, sim, que entram, que participam do orkut e do MSN também. Inclusive às vezes eu sei de coisas que uma diz pra outra, “ai eu acabei de falar com a fulana no Messenger”, e eu não tava sabendo porque eu não entro e elas têm essa comunicação mais rápida mas eu acho....pode ser considerado...tem várias coisas geracionais. Têm diferenças de porque entram as gerações. Porque a garotada entra no orkut e porque as pessoas da nossa geração entram no orkut.

Moderadora: Apareceu uma coisa aqui interessante que é o seguinte: ao mesmo tempo que as tecnologias podem aproximar, elas podem afastar. Vocês acham que o uso, por exemplo, da

Internet, hoje, ela tem mais aproximado as pessoas ou elas têm mais afastado as pessoas do ponto de vista das relações mais diretas?

B: Deixa muito impessoal. Distância de certa forma que tu não tem mais aquele contato direto com a pessoa e aquela coisa gostosa de tu ver, de tu abraçar, ver como é que tá. Fica uma coisa muito impessoal, muito mecânica. Eu, por exemplo, nunca gostei dessa coisa de bate-papo pela Internet. Não tenho paciência pra isso, não faz a minha cabeça. Eu prefiro pegar um bom livro, senta e ler do que ficar de bate-papo na Internet. A minha filha, por exemplo, nós temos 20 anos de diferença. Ela tem 19 anos e ela ta viciada em orkut, chega a fica horas do final de semana. Eu não vejo como positivo isso, tu deixa de fazer amizades, de sair com amigos, de curtir uma festinha ou tomar uma cervejinha ou ir para um barzinho ou de ir na casa de uma amiga, aquela coisa que tinha antes, pelo menos a gente tinha na nossa fase de 20 anos, de ver as amigas, de sentar, de tomar um chimarrão, de tomar um chá. Isso não tem mais, tu tem amizade virtual que muitas vezes tu não conhece a pessoa, nunca viu, aí tu fica naquela assim um amigo lá de São Paulo e de não sei lá da onde, é um amigo virtual. Mas que tipo de relação de amizade é essa? E ela diz, às vezes, vou te adicionar no orkut, aí eu digo não, não quero, e ela diz: “quando tu ver eu vou te adicionar...”(risos).

A: Eu não sei se afasta. Não sei se dá pra dizer, assim, que a Internet afasta ou aproxima as relações porque eu acho que no ritmo da vida que a gente leva, atualmente, não sei se não tivesse Internet se a gente estaria mais próximo, entendeu?

B: É uma forma de contato...sem dúvida...

A: é ...eu tenho uma amiga que eu fiz no fórum mundial, com uma professora da UNB que eu jamais conseguiria conversar com ela por telefone, pelo preço. Eu não iria a Brasília sempre, ela não viria aqui sempre. Toda a semana eu lembro dela, eu penso nela porque ela sempre me manda uma mensagem, nem que seja uma mensagem dessas de mensagem positiva...de reze um terço...Ela me manda e eu mando, eu sei que ela está lá, ta bem e ela sabe que eu to aqui e tô bem. Eu sinto ela próxima com as mensagens que eu recebo, que eu vejo ali né....vendo o e-mail eu lembro dela, eu penso nela eu sinto ela próxima. Então, eu acho que nesse sentido aproxima porque se tu não tiver essa situação, nós não teríamos esse contato. E assim, com outras pessoas. Até mesmo a gente tem dificuldade de estar no telefone, conversando mais. Eu acho que aproxima...não da pra dizer aproxima ou distancia,

B: Tem dois lados...

A: ... acho que depende do contexto da vida e do mundo. Prá juventude também eu acho ruim, os guris passam a noite inteira no orkut, no MSN, baixando música ou fazendo alguma coisa. Do outro lado tem um fator que a gente fica tranqüila, a gente pensa “bom, ta em casa, não está nos perigos da rua”. Como é bom, como a gente quer e como eu acho fundamental que eles saiam. Que a juventude saia, vá pra barzinho, vá pra noite, tudo que a gente fazia e que eles façam...que eles têm que fazer mas cada vez que eles estão na rua é uma preocupação pra nós

pais, é uma dor até chegarem em casa. Então, nesse sentido todos os pais que têm computador em casa sentem a mesma coisa.

B: Com certeza....

A: Eu conheço um número de amigos que acabam botando a banda larga porque o telefone tá ficando muito caro por que a gurizada tá ficando de mais, e acaba botando a banda larga em casa, porque a gente usa mais no serviço, a gente passa o dia inteiro no serviço e pra ter essa possibilidade de tê-los ali perto dos olhos, pra não estar no risco da rua. Eu...

B: é uma alternativa..

A: é uma alternativa, eu não uso computador em casa, uso muito pouco mesmo, só final de semana quando precisa abrir alguma coisa. Eu me organizei pra isso, eu uso durante o dia. Eu trabalho, no serviço e tal...mas em casa dificilmente. Durante a semana eu não entro mesmo, há não ser que eu tenha que fazer alguma coisa. O serviço bancário a gente faz durante o dia, a noite eu evito de entrar. Não fico em sala de bate-papo, não fico em nada...

C: Eu penso, também, que depende da gente, do uso bom ou mal que se faz da tecnologia. Eu acho que facilita em termos práticos de trabalho. Eu acho que nesse sentido que tu (A) falou da gente poder manter um contato com pessoas que estão longe. Ontem a médica que tava dando o curso tava contando que ela começou a usar o Messenger agora porque a filha dela tá em Barcelona e elas conseguem se falar instantaneamente. Têm um lado que facilita, que permite uma proximidade. Agora, acho que a gente não pode é cair no exagero, só ver a possibilidade de comunicação com as outras pessoas desta forma e deixar de lado as outras, de falar no telefone, de ir na casa do outro porque eu acho que esse é um risco real, tanto que quem é mais novo já tá vivendo assim dessa maneira. E, eu acho acabam as pessoas concebendo as relações e os relacionamentos desta maneira. Como uma possibilidade ou principal possibilidade de relacionamento de conhecer pessoas, de namorar, de fazer amigos e deixando de lado as outras formas que eu acho que são importantes né...tu ver as pessoas, olhar no olho, tu sair pra paquerar, sair com a turma que eu acho que, não sei se a tecnologia vai fazer com que as pessoas deixem de fazer isso. Mas eu vejo que tem muitas pessoas deixando de fazer isso em função da tecnologia. Inclusive a história dos casamentos, tenho várias amigas que casaram na Internet. Conheceram em outro estado e se tocaram daqui, foram embora uma deu certo, outra não deu certo, já voltou né..e, enfim, cada uma teve suas *n* dificuldades, não que relacionamentos que não fossem através da Internet não teriam também dificuldades, mas eu não consigo conceber isso como um modo de relação..

A: Mas isso também já existia de certo modo de namoro por correspondência, a distância sempre teve. Pombo correio o que é né? Era o pombo que levava a correspondência para o amado, programas de rádio e tv que usavam e talvez tenham, facilitado essa coisa. Mudou a forma e, talvez, o número de casais que se aproximam dessa forma, e por conseqüência o número de casais que depois da aproximação separam. E também de coisas absurdas, de mulheres que aca-

bam se correspondendo e acabam sendo violentadas, sofrem agressões. Depois vê que o virtual não era aquilo...mas isso também acontece no olho a olho.

Moderadora: Eu quero propor que a gente passe agora para o segundo ponto da nossa discussão que é essa confiança interpessoal e institucional. Que grande parte das mulheres afirma defender os direitos da mulher, grande parte das mulheres afirmam que a participação das mulheres é indispensável para resolver os problemas do país, mas apenas 2% das mulheres revelam integrar partidos políticos. Há outras formas de mudar o país a não ser pela forma da política e de outros partidos? Se sim, aponte alguns deles. Depois dessa pergunta eu vou fazer mais uma, pra gente tentar lincar com a segunda parte da discussão. Quem quer começar essa resposta?

A: É difícil nós pensarmos, assim, tão rapidamente sobre isso porque eu acho que há outras formas de mudar o país, com certeza. Na participação, na própria comunidade, na própria casa a gente muda o país, a gente transforma as nossas relações, a nossa concepção e que tem que ser o nosso núcleo, gradativamente o nosso núcleo familiar, de comunidade. Então, eu acho que participar de movimentos, de conselho é uma forma de mudar o país, mas isso é política, os movimentos são política. Política no sentido de estar optando, de estar fazendo uma defesa disso ou daquilo, de estar fazendo uma escolha política. No Brasil, hoje, essa forma é pelos partidos, como está hoje a estrutura. Só se muda mesmo estruturalmente através dos partidos, enfim a representação é partidária e a eleição é presidencialista, é partidária, não tem candidato avulso ou voto avulso, pessoa avulsa, têm que estar filiado a um partido, tem que ser através dos partidos. Não quer dizer, eu acho, que todos têm que estar filiados a partidos políticos porque, eu acho, que todo o movimento que se faz, movimento das mulheres, movimento dos negros acaba por interferir dentro dos partidos, os partidos têm que se adequar àquela agenda ou têm que ao menos pensar e ver que tá existindo agenda das mulheres, agenda dos negros, anseios de outra comunidade, ao menos eles têm que refletir sobre isso, discutir sobre isso dentro dos partidos. Indiretamente as organizações dos movimentos acabam agindo dentro dos partidos, mesmo que pra isso, não necessariamente, todas as pessoas tenham que estar filiados a este ou aquele partido por que eu acho importante que essas pessoas estejam dentro dos partidos, na militância por que é lá que o partido se constitui enquanto objetivo do partido, a plataforma do partido, pra que a concepção mesmo.....de partido. Então, as pessoas é que fazem o partido, se as pessoas não estiverem dentro do partido, fazendo a sua discussão...como direi...As pessoas que estão dentro do partido é que vão fazer a discussão sobre o poder, então a presença nossa, das mulheres, principalmente, dentro dos partidos é importante pra colocar as nossas posições.

A questão de gênero, a questão da mulher. Mas, eu penso que não é uma obrigatoriedade, os movimentos fazem um trabalho muito mais importante que com certeza, indiretamente eles incidem nos partidos. Os partidos têm que repensar, às vezes, se posicionar diferentemente do

que numa votação, nessa ou naquele porque os movimentos incidiram, porque os movimentos fizeram alguma manifestação.

C: Uma forma importante de mudar essa país são os movimento sociais. A gente vê pelas coisas que se conquistou nos últimos anos no movimento de mulheres, e as coisas que o movimento negro vem às duras penas tentando conquistar nesse país. Os movimentos sociais, aqui no Brasil, vêm conseguindo ganhar bastante força e estão dialogando com as pessoas que estão nos partidos e que estão no governo, fazendo com que as pessoas assumam as nossas plataformas.

Eu acho que isso é o principal, o mais importante e o que mais me motiva. E dos partidos políticos há outro mais importante, não sei se seria o principal, ainda não consigo ter parâmetro pra dizer isso. Mas, sempre que eu penso nisso, eu fico pensando na nossa dificuldade ou na minha dificuldade em relação à participação de tu falar, de discurso mesmo, defender as idéias, de posicionamento, é uma coisa que a gente não foi preparada pra fazer. Eu sempre pensei, eu cresci na igreja metodista, minha mãe é metodista, sempre trabalharam na igreja, sempre fui liderança dos jovens na igreja metodista. E eu sempre perguntei pra minha mãe e pro meu pai porque que eles trabalhavam tanto na igreja e não militavam no movimento social, no partido político. E eu sempre me perguntei também porque eu não vou a um partido político.

E eu sempre pensei: “Bom, também ninguém nunca convidou, nunca estive com ninguém que estivesse envolvido”. Depois ali no (local de militância) tem a (...) que é do (...) que tá envolvida. A gente participa das campanhas delas, mas eu nunca fui convidada pra ir numa reunião de partido pra ver o que que é. E a gente é muito assim de “ vamos em tal lugar, vamos la ver? Vou...” aí a gente vai ficando, vai ficando, daqui a pouco vou me envolvendo, foi assim com o movimento de mulheres, foi assim com o movimento negro, eu fui, gostei e fui participando. E acho que a gente é preparada muito pro trabalho, botar a mão na massa, mas não pra coisa de falar. Isso é uma coisa muito difícil. E eu vejo a minha mãe, ela é do tribunal de justiça do estado, ela é reconhecida na categoria dela, têm alguns políticos que ela apóia, e todo mundo pergunta pra ela “tu vai te candidatar esse ano? Tu podia se candidatar para deputada estadual...” por que ela é conhecida bastante nas relações dela, ela “ah não, agora eu já vou me aposentar, e além disso isso não é pra mim, eu não nasci pra isso”. Então, eu acho que a nossa não participação tem haver ainda com isso, com essa coisa que a gente ainda não aprendeu e eu não sei como nós podemos superar isso. Eu gostaria de ter uma ajuda pra superar dificuldade. A minha mãe sempre fala que quando ela foi fazer um discurso público, ela tinha 40 anos de idade porque mesmo participando da igreja, determinando e liderando coisas, na hora de ter que falar e defender uma idéia ela pedia pro meu pai falar “vai M..., vai lá e fala”, e ele ia lá e falava.

Eu já fui um pouquinho mais cedo, então aos 18 anos eu entrei lá na sociedade dos juvenis, lá da igreja e eu tinha que participar de uma série de coisas, falar, já foi um pouquinho mais cedo. Mas, eu não consegui extrapolar alguns espaços em que eu consigo fazer isso. E ela sempre diz, espero que a minha neta consiga fazer isso de um jeito diferente e agora eu fico olhando pra minha filha, é tão tímida quanto eu era, ela vai ter a mesma dificuldade que eu, ela vai olhar pra

mim, vai olhar pras mulheres que estão em volta, as mulheres que estão em volta todas têm essa dificuldade; de chega, de falar, de defender, de brigar.

B: Eu acredito que realmente tem outras formas de mudar o país que não seja pela política. Concordo com as duas que me sucederam que o movimento social é uma forte forma de mudar o país que não seja pela política, mas a gente depende de certa forma da política, nós vivemos num país presidencialista, onde tem congresso, onde tem senado e que tudo, as políticas públicas passam por lá. E nós, enquanto população, ficamos condicionados àquilo que for aprovado lá. Mas é dentro do movimento social que como foi colocado, a gente tem condições de mudar o rumo da política. Então, eu penso que o movimento social é uma forte forma de mudar esse país. Só que infelizmente são poucas as pessoas que se dispõe a atuar nos movimentos sociais, por mais que a gente já vê nas ruas, mudou muito de uns anos pra cá, manifestos, as posições. Ainda são a minoria, se tu analisar passa ano, passam 5 anos, passam 10 anos são sempre as mesmas pessoas ali a frente. É difícil tu conseguir buscar mais pessoas, e principalmente nós mulheres. Como a tua pesquisa constatou que acreditam que as mulheres são capazes, que elas tem condições de mudar, mas elas têm que entrar na política, que elas podem mudar o rumo, que elas são imprescindíveis e indispensáveis pra resolver os problemas, mas ao mesmo tempo elas não se dispõem a fazer isso, a ajudar. É a minoria ainda que põe a cara na rua e vai lutar, e muitas vezes compra briga na própria família no sentido de que “ah tu ta defendendo isso, ta defendendo aquilo ou dentro da religião ou dentro da sociedade em si, na própria rua com os vizinhos...ah aquela lá é uma feminista...”. Tem certo preconceito por nós mulheres que atuamos em certa área do movimento social. Até nessa questão atual, nessa questão do aborto, por exemplo, que a gente defende e que é vista pela maioria das mulheres como uma posição errada a nossa. O movimento social ainda é um dos melhores caminhos pra se mudar esse país. Só que se tu não tiver envolvimento com a política de certa forma, não necessariamente se filiando a um partido, mas tudo tem que caminhar junto com a política, tem que se envolver pra poder fazer a mudança de fato acontecer.

Moderadora: Vocês acham que as mulheres que responderam essas entrevistas, elas conhecem essas falas de vocês? Vocês fazem falas feministas. Vocês acham que elas conhecem essas falas?

C: Eu acho que não porque eu trabalho lá na Vila Cruzeiro...a gente tem um telecentro lá na Cruzeiro. E nós trabalhamos com as mulheres lá da comunidade. E eu fico observando as mulheres de classe média que são das minhas relações, minhas colegas. E eu acho que as mulheres são extremamente machistas, e as pessoas têm muita dificuldade de entender esse nosso discurso, essas nossas idéias.

E assim como homens eu vejo muitas mulheres, primeiro já chegando e já criticando o feminismo “não mas eu não sou feminista...”, mesmo que depois já se mostre com concepções feministas, com algumas coisas que são do nosso discurso... “Não, mas eu não sou feminista, elas são muito radicais, por que não gostam de homens...”

Moderadora: Por que?

C: então, as mulheres ainda tem esse discurso. E as mulheres que a gente atende, a gente faz todo um trabalho de dinâmica de grupo, de desconstrução das concepções machistas pra que elas possam fazer uma reflexão, cair na real sobre algumas questões que diz respeito à questão da violência que a gente trabalha. Por que? Por que o quê?

Moderadora: Por que você acha que elas não entendem, elas têm essa dificuldade...

C: Pelas questões de aprendizado que a gente sabe, que elas aprenderam, que a gente aprendeu, e que a gente fez um percurso pra desconstruir e que as pessoas não têm onde buscar isso, isso não vem na escola.

A: Eu acho que as mulheres realmente desconhecem, principalmente essas mulheres que estão na vida e que tu entrevistou. Elas demonstram isso quando elas respondem que não consideram que elas foram educadas pra isso. Então, elas não têm ainda a compreensão, o conhecimento de que as coisas foram construídas culturalmente e socialmente, tudo na vida é construído, elas ainda não passaram por esse processo, elas não refletiram tudo que têm que ser refletido sobre isso. “As coisas são naturais” é para isso que elas foram ensinadas, talvez elas tenham o entendimento do biológico, do fisiológico, mas a naturalização que a mulher é assim, então vai continuar assim um pouquinho mais forte um pouquinho mais fraca, e todas as concepções que a gente sabe. Eu acho que elas ainda não se apropriaram desse conhecimento, o que é bastante contraditório quando elas dizem que as mulheres podem estar nos espaços públicos e farão um bom trabalho, que elas confiam nas mulheres.

Existe um sentimento bastante contraditório de poder estar, de confiar de que as mulheres quando assumem espaços, isso é importante, que as mulheres são úteis quando assumem, são importantes, mas ao mesmo tempo a questão da fragilidade dada por uma coisa natural, algo natural que as mulheres “não, nascemos assim...”. Eu acho que não temos a compreensão que precisa se dar conta disso, precisa ser mudado isso, precisa entender. Inclusive, quando gente fala com as mulheres tem que ter cuidado, eu me pergunto se a gente fica falando com elas e parece que elas ficam meio assustadas “ahhh, mas estão culpando os nossos antepassados, os homens por terem trabalhado de forma que a cultura seja hoje com esse perfil...”. Mas não é no sentido de culpabilizar o anterior, mas de entender a história. Como que ela se constrói, como que ela se construiu pra poder mudar, sem culpa. Foi um processo que foi se dando por aqui, por ali, propriedade, capital e fazer as relações que têm que ser feitas de todas as áreas, tanto o econômico, o social, e os interesses.

C: Pra tornar as relações mais iguais em todos os âmbitos porque mesmo as mulheres que trabalham, que têm destaque na vida profissional quando se trata do doméstico, sem querer cair no senso comum porque isso não é fundamento de pesquisa nenhuma, é mera observação, mas as mulheres têm pena dos homens que fazem as coisas, elas ainda acham que elas têm que fazer tudo, têm que tomar conta de tudo, se sentem culpadas se não conseguem dar conta de tudo. E no trabalho são um sucesso, são brigonas e conseguem fazer uma porção de coisas. Minha mãe

tava comentando com uma pessoa conhecida que agora tava bem, mas que teve uma depressão profunda, ficou muito mal. E ela disse: “Tu vê ela passou meses mal, deprimida e pobre do homem que é um empresário, teve que cuidar dos filhos, levar os filhos pro colégio”. Coitado por quê? ele é uma pessoa normal, ele conseguiu dar conta de tudo. E a gente faz isso todos os dias, têm que dar conta de marido, de filho, de trabalho e ninguém fica com pena.

A: A gente ainda facilita que eles ajudem...

B: Não, não conhecem. Mas elas têm uma concepção feminista nas falas delas. Eu acho que elas não conhecem a nossa fala, mas elas têm essa ligação. Eu acho que demonstra dentro delas uma forte tendência a querer que as coisas mudem, mas infelizmente.... Eu digo por mim, por exemplo, meu pai faleceu eu tinha 4 anos. A minha mãe trabalhou, era costureira, guerreira. Eu me lembro que ela trabalhava até meia noite, na máquina de costura. A gente ia dormir, mas ela sozinha trabalhou com eu e meus dois irmãos, e ela trabalhou e nós fomos começar a trabalhar só depois que nós nos formamos na 8ª série, meu irmão mais velho até o ensino médio. Ela fez questão de trabalhar e que nós estudássemos. Isso me deu um exemplo de ser guerreira e querer isso pra nós. E pra mim, meu desenvolvimento no movimento de mulheres, na questão feminista, eu sempre fui uma pessoa muito inquieta desde pequena, de contestar tudo, de querer saber o porquê das coisas, porque que as coisas são assim. Eu acho que vem muito da gente, tem que estar muito da tua.... como vou explicar.... Têm pessoas que nascem predestinados pra fazer alguma coisa, pra mudar e ta dentro dela, e outras pessoas não têm essas mesmas disposições. No caso, eu sempre fui assim de atuar no movimento de escola, em movimento de igreja, clj... essas coisas que eu fui, sabe... questionar as coisas, no movimento sindical. Quando eu comecei a trabalhar eu comecei a questionar o porque das irregularidades. Aí eu entrei pro movimento sindical, em consequência comecei a entrar em outros e aí tu vê assim, eu sinto isso, a minha irmã mais velha, ela casou com 18 anos, nunca trabalhou, sempre em casa cuidando dos filhos, às vezes ela chega pra mim “nossa, como eu queria ser que nem tu, predisposta a fazer as coisas, questiona, vai à luta, sozinha, estuda, trabalha” eu disse “tu não precisa querer ser, tu pode ser, não é porquê tu é mais velha que eu...tu pode ser”. Eu acho que o fato de elas não conhecerem a nossa fala e o porquê que nós ainda somos minoria dentro dos movimentos é porque a gente não tá sabendo como transmitir isso, porque muitas vezes a gente fala conosco mesmas, porque é mais fácil eu falar pra ti, pra X ou pra Y porque nós falamos a mesma língua, mas quando tu vais tratar de uma vizinha ou uma amiga que tu sabe que ta naquela condição e ela não se interessa, mas eu acho que cabe a nós reproduzir a nossa fala e nisso a gente ta falhando no movimento. De reproduzir e trazer essas mulheres, uma vez que nós temos certeza de que elas podem não falar, mas elas têm essa concepção, elas pensam e querem mudar cabe a nós deixar elas do nosso lado.

E, realmente, isso vem assim uma questão cultural de que a mulher foi feita pra crescer, casar, ter filhos, cuidar da casa e é isso. Infelizmente isso está muito dentro da sociedade, predomina

muito isso ainda. É uma questão que já mudou bastante, vai levar ainda uma longa caminhada pra levar essa questão cultural, mas eu acho que a gente nunca vai acabar com isso.

Moderadora. Como é que a gente transmite saberes, a gente está falando de um saber feminista, é possível gente transmitir saberes? Isso tem a ver com políticas públicas?

C: Eu acho que com certeza, mas a gente ia ter que se utilizar de alguns parceiros. Como, por exemplo, nesses locais públicos de informática. Que as nossas páginas pudessem estar lá na tela de abertura do computador ou com aqueles sites que são os mais votados, daquelas campanhas que tem de sites mais votados da Internet.

No site da Natura, por exemplo, a empresa que vende produtos para mulheres. E foi o site que ganhou o top não sei o que...vários anos por ser um dos mais consultados. Eu acho que a gente teria que se estar misturando com esse público pra tá colocando na frente deles os nossos links, no mínimo.

A: Tem que ter uma divulgação mesmo dos sites que a gente acha que podem ser bons para elas feministas, ou site de mulheres, sites enfim... de coisas que possam ajudar nessa caminhada. Tem que ser divulgado, publicizado, realmente porque se elas buscam tanto qualquer coisa, por palavra, por letra de música no google.

Por que não tem uma página específica pra quem quer entrar, então até mesmo por curiosidade que a gente possa chamar a atenção de alguma forma pra elas buscarem as nossa páginas? Por uma brincadeira, por uma coisa atrativa. Porque, realmente, pra entrar na página da rede feminista de saúde só se o interesse for alguma coisa específica, mesmo da saúde porque a princípio não se sabe que ali tem muitas informações, outras informações que elas podem buscar.

Moderadora: Vocês pensam em alguma política pública que pudesse ser implementada pra aumentar o acesso das mulheres ao digital, a inclusão digital do ponto de vista de conteúdos e chegar perto dessa nossa agenda?

A: Os primeiros passos, aumentar os telecentros em números na cidade, diversificá-los. E o número de computadores, a qualidade dos computadores e o acesso. A nossa experiência mostra que é difícil manterem acessado até porque em alguns locais a rede...isso tem que ser solucionado. Pra que seja realmente um espaço de uso mesmo, ligado o dia inteiro, que as mulheres possam buscar. Que fiquem próximos, não é ao lado da sua casa, mas próximo de um circuito próximo que as mulheres possam acessar, que não precisam pegar ônibus pra ir até lá.

C: Que facilite o acesso. Eu também concordo que tem que aumentar esses espaços públicos que dêem a possibilidade de quem não tem computador poder fazer uso dessa máquina. Pertence a todas, a gente vê essas propagandas do governo em relação a saúde, em relação ao que o governo fez, divulgar mais esses espaços. Divulgar que tem esses espaços que são pra esses fins. Pra população ter acesso ao conhecimento em geral e que vai possibilitar o acesso das mulheres nesse sentido e aí entraria também a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres,

pra que fizesse esse trabalho de montar um site, montar uma página disponibilizando todos os sites de pesquisa na área da questão da mulher.

Porque hoje, eu sei por mim, a gente que tem acesso o site da rede feminista, das outras ong, dos setores que trabalham dentro do movimento de mulheres a gente sabe os sites a gente acessa, quem não sabe não vai acessar. Vai entrar por aqueles outros sites de pesquisa pra pedir o assunto que tu quer e aí poderá ter acesso a esse sites, mas não vão direto a esses sites. Então eu acho que nesse sentido teria como. Através da Secretaria tu ter lá a página da Secretaria que dá acesso a todos os endereços que poderia tu poderia procurar nesta questão.

A: Eu acho, que é muito importante a proliferação do aumento dos telecentros pra emancipação de todas as pessoas, claro que a emancipação de todas as pessoas leva a emancipação das mulheres se elas tão acessando e procurando. Porque eu trabalho há anos na câmara de vereadores e na assembléia legislativa e as pessoas são muito mais emancipadas. Há uns anos atrás as pessoas vinham muito pedir pra entrar, elas tinham que pedir, por favor, e ir num gabinete de deputado ou vereador pra pedir pra entrar num site, pra fazer a inscrição de um curso ou pra fazer alguma coisa e hoje em dia elas já não vão mais, elas já vão nos espaços públicos e fazem as suas inscrições pra concurso, já fazem as suas pesquisas. Se emanciparam até desse vínculo clientelistas que se forma dentro dos gabinetes legislativos.

ANEXO 3 Locais visitados

<p><i>Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul</i>: pesquisa realizada do dia 14 ao dia 18 de novembro de 2005, no turno da manhã e no turno da tarde. Havia disponíveis 8 computadores, todos em funcionamento. A média de freqüentadores é de 90 pessoas por dia, a maior parte destes são mulheres. No quarto dia de pesquisa notou-se que o público era o mesmo dos outros dias e poucos questionários foram aplicados. Total: 49 questionários aplicados.</p>
<p><i>Mercado Público</i>: pesquisa realizada nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2005, no turno da manhã e no turno da tarde. Havia disponíveis 12 computadores, 11 em funcionamento. A média de freqüentadores é de 120 pessoas por dia, é equilibrado o número de homens e mulheres que utilizam este telecentro. Existem reclamações por parte do monitor do turno da manhã em relação à conexão a Internet que não comportava o número de computadores em rede, tornando-a lenta e a respeito das instalações que não possuem refrigeração adequada para os computadores, além de ser um fator que dificulta o uso do público (não havia ventilador e ar condicionado no espaço do telecentro). Os dias de realização da pesquisa em todos os telecentros visitados foram de muito calor e em quase todos os monitores(as) faziam referência a uma baixa no número de usuários nos últimos dias. Pareceu-nos que a infra-estrutura dos locais que abrigam os telecentros é um fator relevante para tal fenômeno. Total: 30 questionários aplicados.</p>
<p><i>Vila Cruzeiro do Sul</i> : pesquisa realizada no dia 24 de novembro de 2005, no turno da tarde. Havia disponíveis 10 computadores, 6 em funcionamento. A média de freqüentadores é nula. No dia que se foi aplicar os questionários não houve freqüentadores. Nenhum questionário aplicado.</p>
<p><i>Parque dos Maias</i>: pesquisa realizada no dia 29 de novembro de 2005, no turno da tarde. Havia disponíveis 11 computadores, 5 em funcionamento. A média de freqüentadores é de 10 pessoas por dia. Maior parte são usuários. Durante o período de observação que foi das 14 às 17 horas estava no telecentro apenas a monitora e dois adolescentes, por isso não houve aplicação de questionários. O telecentro é localizado na Cooperativa Parque dos Maias. Nenhum questionário aplicado.</p>
<p><i>Rubem Berta</i>: pesquisa realizada nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2005, nos turnos da manhã e da tarde. Havia disponíveis 20 computadores, 9 em funcionamento. A média de freqüentadores é de 1500 pessoas por mês, é equilibrado o número de homens e mulheres que utilizam este telecentro. Descontentamento da monitora do turno da manhã com a atenção dada pela prefeitura ao telecentro, principalmente com a manutenção das máquinas. Grande movimento de pessoas em função do cadastramento do CPF. Funcionam oficinas no telecentro. Total: 16 questionários aplicados.</p>
<p><i>Chico Mendes</i>: visita no dia 02 de dezembro de 2005, no turno da tarde. Chegamos lá às 14 horas e o telecentro estava fechando, pois a monitora da parte da tarde ficou doente e não havia ninguém para substituí-la. Não foi realizada a pesquisa neste dia. Este telecentro foi um exemplo dos dados incorretos fornecidos pela prefeitura, ele foi sorteado, mas não tivemos possibilidade de entrar em contato com os coordenadores do telecentro antes de irmos até o local. Apenas conseguimos chegar ao local por que no dia anterior fizemos a pesquisa no Rubem Berta e lá ensinaram-nos como chegar no Chico Mendes. Nenhum questionário aplicado.</p>
<p><i>Ursa Maior</i>: pesquisa realizada dia 05 de dezembro de 2005, no turno da tarde. Havia disponíveis 12 computadores, todos em funcionamento. A média de freqüentadores é de 35 pessoas por dia. A maioria dos usuários são meninos, pois os freqüentadores(as) observados são crianças. O telecentro se situa numa creche. Existe outro telecentro na mesma rua, mas este não foi visitado. Nenhum questionário aplicado.</p>
<p><i>Casa de Convivência Ilê Mulher</i>: pesquisa realizada nos dias 05 e 06 de dezembro de 2005, nos turnos da manhã e da tarde. Havia disponíveis 8 computadores, todos em funcionamento. A média de freqüentadores é de 16 pessoas por dia. Segunda e quarta têm mais mulheres e terça, quinta e sexta têm mais homens. Isto em função de cursos direcionados para mulheres que ocorrem segunda e quarta. O telecentro fecha às 12 horas e a tarde fecha às 16 horas, muito cedo quando comparado a outros telecentros da cidade. Total: 2 questionários aplicados.</p>
<p><i>Campo da Tuca</i>: pesquisa realizada nos dias 08 e 15 de dezembro de 2005, nos turnos da manhã e da tarde. Havia disponíveis 9 computadores, 8 em funcionamento. A média de freqüentadores é de 50 pessoas por dia. Mais meninos (adolescentes) que meninas. Na parte da manhã houve apenas uma mulher que preencheu os questionários, pois as meninas tinham todas abaixo de 16 anos. Na parte da tarde foram 10 questionários aplicados. No total foram 11 questionários. O telecentro funciona em um espaço que oferece atividades extracurriculares para jovens, e esse é o perfil dos usuários desse telecentro. É utilizado para oficinas dentro desse projeto. Nas horas que não estão ocorrendo as oficinas o telecentro é aberto a toda comunidade. Total: 11 questionários aplicados.</p>

Vila Nova: visita no dia 13 de dezembro de 2005, no turno da tarde. Chegou-se no telecentro às 14:15 e não estava aberto. Esperou-se até às 15 horas, junto com alguns usuários os quais eram todos meninos. Comentava-se que o telecentro não está abrindo há alguns dias por que o monitor não estava recebendo seu salário. Maiores dados não foram possíveis por que não se disponibilizou o telefone deste telecentro. Nenhum questionário aplicado.

São José do Murialdo: pesquisa realizada nos dias 14 de dezembro de 2005, no turno da tarde. Havia disponíveis 4 computadores, 2 em funcionamento. A média de freqüentadores é de 15 pessoas por dia. Mais usuários adolescentes. Total: 2 questionários aplicados.

Vila da Conceição: pesquisa realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2005, no turno da tarde. Havia disponíveis 11 computadores, 9 em funcionamento. A média de freqüentadores é de 40 pessoas por dia. Mais usuários (meninos e adolescentes). Muitas crianças usuários(as). Pelo telefone informaram que o acesso era liberado apenas para maiores de 14 anos, mas na prática havia muitos menores deste limite de idade estabelecido. O telecentro é muito movimentado no período de tempo observado, 14 às 17 horas. Os computadores em funcionamento estiveram sempre ocupados. As meninas vêm depois das 16 horas (alegam tarefas domésticas) e o telecentro fecha às 17 horas. A sua localização é central na comunidade, ao lado do posto de saúde. Essa é uma característica geral dos telecentros, situarem-se em locais de referência e em ruas principais ou muito próximas as ruas principais. Total: 5 questionários aplicados.

Quadro elaborado a partir de diário organizado pela aluna de Ciências Sociais Amanda Machado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. José Carlos Ferraz Henemann

Vice-Reitor: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

Diretora: Profa. Céli Regina Jardim Pinto

Vice-Diretor: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Dados Internacionais de Catalogação Na Publicação (CIP)
(Biblioteca Pública do Estado, RS, Brasil)

N385c Negrão, Telia

Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social. /
Telia Negrão; orientação [por] Profa. Dra. Jussara Reis Pra – Porto Alegre: 2006.
Dissertação (conclusão do curso de mestrado em Ciência Política) – Programa de
Pós Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

164 f.: il.

1. Novas tecnologias – Acesso. 2. Sociedade do Conhecimento. 3. Sociologia -
Capital social. 4. Ciberespaço - Acesso. 5. Tecnologia da Informação. – Acesso. 6.
Democratização do Conhecimento. 7. Informática – Mulher. I. Prá, Jussara Reis. II.
Título.

CDU: 316.74:004.5-055.2

004.5-055.2

004.78:025.4.036-055.2

Bibliotecária Responsável: Simone Peixoto Maia, CRB-10/1537

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
PESQUISA DE MESTRADO

Cyberespaço, Empoderamento feminino e Capital Social

**Projeto: CYBERESPAÇO,
VIA DE EMPODERAMENTO DE GÊNERO
E FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL**

Aluna: Telia Negrão

Orientadora: Dra. Jussara Reis Prá

Sou mestranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e estou desenvolvendo um projeto de pesquisa sobre a cidadania das mulheres, sob a orientação da Prof^a. Jussara Reis Prá.

Este projeto dará origem a minha dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFRGS.

A elaboração deste trabalho prevê a realização de entrevistas com mulheres que utilizam Telecentros e outros locais públicos de acesso digital. Para tal fim necessito de sua autorização para ser nossa entrevistada.

Suas respostas devem ser dadas por escrito e serão de uso exclusivo da pesquisa, sendo preservada a identidade das respondentes e garantido o sigilo das informações. Você poderá desistir a qualquer momento de participar da pesquisa.

Sendo o que havia no momento, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento que julgar necessário, inclusive durante o período em que o estudo estiver sendo realizado.

Agradeço antecipadamente,

Telia Negrão - Mestranda

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
PESQUISA DE MESTRADO**

Questionário n°: _____

Cidade: _____

Data: ____ / ____ / ____

1. Sexo:

- (1) Masculino (2) feminino

2. Idade: _____ **(em anos)**

3. Escolaridade: _____

(Grau mais alto completo ou incompleto)

QUANTO AO ACESSO DIGITAL:

4. Há quanto tempo acessa a Internet/web?

- (1) Menos de 1 ano
(2) 1 a 3 anos
(3) 3 anos ou mais

5. Com quem ou como aprendeu?

- (1) Sozinha
(2) Com familiares e amigos
(3) No trabalho
(4) Na escola
(5) No curso de informática
(6) Outro local: _____

6. Com que frequência o faz?

- (1) Todos os dias
(2) Semanalmente
(3) Mensalmente
(4) Não tem regularidade

7. Quais os locais que usa para este tipo de atividade? (Cite quais)

- (1) Telecentro
(2) Cibercafés
(3) Escola/faculdade
(4) Biblioteca
(5) Em casa
(6) Trabalho
(7) Outro, qual: _____

8. Você considera que os serviços oferecidos por estes locais são adequados para as mulheres?

- (1) Sim (2) Não

9. Em caso negativo, indique o por que:

- (1) É mal localizado
(2) É mal freqüentado
(3) Não abre nos horários melhores para as mulheres
(4) Não há cursos para orientar o uso
(5) Há poucos computadores
(6) O tempo de uso é abaixo do necessário
(7) Porque restringem o uso (não pode entrar em chats, por exemplo)

10. O que costuma fazer quando acessa o computador?

- (1) Lê e-mails e responde
(2) Abre sites para leitura e lazer
(3) Abre sites para pesquisa e estudo
(4) Resolve problemas bancários, tributários, etc
(5) Conecta-se em listas de conversa informal
(6) Conecta-se em listas de conversa formais (redes específicas)

11. Marque o tipo de informação que mais lhe interessa no meio digital: (Marque até três)

- (1) Notícias e novidades em geral
(2) Pesquisa de mercado
(3) Compras, moda e beleza
(4) Direitos da mulher
(5) Violência contra a mulher
(6) Saúde da Mulher, sexualidade
(7) Aborto e métodos contraceptivos
(8) Participação Política/cidadania
(9) Sexo, amor, romance
(10) Direitos humanos
(11) Trabalho e profissionalização
(12) Discriminação étnico-racial
(13) Orientação sexual
(14) Comunicação
(15) Cultura e arte
(16) Outra, qual: _____

12. Participa de chats, salas de conversa, messenger?

- (1) Sim (2) não

13. O que procura neles?

- (1) Conhecer pessoas em geral
(2) Conhecer pessoas do mesmo sexo
(3) Conhecer pessoas de outro sexo
(4) Marcar encontros

14. Cite até três sites que costuma acessar.

- 1 _____
2 _____
3 _____

15. Ao abrir os sites disponíveis no ciberespaço, você se sente:

- (1) Preparada para explorá-lo integralmente
(2) Despreparada, pois desconheço os meios para explorá-los
(3) Abro o site só para buscar uma informação e saio em seguida
(4) Gasto muito tempo até obter o que preciso

16. Conhece algum destes sites?

- www.redesaude.org.br (1) Sim (2) Não
www.cfemea.org.br (1) Sim (2) Não
www.agende.org.br (1) Sim (2) Não

17. Depois que começou a usar a internet, aumentou o número de pessoas com que você se relaciona?

(1) Sim (2) Não

18. Depois que começou a usar a internet, aumentou o número de informações para usar no dia a dia?

(1) Sim (2) Não

19. O uso da Internet já te ajudou de algum modo?

(1) Sim (2) Não

19.a. Em caso positivo como?

20. Você já marcou alguma reunião ou encontro por Internet?

(1) Sim (2) Não

21. Você recebeu alguma vez mensagem de texto ou imagem que te agredia, humilhava ou depreciava como mulher?

(1) Sim (2) Não

21.a Como agiu frente a isso?

- (1) Deletou a mensagem
 (2) Respondeu a mensagem
 (3) Achou engraçado e não se importou
 (4) Achou interessante e passou para frente
 (5) Criou uma mensagem e enviou a amigas e amigos

22. Você acha que desde que surgiu a Internet, as mulheres:

- (1) Tem mais chances de contato e informação
 (2) Estão mais expostas
 (3) Têm mostrado que são capazes de dominar as tecnologias da informação

23. Você já aderiu a alguma causa através da Internet (abaixo assinado, manifesto campanha, etc)?

(1) Sim (2) Não

Qual?

24. Você, por ter um e-mail e contato com o computador, é solicitada pelos amigos e/ou vizinhos, para ajudá-los a resolver problemas do dia a dia?

(1) Sim (2) Não

25. Alguém algum dia lhe disse que há sites que auxiliam as mulheres na defesa dos seus direitos?

(1) Sim (2) Não

a. A violência contra a mulher viola os direitos humanos	
b. Cabe à mulher, somente à mulher, decidir quando, como e se quer ter filhos	
c. Ninguém pode ser julgado por sua opção/orientação sexual	
d. As mulheres são tão capazes quanto os homens na política	
e. Todos os assuntos devem interessar tanto às mulheres quanto aos homens	
f. As mulheres têm menos direitos porque são educadas para exigir menos	
g. Homens e mulheres são capazes de fazer todas as coisas, em casa e no trabalho	

1. Concorda totalmente 2. Concorda em parte

3. Não concorda nem discorda

4. Discorda em parte 5. Discorda totalmente

27. Em relação às mulheres em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?

a. Pode-se confiar na maioria das mulheres	
b. Pode-se confiar apenas nas amigas	
c. Eu confio nas mulheres que estão organizadas fazendo coisas úteis	
d. Não confio nas mulheres e acho que elas só se organizam por interesse próprio	

1. Concorda totalmente 2. Concorda em parte

3. Não concorda nem discorda

4. Discorda em parte 5. Discorda totalmente

28. Dos seguintes termos ou denominações, quais você já ouviu falar ?

- (1) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
 (2) Delegacia da Mulher
 (3) Direitos Sexuais
 (4) Inclusão digital
 (5) Ciberespaço

29. Assuntos como discriminação ou direitos das mulheres lhe interessam?

(1) Sim (2) Mais ou menos

(3) Não

30. Você costuma conversar sobre este assunto com família e conhecidos?

(1) Sim

(2) Não

31. Isto já foi motivo de discussão em algum grupo familiar, de amigos ou no trabalho?

(1) Sim

(2) Não

31.a O que motivou a discussão?

32. Você acha que este assunto tem a ver com política?

(1) Sim

(2) Não

33. Onde você costuma se informar?

	1	2	3	4	5	7	9
--	---	---	---	---	---	---	---

QUANTO AOS VALORES E CRENÇAS RELACIONADOS AO FEMINISMO

26. Como você se posiciona frente às seguintes frases?

a. Jornal/Revista							
b. Rádio							
c. Televisão							
d. Internet							

1. Todo dia 2. Algumas vezes por semana
 3. Uma vez por semana 4. Raramente
 5. Nunca 7. NSA

34. Você saberia encaminhar uma mulher que está sofrendo violência?

- (1) Sim (2) Não

34.a Como obteve esta informação?

PARTICIPAÇÃO, AÇÃO COLETIVA

E COOPERAÇÃO

QUANTO À SUA PARTICIPAÇÃO:

35. Você participa de algum tipo de organização:

- (1) Partido político
 (2) ONG
 (3) Sindical
 (4) Universitária
 (5) Estudo e pesquisa
 (6) Moradia
 (7) Clube
 (8) Conselho
 (9) OP
 (10) Igreja
 (11) Grupo de Mulheres
 (12) Telecentro comunitário
 (13) Outro, qual? _____

36. Você considera importante a sua participação na política para resolver os problemas do país?

- (1) Sim
 (2) Não

37. Você acha que as mulheres são capazes de se organizar para ajudar a resolver os problemas do Brasil?

- (1) Sim, porque as mulheres são tão capazes quanto os homens.
 (2) Sim, as mulheres são melhores do que os homens e se unem com mais facilidade.
 (3) Não, porque mulher deve ficar em casa e não se envolver com política

38. Nos últimos anos, você tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras mulheres?

- (1) Sim
 (2) Não

39. Na sua opinião, em que medida a colaboração das pessoas pode contribuir para melhorar a situação do país?

- (1) Muito
 (2) Bastante
 (3) Pouco
 (4) Nada

40. Quanto interesse o/a sr/a diria que tem para reunir-se com outras pessoas, que não sejam de sua família ou amigos mais próximos para buscar solucionar problemas de sua vida cotidiana?

- (1) Muito interesse
 (2) Bastante interesse
 (3) Pouco interesse
 (4) Nenhum interesse

CONFIANÇA INTERPESSOAL E INSTITUCIONAL

41. Em termos gerais, o/a sr/a diria que:

- (1) Se pode confiar nas pessoas
 (2) Não se pode confiar nas pessoas

42. Você confia no:

a. Congresso Nacional (dep. Fed./senadores)	
b. Governo Federal (presidente/ ministros)	
c. Assembléia Legislativa (dep. estaduais)	
d. Governo Estadual (governador/secretários)	
e. Câmara Municipal (vereadores)	
f. Governo Municipal (prefeito/secretários)	
g. Judiciário (juizes/tribunais)	
h. Partidos Políticos	
i. Polícia	
j. Igreja	
l. Família	
m. Vizinhos	
n. Associações Comunitárias	
o. Sindicatos	
p. Meios de Comunicação	

1. Confia Muito 2. Confia 3. Confia pouco
 4. Não confia

43. Em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, você está:

- (1) muito satisfeita
 (2) satisfeita
 (3) pouco satisfeita
 (4) insatisfeita

44. Você se identifica com algum partido político?

- (1) Sim, Qual? _____
 (2) Não

45. Há na sua comunidade ou próximo dela locais em que atuam alguns destes grupos?

- (1) Grupo ou movimento político
 (2) Grupo ou associação cultural (ex. arte, música, teatro, cinema)
 (3) Grupo educacional (ex. Associação de pais e professores, comitê escolar)
 (4) Grupo esportivo
 (5) Grupo de jovens
 (6) ONG
 (7) Grupo étnicos/negros, italianos, etc
 (8) Grupos de mulheres

46. Em uma situação de emergência, como a doença de um familiar ou ter que deixar os filhos, quem lhe daria ajuda:

- (1) familiares
 (2) vizinhos
 (3) colegas de trabalho
 (4) outras mulheres.

47. Você conheceu pela Internet algum modo novo de desenvolver atividades comunitárias ou em defesa das mulheres?

- (1) Sim
 (2) Não

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS

48. Atualmente, qual sua situação profissional:

- (1) Empregado Assalariado
 (2) Autônomo / conta própria
 (3) Profissional liberal
 (4) Empregador / empresário
 (5) Aprendiz ou estagiário
 (6) Estudante
 (7) Desempregado
 (8) Aposentado
 (9) Dona de casa
 (10) Outro. Especificar: _____

49. Nos últimos tempos, sua família teve dificuldade para obter ou pagar:

a. Comida	
b. Medicamento	
c. Luz	
d. Água	
e. Vestuário (roupa, sapatos)	
f. Transporte	
g. Moradia	
h. Outro (anotar)	

1. Sempre 2. Frequentemente
 3. Às vezes

50. Qual a sua renda mensal?

R\$ _____
 (7) NSA (8) NR

51. Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, qual é a renda familiar?

R\$ _____
 (8) NS (9) NR

52. Quantas pessoas dependem dessa renda?

53. Qual é o seu estado civil?

54. Qual a sua religião? _____

55. Qual a sua cor ou raça? _____

56. Qual a sua classe social?

57. Tem computador em casa?

() Sim () Não

58. É conectado à Internet?

() Sim () Não

59. Tem e-mail?

() Sim () Não

60. Tem página pessoal?

() Sim () Não

FINALIZANDO

Se lhe propusermos que acesse alguns sites para, num segundo encontro, conversarmos sobre o seu conteúdo, você aceitaria?

() Sim () Não

Em caso positivo, deixe anotado seu nome, endereço e forma de contato no final da folha para um novo encontro.

AGRADECEMOS SUA COLABORAÇÃO E SOLICITAMOS A DEVOLUÇÃO DESTA FICHA PREENCHIDA

TELIA NEGRÃO

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)